



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**168ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 17 e 18 de junho de 2009.**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**168ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

**Data:** 17 e 18 de junho de 2009

**Local:** MDS, Anexo, 1º andar, Sala de Reuniões do CNAS, nº 108 – Brasília/DF

1 Aos dezessete e dezoito dias do mês de junho de dois mil e nove teve início a Centésima  
2 Sexagésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a  
3 Presidência da Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante  
4 Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Sra. Valdete de  
5 Barros Martins. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade:  
6 Membros Titulares e Suplentes do CNAS: Conselheira Valdete Barros Martins, Ministério do  
7 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Vice-Presidente e Conselheiro Pe. Nivaldo  
8 Luiz Pessinatti - Confederação Nacional de Bispos do Brasil – CNBB; Conselheiro Renato  
9 Francisco dos Santos Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;  
10 Conselheira Verônica Pereira Gomes - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –  
11 MDS; Conselheiro José Geraldo França Diniz - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –  
12 MP; Conselheira Rose Mary Oliveira - Ministério da Previdência Social; Conselheira Fátima  
13 Aparecida Rampin, Ministério da Previdência Social; Conselheiro José Ferreira da Cruz -  
14 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Edna Aparecida  
15 Alegro - MTE e MF; Conselheira Heloisa Helena Mesquita Maciel – Fórum Nacional dos  
16 Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva –  
17 CONGEMAS; Conselheira Tânia Mara Garib, Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de  
18 Assistência Social – FONSEAS; Conselheiro Antônio Celso Pasquini - União Social Camiliana;  
19 Conselheira Renata Rodrigues Flores Alves; Conselheira Irmã Rosa Maria Ruthes - Instituto Social,  
20 Educativo e Beneficente Novo Signo; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja  
21 Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite - Federação Espírita Brasileira; Conselheiro  
22 Carlos Eduardo Ferrari - Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – AVAPE;  
23 Conselheira Marisa Fúria Silva - Associação Brasileira de Autismo – ABRA; Conselheiro Mizael  
24 Conrado de Oliveira, União Brasileira dos Cegos – UBC; Conselheira Maria Dolores da Cunha  
25 Pinto – Federação Nacional das APAES – FENAPAE; Conselheiro Samuel Rodrigues - Movimento  
26 Nacional de População de Rua; Conselheiro Edval Bernardino Campos – Conselho Federal de  
27 Serviço Social – CFESS; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos - Associação Brasileira de  
28 Educadores de Deficientes Visuais – ABEDV; Conselheiro Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho -  
29 Federação Nacional dos Trabalhadores das Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas –  
30 FENATIBREF; e, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite - Federação Nacional dos Psicólogos  
31 – FENAPSI. **ABERTURA.** A senhora Presidente abriu a Reunião, cumprimentando a todos e  
32 desejando sucesso nas deliberações durante os dois de Plenária. Continuando, solicitou à Secretária  
33 Executiva, Sra. Cláudia Sabóia, que procedesse à conferência do quorum: Conselheiros Titulares ou  
34 na titularidade presentes: Conselheira Valdete, Conselheiro Pessinatti, Conselheira Verônica,  
35 Conselheira Edna, Conselheira Fátima, recém designada pelo Ministério da Previdência,  
36 Conselheira Heloísa, Conselheiro Renato de Paula, Conselheiro Frederico, Conselheiro Sérgio  
37 Wanderly, Conselheira Renata, Conselheiro Geraldo, Conselheiro José Geraldo. Conselheiros

38 Suplentes presentes: Conselheiro Pasquini e Conselheira Rosa. A senhora Presidente destacou a  
39 presença da Diretora do Departamento de Gestão do SUAS - DGSUAS, Sra. Simone de  
40 Albuquerque. Iniciando o primeiro Item, **Aprovação da Ata da Reunião da Ata da Centésima**  
41 **Sexagésima Sétima Reunião Ordinária, Em não havendo, a Ata da Centésima Sexagésima Sétima**  
42 **Reunião Ordinária foi aprovada pelos Conselheiros presentes.** Prosseguindo, passou à leitura da  
43 Pauta: **Dia 17.06.2009 - Manhã: 9h às 9h15min:** Aprovação da Ata da 167ª Reunião Ordinária do  
44 CNAS e da Pauta; **9h15min às 9h45min:** Informes da Presidência, Secretaria Executiva, MDS, CIT  
45 e de Conselheiros; **9h45min às 12h30min:** Papel das Entidades de Assistência Social,  
46 Sustentabilidade das Entidades e Vínculo SUAS. Abrindo um parêntese, a senhora Presidente  
47 comunicou a visita do Ministro do MAS ao Conselho às 12h30min. **Tarde: 14h às 15h:**  
48 Apresentação dos Censos CRAS e CREAS; **15h às 17h:** Relato do Grupo de discussão sobre  
49 tratamento de denúncia; **17h às 17h30min:** Relato do GT instituído pela Resolução nº 44/2009 para  
50 definir procedimentos objetivando a retomada da análise e julgamento de processos de concessão e  
51 renovação do CEBAS; **17h ÀS 18h:** Relato da Presidência ampliada. **Dia 18.06.2009 – Manhã:**  
52 **09h às 10h30min:** Momento solene para assinatura de Resolução conjunta de aprovação do  
53 documento “Orientações técnicas: serviço de acolhimento para crianças e adolescentes” pelo CNAS  
54 e CONANDA; 11h às 12h: Relato da comissão de conselhos; 12h às 12h30min: Plenária:  
55 Julgamento de processos; 12h30min às 13h30min: Câmaras de Julgamento de processos. **Tarde:**  
56 **14h30min às 15h30min:** Relato da Comissão Organizadora; **15h30min às 16h15min:** Relato da  
57 Comissão de Política; **16h15min às 17h:** Relato da Comissão de Financiamento; **17h às 18h:**  
58 Relato da Comissão de Normas. Após a apresentação da Pauta, a Conselheira Edna observou a  
59 possibilidade de transferir a discussão do Relato do Grupo de discussão sobre tratamento de  
60 denúncia para o dia seguinte, amanhã, ao que a senhora Presidente, após indagações, indicou que o  
61 Relato da Comissão de Financiamento e o Relato da Comissão de Política viriam para esse dia, com  
62 o GT de denúncias ficando para o dia seguinte. A senhora Presidente indagou aos Conselheiros  
63 presentes se havia algum questionamento sobre a Pauta, sendo considerada aprovada. A seguir, a  
64 senhora Presidente transferiu o item Informes da Presidência, Secretaria Executiva, MDS, CIT e de  
65 Conselheiros para o segundo ponto, considerando a presença da senhora Diretora que trataria da  
66 sobre o **Item Papel das Entidades de Assistência Social, Sustentabilidade das Entidades e**  
67 **vínculo SUAS**, a quem agradeceu a presença e passou a palavra. A senhora Diretora manifestou sua  
68 satisfação em estar presente, ressaltando que o debate que seria iniciado no CNAS era apenas o  
69 começo de uma discussão bastante importante para o rumo que se daria para a Política de  
70 Seguridade Social Não-Contributiva no Brasil, sendo esse Conselho uma das poucas áreas que  
71 havia se debruçado sobre o assunto. Destacou que essa discussão era muito difícil, mas que vinha  
72 sendo feita, fosse para discutir o papel das Entidades no próprio Sistema Único, fosse na hora da  
73 discussão do certificado de Entidades beneficentes, discorrendo sobre o valor dessas Instituições  
74 para a proteção das pessoas e a importância desse tema. Agradecendo em nome do MDS, a senhora  
75 Diretora manifestou que o Ministério tinha consciência de que esse Conselho havia colocado a  
76 discussão do Vínculo SUAS na NOB-SUAS desde 2005, observando ser esse o momento para esse  
77 debate. Ponderou que quando o Conselho Nacional havia pautado esse tema para o MDS,  
78 particularmente para seu Departamento, havia ficado um pouco receosa, encontrando que não  
79 estariam preparados para trazer essa discussão para o Conselho, mas que os Conselheiros Renato,  
80 José e Verônica, haviam-na convencido de que o CNAS precisava pautar esse debate no Ministério.  
81 Informou que o MDS havia realizado uma Oficina no dia 09 de junho de 2009, trazendo algumas  
82 colocações já amadurecidas, mas ainda não concluídas, ressaltando que os Conselheiros se  
83 sentissem à vontade para apontar o melhor rumo, para que tivessem muita tranquilidade e muita  
84 responsabilidade nessa discussão de um tema tão importante quanto o vínculo das Entidades ao

85 SUAS. Indicou que iria dividir essa apresentação com a doutora Clara Carolina, responsável pela  
86 Coordenação de Regulação do Sistema Único de Assistência Social do Departamento de Gestão do  
87 SUAS, que passou a apresentar as normas que traziam a integração do Sistema, para embasar essa  
88 discussão do vínculo. Discorrendo sobre o material em tela, observou que o vínculo era o  
89 reconhecimento de que a Entidade integrava a rede sócio-assistencial, ofertando suas atividades ao  
90 SUAS na perspectiva da garantia de direitos aos usuários. Explanou sobre o marco legal que era a  
91 Constituição Federal, a LOAS, o Decreto nº 6.308, que havia sido consequência da Resolução nº  
92 191 do CNAS, falando sobre os artigos que esses normativos traziam sobre o tema. Encerrando sua  
93 apresentação relativa à legislação, a doutora Clara Carolina passou a palavra para a senhora  
94 Diretora relatar sobre a discussão da Política Nacional de Assistência, da Norma Operacional  
95 Básica no que dizia respeito à integração, à parceria das Entidades com a Política de Assistência. A  
96 senhora Diretora explicou que quando o Conselho Nacional aprovou a Política Nacional em 2004,  
97 fruto da deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, colocava que os eixos  
98 estruturantes da Assistência Social no Brasil deveriam ser família e território, com a Política  
99 devendo fortalecer o caráter protetivo das famílias brasileiras. Que isso vinha dar um rumo para a  
100 organização dos serviços, dizendo que o Sistema Único de Assistência Social deveria ter essa  
101 competência de organizar os seus serviços de forma matricial, o que refletia dentro do SUAS.  
102 Destacou o importante aspecto da Política Nacional, de que só o Estado era capaz de tirar ou de  
103 romper laços familiares, dizendo que a responsabilidade pelos membros das famílias primeiro era a  
104 família, depois a comunidade e depois o Estado, o que indicava que todos os serviços da Assistência  
105 Social tinham que ser organizados nessa lógica. Colocou que o Estado não mais poderia colocar  
106 para as Entidades aquilo que era de sua responsabilidade, mas que a prestação e a oferta dos  
107 serviços deveria ser feita em conjunto e em parceria com as Instituições. Recordou o papel de  
108 Conselheira do CNAS nessa época, assim como outros presentes, quando o papel das Entidades  
109 colocado na Política havia sido fundamental para que esse Conselho pudesse deliberar sobre a  
110 Política Nacional de 2004. Que havia sido muito discutido que as Entidades não deveriam ter a  
111 mesma responsabilidade que o Estado, mas que elas também não eram meras prestadoras de  
112 serviços, tendo responsabilidade por fortalecer o caráter protetivo das famílias. Explicou que havia  
113 uma parte da NOB que colocava a importância de existir a vinculação das Entidades ao Sistema  
114 Único, mas que antes de se chegar a esse ponto, gostaria de chamar a atenção de que havia sido  
115 feita a discussão das Entidades, e que depois havia sido feita uma importante discussão em 2005,  
116 tanto na NOB-SUAS quanto na Resolução 191 do Conselho Nacional, discorrendo o que essa  
117 norma legal dizia sobre as Instituições. Ressaltou que o conflito nessa área da Assistência Social era  
118 grande porque as competências colocadas para as Entidades não eram competências só no nível da  
119 prestação de serviços. Citou o inciso IV do art. 1º, que dizia que “as Entidades devem garantir o  
120 acesso gratuito do usuário a serviços, programas, projetos, benefícios e a defesa e garantia de  
121 direitos prevista na Política, sendo vedada a cobrança de qualquer espécie”, sendo muito importante  
122 que isso estivesse colocado e que deveriam fazer esse debate com tranquilidade, mesmo que fossem  
123 apresentados problemas e conflitos. Observou que estava colocada uma questão especial, que já  
124 vinha desde o espírito da seguridade social não-contributiva, de que as Entidades não podiam cobrar  
125 nada do usuário, indagando como custeariam seus custos e de quem seria, exatamente, a  
126 responsabilidade pelo seu funcionamento. Manifestou que por mais que a sociedade colaborasse,  
127 que a própria Entidade fizesse seus eventos, era sabido ser importante que a Instituição tivesse uma  
128 continuidade do seu financiamento, e que esse Conselho deveria discutir essa questão com muito  
129 seriedade, pela responsabilidade que o próprio Conselho lhe conferia. Ponderou ser essa uma  
130 questão importante, para a qual se voltaria depois de resolvida a proposta do vínculo, explanando  
131 sobre as Entidades, suas características, e o público ao qual eram voltadas na prestação de seus

132 serviços, quais eram esses serviços, sua qualidade, custo e qual o impacto que se esperava na vida  
133 dos usuários desses serviços, colocando, também, a questão a exigência de inscrição das Entidades  
134 nos Conselhos de Assistência Social para poder se vincular ao SUAS. A senhora Diretora, conforme  
135 já havia sido dito pela doutora Clara Carolina, destacou que o Decreto nº 6.308 havia se baseado na  
136 Resolução nº 191, discorrendo, na sequência, sobre a NOB-SUAS, que era uma Resolução do  
137 Conselho Nacional, esclarecendo que o termo “em rede hierarquizada e complementar”, conforme  
138 expressado na NOB, não significava hierarquia entre os serviços estatais e os serviços das  
139 Entidades, mas sim por causa da escala dos serviços existentes. Prosseguindo, a senhora Diretora  
140 discorreu sobre o PL SUAS, enviado ao Congresso como o Projeto de Lei 3077, de 2008,  
141 esclarecendo que o mesmo estabelecia regras para o reconhecimento do vínculo das Entidades de  
142 Assistência à rede sócio-assistencial do SUAS, discorrendo sobre as mesmas, especificando os  
143 pontos abordados, conforme indicados no material em tela. Após citar as questões integrantes dessa  
144 norma, a senhora Diretora referiu-se à última lâmina apresentada, que trazia as questões polêmicas:  
145 inscrição das Entidades nos Conselhos de Assistência Social, ressaltando a importância da  
146 orientação e a competência do Conselho Nacional, informando que já se havia comprometido com a  
147 senhora Presidente do CNAS de que o Departamento de Gestão do SUAS apresentaria uma  
148 proposta, com sua contribuição técnica para debate pelo Conselho; tipificação dos serviços,  
149 competência do MDS, com uma proposta sendo pactuada na Comissão Intergestores Tripartite, cujo  
150 resultado seria trazido para o Conselho; Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, que  
151 teria que ser regulado; oferta aos usuários do SUAS, com a proposta de 90%, e indicação pela  
152 Oficina de 100%; e, estabelecer indicadores de monitoramento e avaliação. Concluindo, a senhora  
153 Diretora colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos, juntamente com a doutora Clara  
154 Carolina. A senhora Presidente agradeceu e observou que a partir da contextualização feita, havia  
155 elementos suficientes para instalar esse debate, destacando ser um ano de Conferência, sendo esse  
156 assunto um subtema a ser tratado nas Conferências, ressaltando a importância desse debate. Antes  
157 de dar prosseguimento, a senhora Presidente apresentou a Conselheira Fátima Rampin, nova  
158 Suplente da Conselheira Rose, em substituição ao Conselheiro Lúcio da Silva Santos, Ministério da  
159 Previdência Social – MPS. A Secretária Executiva, para registro em Ata, passou a chamar os  
160 Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes: Conselheiro Carlos Eduardo, Conselheiro  
161 Renato Saidel, Conselheiro Geraldo, Conselheira Edna, Conselheira Valdete, Conselheiro Mizael,  
162 Conselheiro Frederico, Conselheira Heloísa, Conselheira Dolores, Conselheiro Renato de Paula,  
163 Conselheira Renata Alves, Conselheiro José Crus, Conselheira Verônica, Conselheiro Pessinatti,  
164 Conselheiro José Geraldo, Conselheiro Edivaldo, na titularidade, Conselheira Fátima, na  
165 titularidade e Conselheiro Sérgio na titularidade. Conselheiros Suplentes presentes: Conselheira  
166 Marisa, Conselheiro Clodoaldo, Conselheiro Edval, Conselheiro Samuel, Conselheira Rosa e  
167 Conselheiro Pasquini. Abrindo para os debates, a senhora Presidente passou a palavra para o  
168 Conselheiro Geraldo, que parabenizou a apresentação feita, solicitando a reapresentação da lâmina  
169 sobre o corte do vínculo SUAS, onde se cobrava o registro, a inscrição no Conselho, não falando  
170 em cassação do certificado, mas sim do vínculo SUAS. Salientou que o parágrafo anterior dessa  
171 lâmina trazia que existia a possibilidade de a Entidade prestar o serviço sem estar vinculada ao  
172 SUAS, indagando que se ela não estivesse vinculada esse corte não adiantaria, sendo necessário  
173 acrescentar algum item para que não se perdesse o controle social. Prosseguindo, referiu-se ao  
174 percentual de 10%, querendo aliar esse percentual de 10% à situação da tipificação do serviço e da  
175 maneira que se iria poder, em cima da tipificação, custear esse serviço, para poder se discutir qual a  
176 maneira da manutenção da saúde financeira da Entidade, discorrendo sobre a questão e  
177 exemplificando com o SUS. Falou sobre a grande demanda de usuários, reprimida em qualquer  
178 região do país, observando de que maneira se conseguiria estabelecer esse controle a partir da idéia

179 de ter um percentual para atender quem pudesse pagar. Colocou a necessidade de mobilizar todos  
180 os Conselhos para se obter um diagnóstico de todos os serviços, cuja demanda estava reprimida, e  
181 ter a tipificação desse serviço para sua valorização, assim como poderia ser remunerado esse  
182 serviço pelo Poder Público. A senhora Presidente informou que encaminharia duas questões,  
183 passando a palavra para o Conselheiro Renato Saidel que parabenizou a apresentação, fazendo suas  
184 as palavras do Conselheiro Geraldo. Referiu-se ao material apresentado, do qual havia feito  
185 algumas anotações, manifestando que sua preocupação era a vinculação ao SUAS, não  
186 necessariamente pressupondo um financiamento público para essa Entidade, indagando quem  
187 pagaria sua conta. A senhora Diretora referiu-se ao questionamento feito pelo Conselheiro Geraldo  
188 sobre como manter o controle social, esclarecendo ser na inscrição, com o CNAS tendo um  
189 importante papel na inscrição das Entidades nos Conselhos Municipais e Estaduais, o que deveria  
190 ser profundamente discutido. Com relação à cobrança pelas Entidades daqueles usuários que tinham  
191 recursos e a demanda que era deprimida, como pagar corretamente pelo serviço, esclareceu que  
192 inverteria essa pergunta, pois ao invés de se ficar discutindo o que era e o que não era justo, que as  
193 Entidades cobrassem ou não, pensava que o porquê de aquela Entidade prestar Assistência Social,  
194 indagando quais eram as seguranças ofertadas pelas Instituições e os serviços estatais prestados  
195 pelos CRAS e pelos CREAS. Indagou se esses serviços deveriam ser cobrados ou vendidos, por  
196 isso havia dito que se estava discutindo seguridade social não-contributiva, pergunta que deixava. O  
197 Conselheiro Geraldo, manifestando entendimento de suas colocações, complementou, perguntando  
198 se teria que ser, necessariamente, para uma pessoa que se enquadrasse como beneficiária de  
199 Assistência, podendo se atender nesse caso. A senhora Diretora observou não estar discutindo corte  
200 de renda, destacando que a idéia do vínculo SUAS era que a Entidade que se vinculasse não deveria  
201 cobrar nada do usuário, com todos os gastos pagos pelo Poder Público, colocando que todas as  
202 questões sobre o assunto deveriam ser pactuadas e ser criar padrões mínimos e de qualidade, para se  
203 fazer a conta desses padrões. Com relação à colocação pelo Conselheiro Renato Saidel, a  
204 vinculação ao SUAS não pressupunha financiamento, observando que no seu entendimento a  
205 Entidade tinha que ter um financiamento público direto e indireto, o que deveria ser discutido. O  
206 Conselheiro Renato Saidel ponderou que a realidade era diferente do que se estava propondo, sendo  
207 sua preocupação em como se daria esse processo de amadurecimento e de quebra de um paradigma  
208 que existia no país, discorrendo sobre a questão do financiamento público. Falando como  
209 representante de Entidade, esclareceu que as Instituições ficavam angustiadas por saber que se  
210 fossem depender exclusivamente do financiamento público não teriam condições de funcionar nos  
211 moldes atuais. Destacou que, sem falar nos outros problemas que acarretavam essa insegurança e  
212 que faziam com que elas buscassem outras formas de sustentabilidade, para poder manter o seu  
213 propósito originário e um adequado padrão de qualidade. Ponderou que gostaria de colocar isso  
214 como um processo e reflexão, sugerindo que se trabalhasse primeiro a questão do financiamento e  
215 depois o vínculo SUAS, para sair da insegurança em que se vivia. A senhora Presidente informou  
216 que o Ministério havia trazido uma revista “Conheça o papel das Entidades de Assistência Social”,  
217 solicitando que fosse distribuída aos Conselheiros. Relacionando as inscrições, passou a palavra  
218 para o Conselheiro Edivaldo que observou que na Oficina haviam tido a oportunidade de discutir a  
219 questão da porcentagem, tendo a impressão que se havia discutido outro índice, que não o de 100%,  
220 havendo manifestado na ocasião ser um percentual que se precisava repensar porque em  
221 conformidade com o tipo de serviço ofertado esse número poderia ser pequeno. O Conselheiro  
222 Edval observou que como a seguridade social se apresentava na Constituição, promovia uma  
223 mudança radical no âmbito das políticas sociais brasileiras, se manifestando, em particular, na  
224 Política de Assistência Social, e à medida que essa Política e o Sistema fossem normatizados, se  
225 verificaria que ia sendo definido o lugar da Sociedade Civil no Sistema Único de Assistência Social.

226 Discorrendo sobre a questão do percentual, observou que quando se falava de 10% submetido à  
227 lógica da mercadorização se estava mexendo com uma questão que estava no fundamento da  
228 Política. Ressaltou que a Política de Saúde, estava autorizada pela Constituição e pela lei que  
229 regulamentava a matéria, podendo ser buscada pelas regras do mercado, o que não ocorria na  
230 Assistência, sendo necessária muita cautela com a tolerância para cobranças no âmbito da  
231 Assistência porque se estaria mexendo no fundamento. Informou haver assistido a diversos debates  
232 que mostravam que o SUAS era algo completamente diferente do que já se havia feito na  
233 Assistência Social, pensando que não era tão diferente assim. Ressaltou que quando se começasse a  
234 definir quais eram os papéis se verificaria que não cabia a toda a Sociedade Civil, que antes  
235 participava solidariamente nesse processo, colocando que a solidariedade pressupunha a capacidade  
236 de autonomia da Entidade, pois sua ação era uma ação complementar. Concluindo, colocou que era  
237 preciso ter cautela porque qualquer cobrança estaria afetando o fundamento da Política. A senhora  
238 Diretora, dirigindo-se ao Conselheiro Edivaldo, esclareceu que havia entendido sobre a proposta de  
239 percentual, tendo escutado indagações sobre quem pagaria pelos 10%, com 90% sendo vinculado ao  
240 SUAS, com observações de que esses usuários também eram usuários do Sistema. Recordou que o  
241 Conselheiro Edval havia colocado que se deveria cobrar do Estado e não do usuário, compreensão  
242 que encontrava fundamental. Dirigindo-se ao Conselheiro Renato Saidel, destacou suas palavras  
243 sobre o pagamento dos serviços de qualidade prestados pelas Entidades, observando que a  
244 legislação de entidade era ruim, manifestando não entender subvenção social. Ponderou que havia  
245 que cessar essa discussão de ajuda, mudando-se o debate, ir para o Congresso e dizer que se queria  
246 estar na Lei Orçamentária, na LDO desse ano, ter garantia de recurso, não se abrindo mão de que o  
247 usuário não pagasse mais, o que competia ao Estado. Que havia que ter recurso para a Assistência  
248 Social, que vinha mostrando resultados, com o Conselheiro José Geraldo levando essa discussão  
249 para o Ministério do Planejamento. Na sequência, a Secretária Executiva procedeu à indicação dos  
250 convidados: Lina Silva, da LBV; Antônio Paulo, da LBV; Eduardo, da LBV; Maria Ione, do  
251 CMBS; Adriano Borges, do CEAS/SP; Annemarie, do CEAS/SP; Maria Joaquina, do CEAS/GO,  
252 Edilar Cruz, CEAS/RS e do FONACEAS; Maria Cristina, do CEAS/PB e do FONACEAS,  
253 Presidência; Andréa, do CENEC; doutor Douglas, da AGU, CONJUR/MDS; Maria Rosa, do  
254 Gabinete do deputado Eduardo Barbosa; Daniela Munguba, do Conselho de Assistência Social do  
255 Distrito Federal; Rosilene, do Gabinete do senador Flávio Arns; Rosário de Maria, do MDS; Bruno  
256 Matias Filho, Advogado; e, Rosângela Paz da PUC/SP. Continuando, a Conselheira Marisa referiu-  
257 se ao slide número 23 do vínculo SUAS, que falava que a Entidade deveria ser constituída  
258 conforme o artigo 3º da LOAS, onde, por sua vez, trazia que a Instituição tinha que ser sem fins  
259 lucrativos, com a cobrança tendo que ser feita ao governo, para poder manter o serviço. Ressaltou  
260 que na área da deficiência não se lidava apenas com pobres, mas com a vulnerabilidade, que era a  
261 deficiência, e que estava dentro da LOAS. Observou que fechando em 100% de gratuidade se  
262 deixaria que pessoas que tivessem recursos, pudessem contribuir, considerando que aquela Entidade  
263 tinha o melhor serviço daquela cidade, mas era uma associação sem fins lucrativos, não para  
264 atender pobre, mas para atender a vulnerabilidade, que incluía todas as faixas. Concluindo,  
265 observou que fechar no percentual de 100% ficaria muito amarrado, podendo ter a possibilidade de  
266 receber, mas sempre mantendo o critério de que era sem fins lucrativos. A Conselheira Dolores  
267 cumprimentou a senhora Diretora por assumir essa veemente postura de diálogo no processo de  
268 construção do SUAS, reconhecendo que as descobertas coletivas dariam o caminho correto desse  
269 Sistema. Ressaltou sua clareza em passar a compreensão da importância da participação e de  
270 construir um Brasil com uma Política de Assistência Social de direito e pública, reconhecendo que  
271 isso só seria feito com a participação da sociedade. Indicou a importância da realização da Oficina  
272 sobre o vínculo SUAS, enfatizando a necessidade desse debate para seu aperfeiçoamento e

273 construção com consistência. Lançou o seguinte desafio: quando as pessoas que lidavam com  
274 pessoas com deficiência punham todo o foco de sua luta na questão que a Sociedade tinha que se  
275 organizar para atender às necessidades do sujeito, havia mostrado que o motivo da exclusão não  
276 estava só em ser deficiente ou ligado à situação econômica, necessitando o diálogo e a atenção do  
277 Estado para identificar essa necessidade. Que transportava esse mesmo discurso para o contexto da  
278 assistência, exemplificando com o campo da droga, e discorrendo sobre a existência de seguridade  
279 governamental e obrigatória e a previdência privada, exemplificando com as atividades que exercia  
280 nesse campo. Concluindo, destacou que assumiria esse desafio, mas não abriria mão de construir  
281 Políticas Públicas e nem de aceitar normas de governo impositivas. O Conselheiro Carlos Ferrari  
282 cumprimentou a senhora Diretora pelo trabalho e por tentar construir esse diálogo que era bastante  
283 importante, resgatando sua fala na Oficina, destacando a importância de três pilares: a qualidade do  
284 vínculo e autonomia, financiamento e respeito à história das Entidades. Ressaltou que muitos não  
285 entendiam essa posição e que havia que criar um momento de transição para que compreendessem  
286 esse novo paradigma, destacando a necessidade de um debate crucial para garantir a autonomia das  
287 Entidades e que se refletisse pensando naquelas de assessoramento, defesa de direitos e de  
288 atendimento. Ressaltou que esse processo de autonomia teria um custo, não acreditando que o  
289 Estado cubrisse todos os gastos, indagando se o Estado fosse o único financiador das ações se teria  
290 autonomia para enfrentar o Estado, sendo essa a reflexão que deixava. A senhora Diretora informou  
291 que esse debate era determinação do Ministro e do grupo dirigente do MDS, porque era no diálogo  
292 e no conflito que a se avançava, discutindo os problemas sem abrir mão do rumo. Ponderou que o  
293 Conselho Nacional assim como a área da Assistência Social estavam diante de uma grande questão,  
294 tendo que se ter clareza naquilo que se estava discutindo, destacando que a questão da área da  
295 Assistência Social já ultrapassado o tempo em que somente os pobres eram contemplados no seu  
296 atendimento, encontrando que estava passando da hora da sociedade brasileira discutir a  
297 vulnerabilidade da deficiência e do idoso, informando sobre a discussão que o IPEA estava fazendo  
298 sobre o rumo da seguridade social e qual seu custo. Referindo-se à cobrança ou não dos serviços ao  
299 usuário, observou ser importante a discussão sobre o assunto, não imaginando a possibilidade de  
300 uma pessoa abandonada pela família e pela sociedade, independente de sua renda, ter que pagar  
301 pelos serviços. Alertou que no caso de se colocar que se poderia vender os serviços, se traria para o  
302 mundo da Assistência Social outros entes, citando empresários que teriam estrutura para vender  
303 serviços e, a partir do momento que se abriria essa brecha, teria que ter a Agência Nacional de  
304 Regulação da Assistência Social, sendo esse o grande debate a ser feito. A senhora Diretora,  
305 dirigindo-se ao Conselheiro Ferrari, concordou com suas colocações, observando não se poder  
306 discutir assessoramento e defesa de direitos no mesmo patamar, por terem outra função, de  
307 organizar para lutar contra o próprio Estado, tendo que se discutir com muito cuidado e encontrar  
308 uma saída. Destacou que a colocação feita, de como manter autonomia e ter financiamento, era  
309 bastante séria, assim como outra questão sobre o respeito à história, considerando as mudanças pelas  
310 quais os serviços passavam. Reiterou que esse era um assunto muito importante, devendo se falar  
311 dele apaixonadamente, mas tendo que se ter clareza no seu rumo. Ponderou que a responsabilidade  
312 do grupo era muito grande, e fosse qual fosse sua decisão, seria esse o rumo tomado, por se  
313 acreditar em Conselho que deliberava. Continuando, a senhora Presidente passou a palavra para o  
314 Conselheiro Clodoaldo, que cumprimentou pela exposição, concordando com as colocações que  
315 estavam sendo desenvolvidas também pelos membros do Conselho Nacional, discorrendo sobre a  
316 ansiedade das organizações de Assistência Social. Explanou sobre as dificuldades encontradas e a  
317 ausência dos governos na Política Pública, lutando-se pela construção de uma Política Pública  
318 compromissada, com uma democracia participativa e com interesse coletivo com o bem público,  
319 ressaltando a ausência de um debate maior, sentida pelas Entidades, apenas tendo assento nessa

320 discussão aquelas organizações fortes ligadas à área da saúde e da educação, que tinham respaldo  
321 político, com as Entidades de Assistência Social, ligadas ao Sistema Único da Assistência Social,  
322 não tendo o mesmo respeito ou o mesmo espaço para esse diálogo. Exemplificou com situações  
323 ocorridas e que não conseguiam chegar no debate com o Ministro, com o MDS, para ficar claro  
324 qual a sua ansiedade, com as atividades meio de subsistência não aparecendo no Projeto de Lei  
325 3021, o que gerava essa instabilidade. Discorrendo sobre a atividade das Entidades sérias e daquelas  
326 oportunistas, que deveriam ser penalizadas, manifestou sua preocupação com a subsistência dessas  
327 organizações, tendo que se construir esse diálogo e como essas organizações continuariam  
328 exercendo seu papel dentro daquela perspectiva de protagonismo da Sociedade Civil e uma lei que  
329 servisse para esse governo e outros governos, para continuação do controle social. O Conselheiro  
330 Clodoaldo manifestou que a preocupação era a independência, a autonomia das organizações sérias  
331 que sempre tiveram a preocupação e haviam construído esse momento histórico que se vivia,  
332 participando das Conferências Nacionais de Assistência Social e que não podiam levar a pecha de  
333 serem elas causadores de retrocesso no país. Na sequência, o senhor Presidente em exercício passou  
334 a palavra para o Conselheiro Renato de Paula, que registrou a satisfação com a apresentação da  
335 senhora Diretora e da doutora Clara, lembrando que todo o processo que vinha sendo desenvolvido  
336 na construção da Assistência Social a partir de 2004 era uma construção coletiva, compartilhada  
337 com os mais diferentes atores que faziam parte da Política. Discorreu sobre a situação, observando  
338 que bastava olhar as deliberações das Conferências, desde a IV até agora para ver que nesse último  
339 período nunca na história desse país havia sido cumprida tanta deliberação de Conferência.  
340 Ressaltou que esse processo de discussão coletiva que se estava fazendo fazia parte de um  
341 entendimento que o MDS tinha de que era assim que se construía. Destacou que gostaria de chamar  
342 a atenção de que algumas colocações, principalmente pelos Conselheiros Renato Saidel e  
343 Clodoaldo, eram extremamente pertinentes, mas lembrando que nessa Plenária, quando se pautou a  
344 discussão do vínculo e das Entidades, havia sido associado a essa discussão o debate sobre  
345 sustentabilidade das entidades. Ponderou que esse debate que não dava para se fazer em separado e  
346 que estava previsto no calendário do CNAS em agosto ou setembro. Ressaltou a fala da senhora  
347 Diretora, relacionada à fala do Conselheiro Clodoaldo sobre a subordinação das Entidades a uma  
348 política, o que feriria sua autonomia, não entendendo essa subordinação, mas sim uma inserção  
349 parceira. O Conselheiro Clodoaldo esclareceu que havia falado muito claro que tinha que ser  
350 Política de Estado e não de governo, para que houvesse perenidade e não fosse usado depois para  
351 outros fins, por quem fazia uso da estrutura da Sociedade Civil. Continuando, o Conselheiro Renato  
352 de Paula observou que a adesão a essa Política que havia sido construída coletivamente significava  
353 também, a construção de um estado social forte que cumprisse suas responsabilidades. Que dizia  
354 nesse Conselho, que defender o estado social, um estado forte não significava fazer ao mesmo  
355 tempo a defesa de Entidades fracas, ou o contrário, lógica que não estava pautando a construção que  
356 se estava fazendo. Que repetia essas palavras porque se estava em um processo de transição,  
357 garantindo um reordenamento institucional dessa área, o que implicava também em um  
358 reordenamento do Estado, o que deveria transmitir tranquilidade. Discorreu sobre a peça jurídica  
359 formal chamada de convênio, que vinha sendo ponto de debate, algo em que o Ministério tinha se  
360 debruçado para ver como se resolvia essa questão, não só do ponto de vista formal, mas tendo que  
361 ser viabilizado do ponto de vista da sua continuidade. O Conselheiro Renato de Paula, corroborando  
362 com o Conselheiro Ferrari, que havia um processo de transição, de internalização dessa agregação  
363 de valor cultural e que não estava claro nem para o CNAS, quanto menos para as Entidades, tendo  
364 que se ter tranquilidade para lidar com essa situação. Citando a Conselheira Marisa, discorreu sobre  
365 a questão da gratuidade, da deficiência e da reabilitação, observando do ponto de vista do conjunto  
366 de serviços, não pensando em segmentos, mas em Assistência Social no seu todo. Conforme havia

367 dito a Conselheira Dolores, a tipificação ajudava a destacar aqueles serviços que por suas  
368 especificidades extrapolavam a vulnerabilidade determinada pela condição de classe social,  
369 discorrendo sobre essa tipificação, indagando como se cobraria os serviços essenciais ao usuário.  
370 Concluindo, encontrava que eram debates que dava para fazer separados da questão da  
371 sustentabilidade e da questão da tipificação dos serviços sócio-assistenciais, tendo-se assim, uma  
372 visão mais completa dessa discussão. A senhora Presidente solicitou a colaboração de todos,  
373 considerando o tempo disponível e a visita do Ministro, passando a palavra aos Conselheiros  
374 inscritos e posteriormente à senhora Diretora. A Conselheira Edna cumprimentou a senhora Diretora  
375 e ao MDS pelo trabalho, sendo esse um momento histórico e de quebra de paradigmas não só para o  
376 governo, mas também para as Entidades. Destacando a insegurança causada por essa mudança,  
377 encontrava que o objetivo era maior do que o medo de inviabilizar algumas Entidades, as quais  
378 deveriam ter o financiamento público da prestação de serviço, mas não podiam contar só com isso,  
379 podendo desenvolver atividades meio para aplicar nas ações sociais. Ressaltou que os pontos  
380 fundamentais dessa mudança eram a tipificação dos serviços; o monitoramento da prestação de  
381 serviço e a sua avaliação, devendo corresponder aos níveis que forem mínimos para aquela  
382 prestação de serviço com qualidade. A Conselheira Edna encontrava que esse era o momento de  
383 juntar força pelas Entidades, do governo, dos gestores, dos Conselhos para se caminhar para a  
384 implantação e conclusão dessa política de forma adequada. Concluindo, destacou que muitas  
385 Instituições teriam que se readequar, se capacitar e ser administradas de forma a poder executar os  
386 serviços a que se propunham, sendo esse o momento para se atingir a meta, que era uma prestação  
387 de serviço assistencial de qualidade. O Conselheiro José Geraldo citou a senhora Diretora em  
388 quanto a levar essa discussão para dentro do Ministério do Planejamento, mas que antes disso, era  
389 necessário pacificar alguns itens: a gratuidade; a responsabilidade do Estado em relação a essa  
390 gratuidade; se era responsabilidade do Estado a sustentabilidade das Entidades que prestavam esses  
391 serviços, passando por uma remuneração adequada de cada um deles; e, a tipificação  
392 correspondente a cada um dos serviços, inclusive com observação das especificidades regionais. O  
393 Conselheiro Edval manifestou que os Conselheiros Dolores e Clodoaldo levantaram questões muito  
394 preocupantes e que nesse processo de transição, de reestruturação, nenhum gestor responsável,  
395 poderia deixar de reconhecer ou prejudicar as Entidades, questão que era inegociável, com a  
396 sociedade tendo um débito muito grande com as Instituições que atuavam no campo da Assistência  
397 Social não só pela prestação de serviço material que realizavam, mas por toda a construção de uma  
398 sociabilidade. Manifestou que essa reestruturação iria elucidar algumas questões que precisavam ser  
399 debatidas no processo de vinculação, destacando que a autonomia da Entidade era inegociável,  
400 discorrendo sobre as diferentes agendas dessas organizações. Ressaltou que lhe parecia que o  
401 Estado brasileiro não tinha condições, no curto prazo, de assumir por si mesmo todo o trabalho de  
402 proteção assistencial nesse país e que as Entidades que atuavam nesse campo davam uma  
403 contribuição inestimável. Destacou que era preciso trabalhar para que a Assistência, sem prejuízo  
404 das ações da Sociedade Civil, que eram ações solidárias e que deviam ser estimuladas, devendo ser  
405 uma política pública de responsabilidade do Estado. Continuando com as colocações, o Conselheiro  
406 Pasquini destacou que o Conselheiro Edval já havia exposto aquilo a que se iria referir, ressaltando  
407 que as Entidades se prepararam durante todos esses anos, assim como seus gestores, trabalhando  
408 atualmente dentro de um profissionalismo. Observou que mesmo que se tivesse que fazer  
409 adequações, essas Organizações se comprometiam com a finalidade e os objetivos para os quais  
410 foram criadas, destacando entre as suas atividades as assembleias que aprovavam o seu orçamento e  
411 o balanço, sendo fiscalizadas e regulamentadas e sempre em busca da qualidade. Esclarecendo  
412 como as receitas eram aplicadas e em decorrência dessa correta aplicação, defendia que a receita  
413 viesse dos serviços conveniados e também do recebimento de seus serviços. O Conselheiro Pasquini

414 observou que priorizava a sustentabilidade, porque o papel da Entidade já estava muito bem  
415 trabalhado, se falando atualmente em controle social, que era motivo da Conferência, e como isso  
416 havia chegado na base. Concluindo, colocou que a tipificação e a sustentabilidade estavam  
417 correlatas, observando que as Entidades tinham suas agendas, profissionalizando a gestão em cima  
418 de seus compromissos, que a sustentabilidade vinha por esse lado, acreditando nas duas partes,  
419 tanto com o financiamento do governo como outros. A senhora Presidente, informando que se  
420 retiraria para receber o Ministro, passou a palavra para o Conselheiro Mizael, que cumprimentou a  
421 senhora Diretora e a todos os Conselheiros pela qualidade do debate, em uma demonstração de que  
422 se tinha condições de caminhar em frente, destacando o desafio, principalmente quando se partia em  
423 busca de um modelo novo em que algumas questões eram de difícil resposta e difícil de encontrar  
424 um bom termo. Ressaltando as colocações feitas pelos Conselheiros Renato e Edna, sobre  
425 especificidade e atividade meio, mantendo a atividade fim, citou exemplo de atividade meio  
426 utilizada para manter a atividade fim, frisando que não se poderia trabalhar com venda de  
427 assistência. Tomando da palavra, a senhora Diretora manifestou-se bastante impressionada com o  
428 debate realizado no Conselho e cuja maturidade refletia no Ministério, em estados e municípios, não  
429 se podendo perder a chance de aprofundar esse debate. Indagando o que era meio e o que era fim,  
430 ponderou que se deveria discutir francamente e colocar na regulação, mas tendo muita coisa das  
431 quais não se podia abrir mão para se avançar mais, chamando a atenção para isso. Ponderou que o  
432 Conselheiro José Geraldo era a síntese, não só do Governo Federal, mas dessa disputa na sociedade,  
433 concordando com o que ele havia colocado que não dava para discutir primeiro, regulação e depois  
434 financiamento, mas sim os dois juntos. A senhora Diretora alertou que havia que ficar claro quais  
435 eram os serviços e quanto custava, para que todos lutassem pelo seu orçamento, que isso era  
436 responsabilidade do Estado, que não poderia fazer esse serviço tão cedo e nem sozinho. Observando  
437 o que o Conselheiro Clodoaldo havia dito, de que essa área não tinha poder político, encontrava que  
438 a situação estava mudando, colocando que a última eleição havia dado uma resposta muito clara,  
439 assim como as Entidades de Assistência Social tinham que se organizar, tendo deputados que as  
440 representavam. Dirigindo-se ao Conselheiro Clodoaldo destacou ser essa uma questão séria, porque  
441 as Entidades também dependiam dos usuários não organizados. Manifestou que apesar de ser uma  
442 questão complexa, havia que se avançar no debate. A senhora Diretora agradeceu a todos,  
443 encontrando que o Conselho Nacional daria outro salto de qualidade na discussão, observando que  
444 se deveria pautar novamente esse debate, devendo se detalhar mais o que era habilitação e  
445 reabilitação na área das pessoas com deficiência na área da Assistência Social. Concluindo,  
446 destacou conhecer esse assunto, o qual vinha discutindo fazia vários anos, assim como muitas  
447 pessoas que se encontram presentes, citando o que entrava como receita da Entidade, o que era meio  
448 e o que era fim, para todos irem para o debate com tranqüilidade. O Conselheiro Renato de Paula  
449 informou que o Conselheiro José Crus havia providenciado um material para os Conselheiros do  
450 Conselho Nacional e que seria distribuído nesse íterim. A senhora Diretora esclareceu que como  
451 havia muita mudança na LOAS, e para que todos pudessem acompanhar essas alterações e os  
452 avanços, haviam resolvido fazer uma LOAS anotada, coordenada pela doutora Clara, Coordenadora  
453 de Regulação, e pela Consultoria Jurídica do Ministério. Que também estava sendo distribuída uma  
454 coleção chamada “Capacita SUAS”, projeto feito para que se pudesse entregar um material de  
455 qualidade e que traduzisse conceitualmente os avanços colocados para a própria área da Assistência  
456 Social e que esse material estava sendo enviado para todas as Conferências Municipais e Estaduais.  
457 O Conselheiro Renato de Paula informou que a professora Rosângela Paz uma das autoras da  
458 coleção “Capacita SUAS”, estava presente e poderia autografar o material. O Conselheiro Edivaldo  
459 indagou se o MDS tinha esse material digitalizado para ser distribuído para as pessoas com  
460 deficiência visual, ao que a senhora Diretora informou que a LOAS estava digitalizada, assim como

461 os demais materiais também estariam disponíveis no site do Ministério. Informou que a idéia era  
462 atualizar periodicamente a LOAS anotada, assim como qualquer mudança ocorrida em qualquer  
463 normatização, para que todos acompanhassem. Continuando, a senhora Presidente cumprimentou o  
464 Ministro Patrus Ananias, a senhora Rosilene, a Secretária Valéria, que estava respondendo pela  
465 Secretaria Nacional de Assistência Social, agradecendo a presença no Colegiado. Manifestou ao  
466 Ministro que era muito importante sua presença no Colegiado nesse momento de grande debate  
467 sobre os rumos da Assistência Social, ouvindo suas colocações. Ressaltou que a sua visita atendia a  
468 uma reivindicação desse Conselho, quando a Sociedade Civil havia lhe encaminhado uma carta  
469 tratando de algumas orientações com relação aos membros do governo. Destacou ser esse um  
470 importante debate, mas sua presença faria com que informasse sobre o esforço que o Ministério do  
471 Desenvolvimento Social vinha fazendo, a sua responsabilidade na condução da Política de  
472 Assistência Social e das outras Políticas que estavam sob a sua responsabilidade. O Ministro citou  
473 especialmente alguns dos presentes, cumprimentando, também, os demais Conselheiros e visitantes.  
474 Informou ter uma agenda muito sobrecarregada, o que dificultava sobremaneira o cumprimento de  
475 muitos compromissos. Discorreu sobre a situação do Ministério do Desenvolvimento Social e  
476 Combate à Fome, muito aquém das necessidades e dos compromissos assumidos, mas que vinha  
477 dando conta de suas tarefas e que, apesar de não ter casa própria, contando com a maior  
478 concentração de servidor público, e, apesar das condições, dando conta de 65 milhões de pessoas  
479 pobres no Brasil, com suas ações presentes em todos os municípios do Brasil. Manifestou que  
480 colocava essa situação para se conversar fraternalmente, considerando o CNAS um parceiro, que  
481 tinham suas diferenças, o que fazia parte do processo democrático, mas o objetivo sendo para se  
482 aplainar mais os seus caminhos. Discorrendo sobre o momento, referiu-se aos espaços democráticos  
483 onde se trabalhavam as diferenças, o pluralismo, mas que também havia momentos de  
484 tensionamento que faziam parte dessa relação que se estava construindo entre Estado e os demais  
485 segmentos. Ressaltou que o que traziam todos a esse encontro eram objetivos comuns, todos tendo  
486 um compromisso com o povo brasileiro, especialmente com os pobres, com os excluídos, os mais  
487 fragilizados, idosos, deficientes, crianças e os jovens, especialmente os pobres, as comunidades  
488 indígenas, quilombolas, avançando-se aos poucos, mas avançando com o SUAS e com outros  
489 Sistemas que também o enriqueciam, como o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, o  
490 Programa de Atenção Integral às Famílias, CRAS, CREAS, ProJovem Adolescente integrando com  
491 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Sentinela, as parcerias e colocando cada vez mais  
492 a Assistência Social no campo das Políticas Públicas, dos direitos e dos deveres e sempre  
493 construindo essa participação popular. Informou que se estava preparando a IV Conferência  
494 Nacional no Governo do Presidente Lula, discorrendo sobre os eventos já realizados. Destacou que  
495 encontrava importante olhar para a frente e se retomar o grupo de estudo cujas conclusões seriam  
496 objeto da mais atenta leitura e diálogo e acolhimento por parte do Ministério, por ser essa uma linha  
497 de um trabalho integrado. Ressaltou que havia que se pactuar em bases corretas essa relação, se  
498 vivendo no Conselho e no Ministério, um momento de turbulência que se estava enfrentando juntos  
499 e que seria superando, garantindo as condições para realizar bem a Conferência Nacional, com as  
500 Municipais e Estaduais já se realizando. Prosseguindo, o Ministro referiu-se à situação em que o  
501 Conselho se encontrava em face da intervenção da Política Federal e do Ministério Público,  
502 informando haver conversado com o procurador Antônio Fernando e com o Diretor Geral da Polícia  
503 Federal, solicitando que se resolvesse a situação sem criar constrangimentos, com o Conselho  
504 precisando retornar na plenitude de suas funções e de responsabilidades. Chamou a atenção para a  
505 questão do vazio legislativo em que se estava com relação às Entidades filantrópicas, discorrendo  
506 sobre a legislação e os problemas existentes, agradecendo ao Conselho e vários representantes de  
507 Entidades que ajudaram a colocar essa discussão, informando sobre a reunião realizada no dia

508 anterior com o senador Flávio Arns e com vários representantes de Entidades ligadas à Assistência  
509 Social. Observou que novo modelo legislativo, ainda não consolidado, punha o julgamento no  
510 campo do Ministério, o que encontrava correto, mas que poder ser discutido se houvesse  
511 discordância, com o Conselho ficando liberado para pensar, discutir e formular Políticas Públicas de  
512 Assistência Social e a estratégia da consolidação do Sistema Único da Assistência Social,  
513 desenvolvendo com o MDS a integração do SUAS com outros sistemas que compunham a grande  
514 rede nacional de proteção e promoção social. Que gostaria de compartilhar com os Conselheiros e  
515 demais presentes o sentimento de que havia desafios, sendo preciso acertar o passo e que haviam  
516 diferenças, mas que o objetivo comum os unificava. Ponderou que esse objetivo comum era o  
517 compromisso social, o compromisso com os pobres pela construção do Sistema Único da  
518 Assistência Social e a institucionalização das Políticas Sociais, colocando a questão dos pobres e a  
519 Assistência Social no campo das Políticas Públicas, das Políticas de Estado com o controle e a  
520 participação da sociedade, dos direitos e dos deveres. O Ministro Patrus Ananias fez o apelo para  
521 que o Grupo de Trabalho se reconstituisse, retomasse suas reflexões, seus debates e que o Conselho  
522 ajudassem a superar esses impasses. Concluindo, solicitou o empenho para se destravar o projeto de  
523 certificação das Entidades filantrópicas, o CEBAS e estabelecer um patamar jurídico que  
524 possibilitasse continuar avançando na questão das conquistas sociais do Brasil, agradecendo e  
525 pondo-se à disposição. Agradecendo suas palavras, a senhora Presidente informou que a senhora  
526 Diretora havia trazido a discussão do vínculo SUAS, importante debate para o Conselho, abrindo as  
527 inscrições aos presentes. O Conselheiro Edivaldo, após se apresentar ao Ministro, informou que  
528 haviam solicitado sua presença com o objetivo de estabelecer um diálogo, e antes de tudo pedir em  
529 nome da Sociedade Civil, as escusas por algum eventual excesso da parte da Sociedade Civil.  
530 Manifestou saber que o Ministro também tinha interesse em estar presente, discutindo e  
531 conversando, mas tendo conhecimento que isso não era sempre possível. Com relação à demanda  
532 que haviam apresentado acerca da modificação da recomposição ocorrida no Conselho, gostariam  
533 de esclarecer que seu desejo era que fosse retomada a composição inicial, ou seja, que retornassem  
534 os Ministérios da Saúde e da Educação, discorrendo sobre os motivos para essa atitude. O  
535 Conselheiro Edivaldo observou que o principal deles era a questão da intersetorialidade, com a  
536 Assistência Social sendo defensora dessa prática, desse propósito das Políticas Públicas. Arrazoou  
537 que essa saída era prejudicial, considerando que a Saúde fazia parte do tripé da seguridade social, e  
538 a Educação era uma das principais ferramentas para a construção do indivíduo, pois era por seu  
539 intermédio que se podia empreender os debates, as reivindicações e demandas, solicitando fosse  
540 retomada a composição inicial desse Conselho. Informou que se estava em um momento que exigia  
541 essa posição, discorrendo sobre a realização das Conferências Municipais e Estaduais, momento em  
542 que seguramente seriam demandados quanto a essa mudança em função de que esses Conselhos se  
543 espelhavam no Conselho Nacional, com a maioria deles tendo a mesma composição. Que quando se  
544 retomasse a certificação, com deferimento ou não de uma Entidade, fosse da Saúde ou da Educação  
545 não haveria um representante presente para dialogar sobre a questão. Prosseguindo, o Conselheiro  
546 Edivaldo manifestou-se com relação à comunicação entre CNAS e MDS, difícil em alguns  
547 momentos, referindo-se ao ocorrido durante a Reunião Descentralizada realizada em Brasília, onde  
548 havia sido feita a recomposição, com as vagas preenchidas por representantes do MDS para que  
549 pudesse garantir o voto em conformidade com os seus interesses, conforme havia sido ouvido na  
550 oportunidade. Discorreu sobre a questão de a recomposição não ter sido discutida no CNAS, sendo  
551 importante que o mesmo fosse consultado, e por mais que o governo tivesse autonomia de  
552 promover a nomeação, conforme Portaria, esse assunto deveria ser debatido conjuntamente.  
553 Observando que a representação do MDS ocupava mais de 20%, não permitindo um debate mais  
554 amplo, ficando centrado em um só espaço e com uma proporção muito grande em relação às outras

555 Políticas. Concluindo, o Conselheiro Edivaldo solicitou que o Ministro refletisse e desse alguma  
556 posição em relação à possibilidade da retomada desses dois Ministérios. Na sequência, o  
557 Conselheiro Geraldo, após apresentar-se, observou que o descontentamento manifestado pelo  
558 Conselheiro Edivaldo, havia sido bastante discutido, mas de uma forma muito tranqüila, dentro da  
559 Sociedade Civil, com o entendimento de que essa situação havia ocorrido no momento em que se  
560 poderia pensar um pouco mais, discutir de forma mais coletiva com o Colegiado. Colocou que esse  
561 GT havia sido formado por Resolução, discorrendo sobre o papel de multiplicadores da Política  
562 Nacional e o que se esperava dessas Conferências, bem como o modo como os gestores  
563 consideravam a composição. Que no momento em que se trazia essa situação para o Conselho  
564 Nacional, a preocupação era como se falaria de composição, de recomposição, de independência de  
565 um espaço institucional onde era natural a divergências, havendo-se aprendido a tratá-la de forma  
566 construtiva. O Conselheiro Geraldo manifestou que a preocupação era como se levaria essa fala  
567 sendo que se havia praticado de forma inversa dentro do CNAS. Que após a apresentação dessa  
568 versão no Conselho, havia sido indicado que poderia haver uma recomposição mais à frente, pós-  
569 realização das Conferências, indagando que se existia essa compreensão por que não havia sido  
570 pensada mais à frente, sempre destacando que, conforme a fundamentação legal era um direito do  
571 poder público, do gestor, fazer essa recomposição. Que entendia que essa recomposição poderia ter  
572 profissionais de formação de serviço social, que pudesse dar uma contribuição mais efetiva dentro  
573 do CNAS, mas não com substituição de outros Ministérios, precisando saber qual o papel do  
574 Conselheiro nesse Conselho, independente do Ministério representado. O Conselheiro Geraldo,  
575 discorreu sobre a importância do papel representado no CNAS por uma equipe multidisciplinar,  
576 conhecedora o que dizia respeito à saúde e à educação, papel dos profissionais que trabalhavam nos  
577 próprios CRAS, de fazer a acolhida e adotar o melhor procedimento para o beneficiário, extendendo  
578 essa situação para os entes federados, estado e município. Concluindo, o Conselheiro Geraldo  
579 manifestou-se satisfeito da maneira como havia sido apresentado o vínculo SUAS, espelho do que  
580 deveria acontecer permanentemente. Destacou que quem estava na ponta não poderia ficar  
581 prejudicado por esses atropelos no intermediário, mas para fazer essa recomposição e a própria  
582 formação do GT sobre o assunto, encontravam que era muito importante ter a contribuição desses  
583 outros Ministérios. A senhora Presidente passou a palavra para o Ministro, que se referiu ao  
584 requerimento do compromisso da interlocução no Ministério com esse Conselho e com outros  
585 Conselhos que interagem com o Ministério, com as limitações que o Conselheiro Geraldo havia  
586 mencionado, que havia comparecido ao CNAS nessa oportunidade, e que certamente viria outras  
587 vezes, de uma forma muito tranqüila. Ressaltou que existiam olhares um pouco diferentes em  
588 algumas questões, solicitando aos Conselheiros, a fidelidade às suas convicções, aos seus  
589 princípios, aos seus valores, considerassem dois pontos que os colocavam, como também ao MDS,  
590 em uma situação excepcional. Observou que o Conselho Nacional de Assistência Social se  
591 encontrava sob intervenção da Polícia Federal, o que os colocava em uma situação excepcional, ao  
592 mesmo tempo em que se estava reestruturando o paradigma do Conselho, se estava avaliando para  
593 provar uma lei que mudaria e colocaria o julgamento vinculado diretamente ao Ministério,  
594 transferindo a responsabilidade das Entidades da Educação e da Saúde para os respectivos  
595 Ministérios. Que se iria tratar das Entidades de Assistência Social que estivessem dentro das  
596 diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social, do Sistema Único da Assistência Social, do Plano  
597 Nacional da Assistência Social e das normas que vinham consolidando o SUAS e a Política  
598 Nacional da Assistência Social. Referindo-se ao colocado pelo Conselheiro Edivaldo, que era  
599 importante a presença de representantes da educação, havendo entendido que como o Conselho  
600 continuaria expedindo certificados relacionados com a Educação e com a Saúde, a presença desses  
601 representantes era necessária, sendo outro modelo. O Conselheiro Edivaldo observou que por ora,

602 enquanto não houvesse a retirada da certificação do Conselho, esses pedidos chegariam, reiterando  
603 a grande contribuição que se teria com a presença desses representantes, mas que o motivo maior  
604 era a discussão da Política. Manifestando seu entendimento, o Ministro discorreu sobre a situação  
605 de que o Conselho não estava julgando nesse momento, existindo 8 mil processo indefinidos, entre  
606 os quais de Educação e Saúde, em função do “vacacio legis”. Que, considerando as ponderações do  
607 Conselheiro Edivaldo, era claro que os Ministérios da Educação e da Saúde, eram fundamentais na  
608 interlocução das Políticas Públicas, atendendo-se a intersetorialidade e a integração. Esclareceu que  
609 havia recebido a informação que os representantes dos Ministérios não estavam comparecendo  
610 regularmente, colocando com muita franqueza, que quem estava enfrentando as dificuldades do  
611 Conselho, além dos Conselheiros, era o MDS, responsável pelas ações decorrentes das medidas  
612 tomadas, e lutando pela aprovação do Projeto do CEBAS e recebendo os problemas relacionados  
613 com Medidas Provisórias. Considerando ser essa a situação, encontrava razoável, dentro dos limites  
614 da lei, que se operasse também com uma margem de segurança, tendo com o Conselho uma relação  
615 de interlocução e de lealdade recíproca. Que havia que repensar um novo paradigma, que a  
616 Educação e Saúde eram fundamentais mas existindo novos parceiros e uma relação e uma  
617 interlocução muito forte com o Ministério da Justiça, o PRONASCE, que interagira diretamente com  
618 os CRAS e CREAS, explanando sobre os demais organismo com quem havia interlocução e as  
619 ações realizadas em parceria. O Ministro ressaltou que se teria que reestudar como interagir com  
620 esses novos parceiros nessa perspectiva da transversalidade, da intersetorialidade, que era uma  
621 prioridade do MDS, insistindo que se estava vivendo em uma situação excepcional, tendo que se  
622 construir, a partir desse momento, um novo patamar de uma relação democrática, compartilhada,  
623 mas lembrando também que cada um tinha seu espaço. Que havia o objetivo comum, o bem  
624 comum, construir as Políticas Públicas da Assistência Social, os direitos dos pobres, dos  
625 fragilizados, a justiça social, a rede de proteção social, existindo convergências, mas também com  
626 atribuições e responsabilidades próprias. O Ministro ressaltou que todos se encontravam em uma  
627 situação excepcional, tendo sido feito o que parecia mais adequado, encontrando-se presente nessa  
628 oportunidade tentando repactuar. Que havia um nível de tensão no Ministério e imaginava que  
629 também tivesse no Conselho, com relação às questões que havia apresentado, relacionadas  
630 diretamente com o CNAS, com as mudanças paradigmáticas do modelo que se estava construindo,  
631 inclusive gerando, às vezes, algumas tensões com a Saúde e com a Educação na construção desse  
632 novo modelo, por não ter sido algo fácil, discorrendo sobre as responsabilidades resultantes e que  
633 não eram totalmente compartilhadas. Manifestou a angústia que, se não se resolvesse a situação do  
634 Conselho e a fundamentação jurídica para certificar as Entidades de Assistência Social, a realização  
635 da Conferência poderia ficar prejudicada, observando como se realizar esse evento com um  
636 Conselho sob intervenção e sem uma fundamentação jurídica clara que disciplinasse a certificação  
637 das Entidades. Aparteando, o Conselheiro Mizael solicitou esclarecimentos do Ministro quando  
638 falava da intervenção do Conselho, que informou haver uma investigação em curso, discorrendo  
639 sobre a situação decorrente desse fato. Destacou que essa situação continuava gerando tensão e  
640 angústia, com muitas pessoas do governo encontrando que o Conselho não deveria ser  
641 reconstituído, devendo-se esperar o final das investigações, que havia assumido refazer o Conselho  
642 exatamente para manter a luta. O Conselheiro Geraldo solicitou que o Ministro falasse sobre os  
643 processos, indagando se seria recomposta uma estrutura técnica capaz de vencer 8 mil processos. O  
644 Conselheiro Edval parabenizou o Ministro pela gestão do Ministério, observando se a composição  
645 dos representantes governamentais por Ministérios diferentes tinha como orientação tornar a  
646 Política um objeto do Estado e não exclusivamente de um Ministério. Indagou se era de interesse do  
647 Ministério de recompor essa representação assegurando a intersetorialidade com essas novas  
648 parcerias. Após apresentar-se, o Conselheiro Ferrari parabenizou o Ministro pela condução das

649 políticas, reforçando a fala do Conselheiro Edivaldo no que tangia à importância de se ter a  
650 Educação e a Saúde dentro desse organismo para que se tivesse efetivamente o controle social.  
651 Ressaltou que o modelo concebido a partir da democracia participativa demandava que se tivesse,  
652 efetivamente, o equilíbrio de forças não para que se tivesse simplesmente um jogo de poder, mas  
653 que se tivesse a partir da diversidade a construção do que efetivamente se almejava. Ressaltou que a  
654 recomposição havia trazido bons companheiros, de quem não se questionava a qualidade e nem a  
655 garantia da boa participação, mas o fato concreto era que a participação com percentual elevado do  
656 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, citando as palavras de um representante  
657 do Ministério sobre o resultado que se queria da votação, acabava quebrando esse equilíbrio de  
658 força, que poderia gerar o conflito positivo. O Conselheiro Ferrari indagou qual a leitura do  
659 Ministro, e se existia a possibilidade de se ter sinalizada essa recomposição. Tomando da palavra,  
660 para registro, a Conselheira Edna observou ter escutado todas as manifestações mas não tinha  
661 registro em momento algum que havia sido dito no Conselho, por qualquer representante do  
662 Ministério do Desenvolvimento, que era para garantir votação para o Ministério, mas sim para  
663 garantir presença porque o que havia era a ausência constante de alguns representantes do governo,  
664 inclusive sendo manifestação da própria Sociedade Civil, que em determinada Reunião Plenária se  
665 havia negado a entrar porque haviam poucos representantes governamentais. Agradecendo suas  
666 palavras, a senhora Presidente passou a palavra para o Ministro para fazer suas considerações finais.  
667 Respondendo à pergunta do Conselheiro Geraldo, o Ministro manifestou ser essa a angústia do  
668 MDS, observando que se queria outro paradigma, projeto que havia sido discutido e construído  
669 coletivamente no Conselho, no MDS, no Ministério da Educação, da Previdência Social, da Saúde,  
670 da Fazenda, da Casa Civil, destacando que após a reunião ocorrida no dia anterior, os acertos eram  
671 poucos. Solicitou o empenho de todos, pois se houvesse problema de aprovação, voltariam todos os  
672 processos que estavam pendentes, e que estavam sendo segurados pelas equipes dos Ministérios da  
673 Educação e da Saúde. Que estavam fazendo um esforço para a aprovação de uma lei que  
674 regulamentasse e encaminhasse os certificados para as áreas correspondentes, com a participação do  
675 Conselho na formulação de critérios, ressaltando que se voltasse para o CNAS seria uma situação  
676 complexa, pois embora tivesse autonomia, suas características próprias e fosse uma instância  
677 superior deliberativa, tinha vínculo administrativo com o MDS, que era o responsável. O Ministro  
678 solicitou o empenho de todos para que se pudesse assegurar a aprovação do Projeto de Lei em  
679 discussão na Câmara nesse momento, o PL SUAS, que era importantíssimo, e o Projeto de Lei do  
680 CEBAS era urgentíssimo. Respondendo ao Conselheiro Edval, esclareceu que havia interesse em  
681 recompor, com um Conselho cada vez mais plural, democrático, queremos nesse Colégio a  
682 Educação e a Saúde como outros interlocutores que tinham uma interlocução muito intensa com o  
683 MDS em ações e Políticas Públicas. Insistiu ser esse um momento de transição, como havia sido  
684 dito pela Conselheira Edna, sendo uma situação atípica que se queria recompor o quanto antes,  
685 inclusive com a base jurídica mais tranqüila. Esclareceu que quando o MDS havia sido constituído,  
686 foram três áreas integradas, assistência social, segurança alimentar e nutricional, transferência de  
687 renda, o Bolsa Família, estando se intensificando muito as ações de inclusão produtiva, de  
688 qualificação profissional, as chamadas ações emancipatórias, estruturantes, geração de trabalho e  
689 renda. Respondendo ao Conselheiro Ferrari informou ter um compromisso histórico com a  
690 democracia participativa, tendo implantado em Belo Horizonte o orçamento participativo, com o  
691 Conselheiro tocando em um tema que lhe era muito caro. Arrazoou que havia momentos que havia  
692 que convergir para enfrentar desafios e situações difíceis, estando de acordo com a questão do  
693 pluralismo que o Conselheiro colocava. Com relação à não realização da Conferência nesse ano,  
694 esperava que não se concretizasse, esperando que o PL fosse aprovado mas se os 8 mil processos  
695 voltassem para o Conselho, teriam todo empenho de sua parte, se reconstituiria o Conselho em base

696 democrática, com a Educação e a Saúde sendo interlocutores fundamentais. Para encerrar, o  
697 Conselheiro Edivaldo, informou que a Sociedade Civil havia debatido que assim que o Ministro  
698 fizesse seu pronunciamento se reuniriam para fazer uma avaliação, esclarecendo sobre a situação  
699 ocorrida quando da verificação do quorum, com a Sociedade Civil não se recusando a se reunir por  
700 falta da presença do governo, tendo aguardado para iniciar a reunião. O Ministro manifestou que  
701 não esqueceria a conversa e as colocações mantidas, até mesmo a oportunidade de se recompor o  
702 Conselho em um tempo menor, com as diferenças sendo acertadas aos poucos. Que havia dois  
703 desafios: a situação do Conselho e aprovação do Projeto que eram muito importantes para se clarear  
704 o horizonte, para sse ter uma relação mais clara, mais limpa e poder pensar o futuro das Políticas  
705 Públicas de Assistência Social no Brasil. **ENCERRAMENTO.** A senhora Presidente encerrou a  
706 Reunião para o almoço, com retorno às 14h. A senhora Presidente deu início à Reunião no período  
707 da tarde, solicitando à Secretária Executiva que conferisse o quorum: Conselheiros Titulares ou na  
708 titularidade presentes, Conselheira Valdete, Conselheiro Pessinatti, Conselheira Verônica,  
709 Conselheira Edna, Conselheira Fátima, Conselheira Heloísa, Conselheiro Frederico, Conselheiro  
710 Sérgio, Conselheiro José Geraldo, Conselheiro Renato, Conselheiro José Crus. Conselheiros  
711 Suplentes presentes, Conselheiro Edval, Conselheiro Pasquini, Conselheiro Samuel, e Conselheiro  
712 Renato de Paula. Prosseguindo, a senhora Presidente passou ao **Item Apresentação dos Censos**  
713 **dos CRAS e CREAS**, estando presente a senhora Aidê Caçado, Diretora de Proteção Social  
714 Básica, Luís Otávio, Assessor do DGSUAS e Coordenador do Núcleo de Monitoramento,  
715 Secretária Substituta, Valéria Gonelli e Gláucia, Assessora da SAGI, a quem agradeceu a presença.  
716 A Secretária Substituta e Diretora de Proteção Social Especial, deu início à apresentação,  
717 explanando sobre o CRAS e os censos realizados, informando, também, sobre a realização de um  
718 Censo CREAS do Brasil no final do ano passado. Informou que haviam saído do encontro do  
719 monitoramento, onde vinham debatendo esse processo com os estados, mas se estava trabalhando  
720 em uma perspectiva de monitoramento do SUAS, discorrendo sobre o assunto e a inclusão de outros  
721 sistemas, que estavam em construção para implementação. Destacou que já haviam saído com o  
722 censo CRAS e CREAS juntos, sendo a segunda experiência do Censo CREAS e a terceira do Censo  
723 CRAS, que tinham dado toda uma perspectiva de construção, inclusive de indicadores e de  
724 acompanhamento por parte dos estados, de compreensão de todos os serviços e atendimentos às  
725 famílias e aos indivíduos dentro dessas unidades públicas estatais. Na sequência, a Diretora de  
726 Proteção Social Básica, cumprimentou os presentes e destacou que gostaria de ressaltar que esse  
727 processo de monitoramento era extremamente fundamental para a consolidação do Sistema Único e  
728 que ia se aprimorando ao longo dos anos. Esclareceu que o foco nesse momento, era fazer o  
729 monitoramento do CRAS e o CREAS, e ao definir indicadores, reconhecer a importância e a  
730 qualidade da oferta de serviços e de unidades adequadas ao atendimento da população necessitada.  
731 Manifestou que gostaria de esclarecer que esse processo não teria sido possível se não se contasse  
732 com a colaboração da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, trabalhando  
733 conjuntamente desde o início. Observou que à medida que se amadurecia a própria concepção do  
734 Sistema e dos serviços também se melhorava as informações que se estava colhendo, tendo-se  
735 encontrado um formato muito adequado ao momento que se estava vivendo. Tomando da palavra, a  
736 Assessora da SAGI informou ter ocorrido o quinto encontro para monitoramento do SUAS, na  
737 tentativa de avançar colocando junto CRAS e CREAS em todas essas iniciativas, esclarecendo  
738 sobre a apresentação que seria feita. Colocou que essa experiência de monitoramento desse tipo no  
739 Ministério havia sido possível pela importância que a SNAS deu ao tema e também a parceria com  
740 a SAGI. Discorreu sobre o procedimento usado para esse monitamento, iniciando pelos CRAS e  
741 posteriormente pelo CREAS, com a atribuição a cada Centro um número de identificação, chamado  
742 de ID, esclarecendo seu uso, discorrendo sobre o material em tela e a forma como esse

743 monitoramente seria feito. Que o MDS e seus parceiros, criaram um questionário eletrônico, que  
744 gerava um banco de dados, podendo, por seu intermédio corrigir as distorções detectadas,  
745 exemplificando com o Piso Básico Fixo, discorrendo sobre os primeiros ajustes. Colocou que dessa  
746 base administrativa se estava fazendo um relatório, com mais especificações estatísticas,  
747 elaborações, cruzamentos para se lançar na Conferência, observando que essa mesma base  
748 administrativa poderia gerar relatórios administrativos para ações do dia a dia da SNAS,  
749 percebendo-se que, com relação ao domínio da informação, quem detinha a informação tinha poder.  
750 Colocou que a grande maioria dos estados e municípios e até mesmo os próprios apresentadores,  
751 não tinham capacidade de uso do máximo que esses dados poderiam dar, criando-se outro programa  
752 de visualização dessas informações, com a idéia do monitor era de avanço no uso da informação.  
753 Que para o caso do CRAS, haviam indicadores construídos e elaborados para fazer Planos de  
754 Metas, com essas informações contribuindo com a gestão que iria retroalimentar não só o processo  
755 de monitoramento, mas também o processo de implementação do SUAS, com o CRAS, já tendo  
756 completado essa fase e, no caso do CREAS, ainda gerenciando o programa. Informou que na última  
757 CIT haviam sido pactuadas ações com as informações do Censo para melhoria dos CREAS, sendo  
758 esse o modelo de gestão que o MDS vinha adotando com os resultados do Censo. Destacou que  
759 eram muito importante todos os encontros feitos com a participação dos estados e a importância de  
760 sua contribuição até mesmo nos aprimoramentos desse questionário, mas tendo que se avançar  
761 no apoio pactuado com os estados para suporte e para orientação. Esclareceu que se estava  
762 avançando e tendendo a avançar um pouco mais em serviços e atividades para, no futuro, que era o  
763 objetivo, chegar mais para as famílias, esclarecendo sobre a idéia relativa aos CRAS, os serviços  
764 ofertados e as famílias atendidas. No caso do CREAS, com o mesmo processo utilizado, o objetivo  
765 do Censo CREAS era, dentro outros, subsidiar o processo de reordenamento do serviço para a  
766 consolidação do CREAS como um unidade pública estatal, que ofertava serviços continuados,  
767 destinados ao atendimento de indivíduos e famílias em situação de risco. Prosseguindo, a Assessora  
768 da SAGI informou sobre os procedimentos utilizados para combinar os conceitos, os conteúdos do  
769 SUAS com questões tecnológicas, assim como o que era necessário conhecer para preencher o  
770 questionário. Indicou o material em tela referente aos CRAS, seu conceito e a modalidade usada  
771 para pensar as unidades para seu cadastramento e seus indicadores. Prosseguindo, discorreu sobre  
772 os procedimentos utilizados, chamados de dimensões de desenvolvimento, para saber se o CRAS  
773 era adequado ou não, informando que para melhorar esse CRAS que, teoricamente, não estaria bom,  
774 houve avanços com a nova idéia de indicador sintético sendo uma abordagem de desenvolvimento  
775 do CRAS, onde eram categorizados com 10 estágios que iam de 1 a 10. Que haviam buscado  
776 normativos que pudessem contribuir para identificar variáveis para compor suas dimensões,  
777 discorrendo sobre os procedimentos e critérios utilizados para mensurar as atividades e  
778 responsabilidades na execução de suas ações. Esclareceu as alterações introduzidas no questionário  
779 para se ter um retrato mais detalhado e que dava mais indicativos sobre os CRAS e o que se poderia  
780 fazer para os melhora, assunto discutido nas reuniões da CIT, informando o número de CRAS  
781 cadastrados no Censo de 2008. Destacou que eram cadastrados não só os que eram co-financiados,  
782 mas o máximo de unidades possíveis, apresentando material sobre o número e a distribuição dos  
783 Centros, assim como o comparativo de desenvolvimento do indicador de CRAS para estrutura física  
784 em 2007/2008. Discorreu, também, sobre o percentual de aumento dos CRAS, com a sua maioria  
785 classificada como suficiente, sendo que os novos Centros, à época desse cadastramento algumas  
786 atividades na CIT e no CNAS foram indutivas de melhorias e de orientações para os mesmos,  
787 mostrando os indicadores. Discorreu sobre o monitoramento e o conhecimento do seu instrumento,  
788 o que trazia ganhos, explanando sobre a questão dos recursos humanos envolvidos nas atividades de  
789 CRAS e de CREAS. Informou que se ateu mais ao CRAS porque os modelos eram muito

790 semelhantes, observando que já seria de conhecimento de todos o que seria mostrado com relação  
791 aos resultados do CREAS. Discorreu sobre o percentual, com relação aos profissionais, vínculos,  
792 contratos, tendo-se um conjunto de informações bastante importantes para orientar as informações  
793 de melhoria. Continuando, a Assessora da SAGI passou para as informações sobre o Censo  
794 CREAS, discorrendo sobre o material apresentado, as tabelas sobre as unidades, o cadastro de um  
795 total de 1484 unidades que foram cadastradas, sendo que 75% delas foram identificados como  
796 CREAS municipal ou do Distrito Federal, discorrendo sobre o percentual que seguiam as suas  
797 orientações. Indicando o material em apresentação, destacou que essa ferramenta tinha outro  
798 aprimoramento tecnológico, discorrendo sobre a maneira como esse aporte poderia ser utilizado e as  
799 alterações realizadas para o aprimoramento das informações. Esclareceu que os avanços iriam além  
800 do avanço das situações críticas que já haviam sido pactuadas na CIT, também nos indicadores,  
801 com a idéia de se avançar na idéia dos estágios, pertinente e quemuito poderia poderia contribuir,  
802 assim como as demais idéias que poderiam ser implementadas. Exemplificou como implementar a  
803 idéia das dimensões e indicadores de estágio para um CREAS municipal que tivesse atividades  
804 diferenciadas, a forma de prestar o serviço diferenciado em um CREAS regional. Discorrendo sobre  
805 as adaptações que teriam que ser realizadas, a Assessora da SAGI observou que poderia prestar  
806 mais alguns esclarecimentos, bem como gostaria de mostrar o mapa do CRAS e do CREAS. A  
807 senhora Presidente agradeceu as suas colocações, abrindo para o debate para que os Conselheiros  
808 pudessem trazer algumas questões sobre esse monitoramento realizado para que se pudesse tomar  
809 mais conhecimento, amadurecendo como o Conselho poderia contribuir ou acompanhar essa  
810 questão do monitoramento dos CRAS e CREAS. Continuando, passou para a Secretária Executiva  
811 justificar ausência de Conselheiros no período da tarde: Conselheiros Carlos Ferrari, Geraldo,  
812 Edivaldo, Renata, Clodoaldo, Dolores, Rosa Maria e Renato Saidel, por estarem no Congresso  
813 Nacional em apoio ao PL 3021, o CEBAS. Em razão dessas ausências, estavam na titularidade os  
814 Conselheiro Samuel e Conselheiro Edval, registrando, também, a chegada das Conselheiras Marisa  
815 e da Conselheira Rose. Tomando da palavra, a Secretária Nacional de Assistência Social Substituta  
816 esclareceu, sinalizando um pouco as diferenças com relação ao Censo CREAS, em que haviam  
817 optado por não cadastrar apenas CREAS municipal ou regional, mas fazer uma captura de  
818 informação de unidades vinculadas ou não-vinculadas, conveniadas, para realização de parcerias no  
819 desenvolvimento de seus serviços. Discorreu sobre a identificação dos Centros e das unidades  
820 vinculadas ao CREAS no município, com os serviços na Proteção Social Especial ainda bastante  
821 dispersos, como também a ausência desses Centros nos municípios, sinalizando a possibilidade de  
822 discussão junto à CIT para esse reordenamento. A Diretora de Proteção Social Básica observou que  
823 os indicadores apresentados davam uma idéia do que era o questionário do Censo, discorrendo  
824 sobre sua aplicação e as possibilidades que apresentava com relação ao atendimento e à articulação  
825 entre o CRAS e o coordenador e sua importância, considerando a necessidade de informações pelo  
826 CRAS sobre os beneficiários e também sobre sua articulação do CRAS com a rede sócio-  
827 assistencial do seu território de abrangência. Informou que havia sido feito um processo de  
828 pactuação na CIT sobre o acompanhamento, com os estados já fazendo acompanhamento a essas  
829 unidades, especialmente as que ficaram com os índices mais baixos. Discorreu sobre o acesso a  
830 essas informações pelos estados, para melhor conhecer os CRAS, aprofundando, também, a  
831 discussão do acesso a essas informações pelas instâncias de controle social, responsáveis por  
832 aprovar as ações realizadas pelos municípios, ficando a par tanto da situação dos equipamentos das  
833 unidades no municípios ou nos estados, no caso do Conselho Estadual, mas também com relação ao  
834 processo de acompanhamento da função dos estados e dos municípios nessa ação. Concluindo,  
835 informou sobre as indicações do Censo com relação ao financiamento pelo governo e pelos  
municípios, que eram os grandes financiadores da rede de CRAS no Brasil, assim como como os

837 serviços ofertados pelos Centros. A senhora Presidente ponderou que esse monitoramento iria  
838 fortalecer e aprimorar a função dos CRAS e dos CREAS no território, sendo importante colocar, à  
839 medida em que se estaria monitorando as modalidades de atenção, os tipos de serviços e as  
840 atividades. Indagou se existia algum indicador que falasse da integração de benefícios e serviços,  
841 considerando ser essa uma importante questão, já que existia a informação de um protocolo de  
842 integração de serviços e benefícios, com a NOB estabelecendo que a partir da gestão básica teria  
843 que haver essa integração, não sabendo como isso estaria sendo acompanhado pelos CRAS. A  
844 senhora Presidente destacou outra questão, que considerava importante de se colocar para debate e  
845 os Conselheiros se manifestarem com relação ao acesso a essa informação pelas instâncias de  
846 controle social, indagando se havia uma estratégia para que o CNAS e os próprios Conselhos  
847 tomarem conhecimento não só do Plano de Monitoramento, mas sobre todas as informações sobre  
848 seu município. Ressaltou que o Conselho poderia se valer de diversas informações até para o  
849 Conselho utilizar na hora de trabalhar a questão orçamentária, conhecendo as necessidades de cada  
850 área. A Conselheira Heloísa informou haver sido olhado na reunião da Comissão de Política os  
851 eixos do planejamento estratégico e se falado sobre esse monitoramento e que estava se  
852 constituindo em um processo de acompanhamento da implementação do SUAS. Encontrava  
853 importante registrar o resgate e os cumprimentos ao MDS pelo avanço que se estava observando  
854 nessas questões. Destacou que, especificamente com relação ao monitoramento e ao FONSEAS,  
855 também queria deixar o registro do avanço que essa possibilidade de colher informações  
856 representava, informando sobre os debates ocorridos na CIT, sendo que a resposta ao Censo  
857 possivelmente surgiria mais tarde, com as visitas realizada apresentando retornos muito positivos.  
858 Concluindo, a Conselheira Heloísa parabenizou o MDS e a todos, estados, Entidades e FONSEAS,  
859 resgatando, também, a representação de Conselheiro e dizer que avançar nesse modelo do controle  
860 social era fundamental, com todos tendo o acesso e poder acompanhar a implementação por  
861 intermédio desse instrumental, parabenizando ao Conselho por esse acesso. O Conselheiro Edval  
862 destacou que o instrumental apresentado, começava a estabelecer os meios para que o Conselho  
863 pudesse fazer o controle social, discorrendo sobre a dimensão do país, o número de CRAS, o  
864 atendimento e o trabalho realizado. Que os Conselheiros do CNAS poderiam ter acesso a todas as  
865 informações, tendo segurança ao verificar as possibilidades reais de fazer monitoramento, o que  
866 também deveria ser aberto à sociedade, dando os meios para cobrar do SUAS as suas necessidades.  
867 A Conselheira Edna indagou se os Conselheiros Nacionais teriam acesso a esse sistema, ao que o  
868 Conselheiro Frederico manifestou ser essa sua preocupação. Destacou a urgente necessidade de  
869 abrir esse mapeamento, pela necessidade de todos os Conselheiros terem acesso para se iniciar o  
870 processo de discussão. O Conselheiro Renato de Paula manifestou sua tranquilidade ao verificar  
871 esse trabalho, manifestando seu pesar pela ausência de Conselheiros da Sociedade Civil que mais  
872 colocavam sua angústia com relação a quais os caminhos que a Assistência Social tomaria com a  
873 consolidação e o avanço de tudo que ainda precisaria ser feito no SUAS. Encontrava que esse  
874 trabalho não só esclarecia e ajudava a entender parte desses caminhos como tranquilizava no  
875 sentido de se saber que o controle efetivo da implantação e desenvolvimento dos CRAS e CREAS  
876 ajudava a constituir aquilo que vinha sendo a preocupação central desse Conselho que era a  
877 construção da rede nos territórios. Destacou que a discussão das Entidades tinha centralidade nesse  
878 Colégio e o debate sobre CRAS e CREAS acaba sendo um pouco lateralizado, sendo que essa  
879 apresentação do MDS tranquilizava no sentido de se ver como a Rede estava sendo construída a  
880 partir da primazia estatal, como estavam sendo constituídas essas unidades públicas estatais,  
881 CRAS e CREAS, que tinham a função de organizar a rede nos seus territórios. Que isso dava a  
882 possibilidade não só de fazer o controle social, como havia sido colocado, mas ser uma espécie de  
883 co-gestor nesse processo à medida em que se acessava todas essas informações. O Conselheiro

884 Renato de Paula ressaltou a discussão na reunião do dia anterior, na Comissão de Conselhos, sobre  
885 a questão do atendimento em situações de calamidade emergencial e a questão da regulamentação  
886 dos benefícios eventuais, assunto que vinha sendo discutido na SNAS e tendo uma atribuição que era  
887 colocada aos Conselhos, sendo que o levantamento, via CNAS, junto aos gestores municipais, não  
888 havia tido muito êxito. Informou que conforme demanda da Comissão de Política, essa discussão  
889 teria que se retomada, e na condição de colaborador do Departamento de Benefícios, observando  
890 que esse monitoramento ajudaria ao CNAS alcançar no novo levantamento para tentar avançar não  
891 só nessa questão da regulamentação dos benefícios eventuais, mas também nas demais ações. A  
892 Conselheira Marisa indagou se nessas visitas domiciliares para levantamento do BPC, haveria  
893 condição de saber se aquele beneficiário com deficiência estaria tendo algum atendimento e de que  
894 forma, sendo interessante ter esses dados na área da deficiência. A senhora Presidente observou que  
895 as informações que eram trazidas pelo MDS para o processo de gestão ou de monitoramento da  
896 Política de Assistência Social eram fundamentais e como havia sido dito pela Conselheira Heloísa,  
897 esse ano e esse dia estava sendo muito importante, considerando a preparação por todos para falar  
898 nas Conferência Municipais. Informou que estariam passando a relação dos municípios com convite  
899 ao CNAS para estar nas Conferências, sendo fundamental a responsabilidade do Conselho na  
900 presença e participação em uma Conferência, com aquele Conselheiro bem informado com certeza  
901 teria uma grande e contributiva participação. Que a presença em uma Conferência era para avaliar a  
902 Política, propor diretrizes, aprimorar, com a informação passada no Conselho devendo ser  
903 assimilada e se trabalhar esse conteúdos porque isso também era controle social. A senhora  
904 Presidente manifestou que gostaria de fazer esse registro porque se avançaria na perspectiva da  
905 construção desse sistema democrático com a contribuição fundamental e imprescindível do controle  
906 social. A Diretora de Proteção Social Básica esclareceu que o indicador de integração e de serviços  
907 e benefícios media o programa Proteção Social Básica no PPA. Que para fazer esse monitoramento  
908 era preciso primeiro aprovar o protocolo e instituir os sistemas que ele teria que trazer para se poder  
909 acompanhar, sendo que esse indicador vinha sendo apurado, considerando a necessidade dessas  
910 informações. Relatou que a maior dificuldade observada nos municípios para oferta serviços para  
911 beneficiários de transferência de renda era o acesso pelos técnicos do CRAS, das informações  
912 territorializadas das pessoas que eram beneficiadas por transferência de renda, resposta dirigida  
913 também à Conselheira Marisa quanto a se ter as informações mais precisas dos beneficiários do  
914 BPC. Observou que ao mesmo tempo em que se estava coletando informação e definindo os  
915 indicadores, já havia regulação e definição do que deveria ser o CRAS, o PAIF, e quais eram suas  
916 ações e abrangências, que viessem na tipificação dos serviços que havia sido apresentada na última  
917 reunião da CIT, discorrendo sobre o que se queria alcançar e as metas a serem alcançadas. Com  
918 relação à Proteção Social Básica, estava claro que a primazia da atuação do estado, estava no  
919 trabalho com as famílias, principal atividade do CRAS, com as Instituições que desenvolviam  
920 serviços para crianças, para os idosos, para os jovens sendo extremamente importantes nesse  
921 trabalho territorializado. Alertou que não se estava falando de polarizações, mas de um sistema que  
922 tinha uma centralidade da atuação do estado naquilo que dizia respeito ao trabalho com família  
923 porque era sua função do estado. Concluindo, a Diretora de Proteção Social Básica destacou estar  
924 muito claro que a regulação da Proteção Social Básica compreendia a importância da atuação das  
925 instituições privadas sem fins lucrativos, mas com o referenciamento e uma centralidade no trabalho  
926 com famílias extremamente importante na medida em que a própria Política Nacional e a NOB  
927 reconheciam que a centralidade, a matricialidade sócio-familiar era que dava o norte hoje do  
928 Sistema Único e no caso da Proteção Básica a territorialização das suas ações, fazendo com que os  
929 serviços fossem ofertados mais próximos dessa população necessitada. O Conselheiro Renato de  
930 Paula arrazoou, lembrando que existiam dois instrumentos que vinham sendo trabalhados fazia

931 algum tempo, sendo que o colocado pela Diretora do Departamento de Proteção Social Básica era o  
932 aprofundamento de algo que já havia iniciado antes, sendo que o primeiro instrumento era o guia de  
933 orientações da Proteção Social Básica que já apontava para a questão da territorialização, e o outro  
934 instrumento era o novo Decreto do BPC, que todos os Conselheiros tinham que conhecer. Que  
935 havia instituído o sistema de monitoramento e acompanhamento do BPC, e que superava, ainda que  
936 não alterasse a LOAS, aquela revisão censitária que a LOAS mandava e que historicamente não  
937 vinha surtindo efeitos. O Conselheiro Renato de Paula esclareceu que estava chamando atenção  
938 para isso porque o novo modelo do sistema de monitoramento e avaliação do BPC colocado, ia ao  
939 encontro da territorialização que acontecia a partir da centralidade dos CRAS no território,  
940 buscando identificar as famílias na sua situação de vulnerabilidade e beneficiários e as inserindo nos  
941 serviços, com acompanhamento em um processo sistemático e suspensão do benefício, caso  
942 necessário. Observou que o novo Decreto instituiu o Sistema de Monitoramento e Avaliação do  
943 BPC em consonância com essa perspectiva da territorialização, premissa que sempre havia estado  
944 presente nas construções tanto básica quanto especial, que se vinha fazendo no MDS, e assunto em  
945 que se havia avançado bastante. A Assessora da SAGI procedeu à apresentação do mapa com  
946 informações do Censo CRAS e CREAS, passando a explicar as informações colocadas no mesmo.  
947 Concluindo, ressaltou que havia que se ter cautela no uso da informação, destacando que essa  
948 ferramenta seria colocado à disposição o mais breve possível, solicitando colaboração para sua  
949 incrementação. Continuando, o Coordenador do Núcleo de Monitoramento passou a esclarecer os  
950 procedimentos relativos à senha para o acesso, discorrendo sobre o sistema e que já teriam acesso  
951 gerentes de CREAS e os estados, em função do próprio trabalho a realizar a partir da pactuação na  
952 CIT. Esclareceu que a partir do Censo 2009, o que fosse desenvolvido de ferramenta, seria pensado  
953 para um acesso mais ampliado, chegando a um ponto em que não apenas o Conselho Nacional,  
954 mas todos os demais Conselhos tivessem senha de acesso às informações, devendo ser  
955 gradativamente liberadas, sendo mais rápida no caso do CNAS e informando que a apresentação  
956 seria distribuída posteriormente para os Conselheiros. O Conselheiro José Crus, considerando a  
957 presença nas Conferências Estaduais e Municipais, indagou se os Conselheiros poderiam ter uma  
958 síntese impressa com as informações por estado, ao que a Assessora da SAGI esclareceu ter  
959 possibilidade desde que se conseguisse construir essa síntese, tentando elencar um conjunto de  
960 informações mais básicas e mais importantes. A senhora Presidente ressaltou que as Conferências  
961 Estaduais iriam iniciar em agosto, havendo, ainda, tempo hábil para a entrega desse documento, ao  
962 que a Assessora da SAGI complementou que em cada Conferência se poderia entrar com uma senha  
963 estadual dentro do sistema vendo as informações do estado. A Conselheira Marisa indagou sobre a  
964 possibilidade de se visitar CRAS ou CREAS, com o Conselheiro Renato de Paula informando que a  
965 Comissão de Conselhos havia discutido o assunto e que a orientação seria colocada no relato da  
966 Comissão no dia seguinte. A senhora Presidente agradeceu a presença dos expositores e a  
967 importante contribuição para o CNAS. Na sequência, o senhor Presidente em exercício passou a  
968 palavra para a Conselheira Edna proceder ao **Item Relato do GT instituído pela Resolução nº**  
969 **44/2009, para definir procedimentos objetivando a retomada de análise e julgamento de**  
970 **processos de concessão e renovação do CEBAS.** A Conselheira Edna solicitou autorização para  
971 que o relato do Grupo formado por integrantes da Comissão de Conselhos e de Normas fosse  
972 apresentado na próxima Plenária, em julho, considerando algumas alterações a serem feitas no  
973 texto. *“Encaminhamentos: convite à Consultoria Jurídica do MDS e ao Conselheiro Pessinatti*  
974 *para participar em todas as reuniões do Grupo; recomendar à Comissão de Normas que tratasse*  
975 *do assunto sobre o indeferimento de qualquer abordagem aos Conselheiros durante a reunião*  
976 *Plenária. Prioridades das tarefas do GT: consideração de que a primeira prioridade do GT era*  
977 *estudar e elaborar as perguntas e respostas para divulgação na página, não sendo alterado o*

978 *sentido e aguardando também a posição da Consultoria do MDS sobre os processos de registros*  
979 *relativos à Resolução que determinava o arquivamento de ofício desses processos. **Recomendação:***  
980 *leitura de todas as Resoluções, Regimento Interno, Manual de Procedimentos e legislação*  
981 *pertinente aos assuntos aos quais o GT proporia medidas. Cronograma de reuniões com a*  
982 *participação de convidados, com a SNAS sendo convidada para todas as reuniões onde tivesse a*  
983 *presença de outros órgãos: 1) reunião com o TCU e CGU, em função de controle e auditoria, e,*  
984 *além da SNAS, convidar a Assessoria Especial de Controle Interno do MDS; 2) Receita Federal e o*  
985 *Ministério Público Federal, em função de fiscalização; 3) Ministério da Justiça para tratar sobre*  
986 *titulação, utilidade pública federal, OSCIP e prestação de contas; 4) Ministério da Saúde para*  
987 *tratar do SUS, do DataSUS e de tudo o que envolvia a certificação de Entidades da Saúde; 5)*  
988 *MEC, para tratar do PROUNI, do Sistema de Controle de Bolsa do PROUNI e outros assuntos*  
989 *ligados à certificação de Entidades da Educação; 6) MDS, para tratar sobre a tipificação de*  
990 *serviços de Assistência Social, CADSUAS, e outros assuntos ligados à certificação de Entidades de*  
991 *Assistência Social; e, 7) ConJur do MDS para tratar da legalidade, das ações devidas.*  
992 *Prosseguindo, a Conselheira Edna informou o cronograma dessas reuniões, informando, ademais,*  
993 *os outros itens e a que se referiam, elaboração de manuais, definir prioridades para análise e*  
994 *julgamento, diretrizes de capacitação de servidores, diretrizes da área técnica e de Conselheiros,*  
995 *para elaboração de cartilha de orientação para as entidades e retomar as discussões sobre o Plano*  
996 *de Contas Referencial, trabalho que seria para meses, embora se tivesse 60 dias para isso.*  
997 *Destacou que o Parecer 192/2009, da CONJUR do MDS, após a consulta ao Consultor Jurídico,*  
998 *estava disponibilizado no site, assim como verificar se a legislação disponível no site do CNAS,*  
999 *estava atualizada, em especial a LOAS e o Decreto 2536, bem como verificar o número de*  
1000 *certificados prorrogados em função da Medida Provisória 446/2008”. Após indagação pelo senhor*  
1001 *Presidente em exercício se havia alguma indagação, a Secretária Executiva indagou se todos os*  
1002 *Conselheiros conheciam o Parecer nº 192, esclarecendo sobre o que tratava, e reiterando que essa*  
1003 *norma se encontrava disponível no site do CNAS. A Conselheira Marisa indagou se não poderia ser*  
1004 *colocado na página do CNAS sobre normatização, com a Conselheira Edna esclarecendo que os*  
1005 *pareceres gerais e que tivessem a ver com assuntos do CNAS seriam colocados por autorização do*  
1006 *Consultor Jurídico. Prosseguindo, o senhor Presidente em exercício passou a palavra para o*  
1007 *Conselheiro Frederico para o **Item Relato da Comissão de Política**, passando à leitura da*  
1008 *“Memória da Reunião Ordinária da Comissão de Política. Data: 16 de junho de 2009. Local:*  
1009 *CNAS. Horário: 14h às 18h. Participantes: Edivaldo da Silva Ramos; Frederico de Souza Leite;*  
1010 *Heloísa Helena Mesquita Maciel; José Crus; Renata Rodrigues Alves; Samuel Rodrigues; Sérgio*  
1011 *Wanderly Silva; Valdete de Barros Martins. Ausências justificadas: João Carlos Carreira Laves;*  
1012 *Margareth Alves Dallaruvera. Apoio: Giovana Rocha Veloso; Maria Auxiliadora Pereira.*  
1013 ***Documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”.***  
1014 *Informes sobre os encaminhamentos, e; Apreciação da minuta de Resolução Conjunta*  
1015 *CNAS/CONANDA para aprovação do documento. A minuta se encontra em anexo, que a leremos*  
1016 *ao final. Após as reuniões extraordinárias da Comissão de Política e o relato na Plenária do CNAS*  
1017 *de maio, o CNAS encaminhou à Presidente do CONANDA os seguintes documentos: Ofício CNAS*  
1018 *nº 47, de 19 de maio de 2009, informando a posição do CNAS quanto ao documento (manutenção*  
1019 *no texto das equipes mínimas do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e a*  
1020 *manutenção dos subsídios monetários para a Família Acolhedora), bem como a proposta de*  
1021 *revisão e reordenamento do texto. Ofícios CNAS nº 48, de 3 de junho de 2009, que informa o*  
1022 *horário e o local da reunião conjunta. Minuta de Resolução Conjunta CNAS/CONANDA para*  
1023 *aprovação do referido documento que foi discutida no Comissão e apreciação pela Presidência*  
1024 *Ampliada do CNAS. Encaminhamentos. A Comissão propôs que fosse levada à consideração da*

1025 *Presidência Ampliada a proposta de resolução conjunta CNAS/CONANDA para aprovação do*  
1026 *referido documento dia 18 de junho, de 9h às 1-h30, no Auditório do Bloco A. Aprovada a*  
1027 *orientação técnica de serviço de acolhimento, a Comissão propõe encaminhar memorando à CIT,*  
1028 *Comissão Intergestores Tripartite sugerindo que a mesma paute a discussão e a pactuação do*  
1029 *cronograma gradual de regulamentação e implementação dos serviços de acolhimento para*  
1030 *crianças e adolescentes. **Apreciação da minuta de resolução conjunta CNAS/CONANDA sobre os***  
1031 ***parâmetros para constituição e funcionamento das Comissão Estaduais, Municipais e do Distrito***  
1032 ***Federal de acompanhamento do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária –***  
1033 ***PNCFC.** A Conselheira Renata Rodrigues Alves, representante do CNAS na Comissão Nacional*  
1034 *Intersetorial do PNCFC trouxe, para avaliação da Comissão de Política, a minuta de resolução*  
1035 *conjunta CNAS/CONANDA que estabelece parâmetros orientadores para constituição das*  
1036 *Comissões Intersetoriais de Acompanhamento do PNCFC no âmbito Estadual, do Distrito Federal*  
1037 *e Municipal. A referida minuta foi lida e discutida. **Encaminhamentos.** Acrescentar na resolução*  
1038 *como uma das atribuições das Comissões intersetoriais de Acompanhamento do PNCFC o*  
1039 *acompanhamento da regulamentação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. A*  
1040 *Coordenação de Política e a Secretaria Executiva farão a revisão da minuta de resolução e anexo e*  
1041 *encaminhará aos Conselheiros integrantes da Comissão de Política no dia 19 de junho para o*  
1042 *envio de contribuições ao documento até o dia 23 de junho para que a coordenação sistematize as*  
1043 *contribuições, considerando que a Comissão Intersetorial se reunirá no dia 25 de junho para*  
1044 *discussão da resolução. **Indicação de representante do CNAS para a Comissão intersetorial de***  
1045 ***Acompanhamento do Sistema Nacional Sócio-Educativo – SINASE.** Houve uma reunião da*  
1046 *Comissão na manhã do dia 16 de junho. A Conselheiro Heloísa Mesquita participou dessa reunião,*  
1047 *como representante do FONSEAS e justificou a ausência do CNAS, uma vez que o mesmo fará a*  
1048 *indicação dos seus representantes na Plenária dos dias 16, 17 e 18 de junho. A Conselheira*  
1049 *Heloísa fez um breve relato da reunião da Comissão Intersetorial de Acompanhamento do SINASE*  
1050 *realizada no dia 16 de junho: Informe sobre a aprovação do PL 1627/2007 na Câmara dos*  
1051 *deputados, que dispõe sobre os sistemas de atendimento sócio-educativo, regulamenta e execução*  
1052 *das medidas destinadas ao adolescente em razão do ato infracional, altera dispositivos da Lei nº*  
1053 *8069/90 – ECA. A expectativa é de o mesmo ser aprovado no Senado. Discussão e planejamento*  
1054 *dos encontros regionais entre SEDH e MDS. Discussão junto à UnB para elaboração de proposta*  
1055 *de educação à distância, tendo como público os servidores do CREAS, dentre outros. Discussão*  
1056 *junto à ENAP sobre a capacitação de profissionais da Justiça. II Encontro da RENADE – Rede*  
1057 *Nacional de Defesa – 11 a 14 de agosto de 2009, em Salvador. Acompanhamento da PEC da*  
1058 *maioridade. Acompanhamento do orçamento contingenciado. MDS e SEDH farão levantamento*  
1059 *sobre a implementação do SINASE nos Estados. **Encaminhamento.** A Comissão indica como*  
1060 *representantes do CNAS na Comissão Intersetorial de Acompanhamento do SINASE o Conselheiro*  
1061 *Edivaldo da Silva Ramos, como titular, e a Conselheira Heloísa Helena Mesquita Maciel como*  
1062 *suplente. **Informe sobre o número de assinatura de apoio ao PL 3077/2008 – PL SUAS.** Até a*  
1063 *presente data o CNAS recebeu um total de 2576 assinaturas de apoio ao PL SUAS, sendo 2468*  
1064 *recebidas via correios ou por e-mail (digitalizadas) e 288 recebidas via internet, o site do CNAS.*  
1065 ***Encaminhamento.** Incluir no boletim eletrônico das Conferências a solicitação da coleta de*  
1066 *assinaturas ao PL SUAS durante os eventos de mobilização e nas Conferências de Assistência*  
1067 *Social. Solicitar ao FONSEAS, CONGEMAS e as entidades da sociedade civil representadas no*  
1068 *CNAS para envidarem esforços na coleta de assinaturas em apoio ao PL SUAS. Visando informar e*  
1069 *sensibilizar o público externo sobre o apoio ao PL SUAS, a Comissão de Política propõe que a*  
1070 *Secretaria Executiva do CNAS migre todas as assinaturas recebidas em papel para meio digital*  
1071 *num só documento e o disponibilize, com destaque, no portal do CNAS. A Comissão de Política*

1072 *propõe como estratégia para aumento da coleta de assinaturas a definição da meta de 100 mil*  
1073 *assinaturas até agosto próximo, estabelecendo um dia para iniciar o Mutirão de Apoio ao PL*  
1074 *SUAS (1º de julho) e propondo meta de número de assinaturas para cada Estado e o Distrito*  
1075 *Federal, proporcional à população. Divulgar o Mutirão de Apoio ao PL SUAS para os Conselhos*  
1076 *de Assistência Social, incluir uma mensagem no roda-pé na correspondências do CNAS*  
1077 *conclamando às pessoas a assinarem e coletarem assinaturas em apoio ao PL SUAS, contar com a*  
1078 *liderança dos representantes do Governo e da Sociedade Civil do CNAS na divulgação e coleta*  
1079 *dessas assinaturas. Orientar aos Conselheiros Nacionais que representarão o CNAS nas*  
1080 *Conferências para anunciarem coleta de assinaturas de apoio ao PL SUAS. Fazer gestão junto ao*  
1081 *Congresso Nacional após o período de realização das Conferências Municipais. **Planejamento***  
1082 ***Estratégico do CNAS – Plano de Ação da Comissão de Política.** A Comissão de Política discutiu*  
1083 *as macro ações previstas no Planejamento Estratégico do CNAS e fez os seguintes*  
1084 *encaminhamentos: DESAFIO 2: contribuir para a consolidação do SUAS no país. 2.1. Que os*  
1085 *Conselheiro do CNAS tenham domínio do SUAS. 2.1.4. Organizar seminários de balanço do SUAS,*  
1086 *com base nas várias estratégias, discussões, seminários, entre outras participações deste Conselho.*  
1087 *Ação permanente – Agenda do MDS com apresentação mensal do balanço do SUAS em Plenária*  
1088 *do CNAS e eventos realizados com participação de representantes do CNAS, com o objetivo de*  
1089 *discutir, e divulgar a implementação do SUAS no país. **Encaminhamento.** Que a Secretaria*  
1090 *Executiva mantenha a relação atualizada dos eventos de divulgação da implementação do SUAS no*  
1091 *âmbito do Colegiado do CNAS, indicando os temas apresentados, bem como a relação dos*  
1092 *encontros e seminários para discussão do SUAS com as respectivas representações do CNAS. 2.5.*  
1093 *CNAS realizou a primeira avaliação do Pacto de aprimoramento de Gestão Estadual do SUAS.*  
1094 ***Encaminhamento.** Pautar na Reunião da Comissão de Política, em julho/2009, a apresentação do*  
1095 *balanço do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS. **Outros encaminhamentos.** Recompôr o*  
1096 *Grupo de Trabalho do Plano Decenal, com o objetivo de acompanhar e avaliar a sua*  
1097 *implementação; Incorporar na orientação aos Conselheiros do CNAS, quando de sua participação*  
1098 *nas Conferências de Assistência Social, o conjunto de informações gerais (direção política) a*  
1099 *respeito da implementação e avaliação do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS; do Plano*  
1100 *Decenal, do Vínculo SUAS, da Tipificação de Serviços Sócio-assistenciais, do Protocolo de Gestão*  
1101 *Integrada, entre outras. **Denúncia: prefeitura de São Paulo abandona serviços de proteção à***  
1102 ***criança e adolescente.** A Comissão discutiu a denúncia recebida por e-mail de Edson Luís, em 10*  
1103 *de junho, com a informação de que a Prefeitura de São Paulo, por meio dos CREAS, não estão*  
1104 *oferecendo os serviços de proteção social à criança e adolescentes vítimas de violência doméstica,*  
1105 *maus tratos, abuso, trabalho infantil, e os jovens em conflito com a lei. **Encaminhamento.***  
1106 *Encaminhar a denúncia à Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS, com cópia para o*  
1107 *Departamento de Proteção Social Especial; ao Conselho Municipal de Assistência Social de São*  
1108 *Paulo e ao Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo. **Informe:** PL 1627/2007, que*  
1109 *dispõe sobre os sistemas de atendimento sócio-educativo, regulamenta a execução de medidas*  
1110 *destinadas ao adolescente em razão do ato infracional, altera dispositivos da Lei nº8069/90 – ECA:*  
1111 *Foi aprovado pela Câmara dos Deputados e que a luta no Senado é pela sua aprovação e a*  
1112 *reafirmação da importância do Sistema “S (SESI, SENAI, SENAC, etc) na implementação do*  
1113 *SINASE. **Encaminhamento.** Os representantes do CNAS na Comissão Intersetorial de*  
1114 *Acompanhamento do SINASE aprofundarão a discussão desse PL nessa Comissão, bem como trata*  
1115 *informes periódicos à Comissão de Política sobre a tramitação do PL no Senado e as propostas de*  
1116 *estratégias e de articulação conjunta para aprovação do mesmo. **Pontos de Pauta da Reunião da***  
1117 ***Comissão – 14 de julho de 2009:** Apreciação da proposta de cartilha e do formulário de pesquisa*  
1118 *sobre o Benefício Eventual; Apresentação do Balanço do Pacto de Aprimoramento de Gestão do*

1119 SUAS; Portaria MS nº 2867/08; Portaria MS nº 81/09. Frederico Leite, Coordenador da  
1120 Comissão”. Continuando, o senhor Presidente em exercício, passando para cada item do documento  
1121 para destaque, com o nº 1, “Documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para  
1122 Crianças e Adolescentes”, com dois encaminhamentos na página número 2, sendo aprovada a  
1123 orientação. O Conselheiro Frederico, com relação ao primeiro encaminhamento, procedeu à leitura  
1124 da “Resolução Conjunta, de 18 de junho de 2009. O Conselho Nacional de Assistência Social –  
1125 CNAS e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança d]e do Adolescente – CONANDA, no uso de  
1126 suas atribuições estabelecidas respectivamente, no artigo 18 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de  
1127 1993 e no artigo 2º da Lei nº 8242, de 12 de outubro de 1991. Considerando a Resolução Conjunta  
1128 nº 01, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS e do CONANDA, que aprovou o Plano Nacional de  
1129 Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e  
1130 Comunitária; Considerando que a regulamentação ora proposta é uma ação prevista no Plano  
1131 Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência  
1132 Familiar e Comunitária e representa um compromisso partilhado entre o Ministério do  
1133 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), o  
1134 CNAS e o CONANDA, para a afirmação, no Estado brasileiro, do direito de crianças e  
1135 adolescentes à convivência familiar e comunitária. Considerando as contribuições recebidas por  
1136 meio da Consulta Pública ao documento: “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para  
1137 Crianças e Adolescentes” de organizações sociais, gestores, dos Conselhos de Assistência Social e  
1138 Conselhos de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente de âmbito Estadual, do Distrito  
1139 Federal, Municipal, entre outros e o trabalho de sistematização realizado pelas Comissões de  
1140 Política do CNAS e do CONANDA e do Grupo de Trabalho CNAS/CONANDA, que resultou no  
1141 documento final entregue aos referidos Conselhos Nacionais, RESOLVEM Art. 1º – Aprovar o  
1142 documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”. Art.  
1143 2º – O CNAS e o CONANDA deverão adotar medidas para divulgação desse documento e fazer o  
1144 acompanhamento da regulamentação dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes  
1145 no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na  
1146 data de sua publicação. Valdete de Barros Martins, Presidente do CNAS. Carmem Silveira de  
1147 Oliveira, Presidente do CONANDA”. O Conselheiro Pasquini referiu-se ao segundo considerando,  
1148 “Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Secretaria Especial de Direitos  
1149 Humanos (SEDH), o CNAS e o CONANDA”, que não ficasse só a sigla, em toda a Resolução,  
1150 permanecendo uniforme em sua indicação. O Conselheiro José Crus solicitou a inclusão no  
1151 primeiro parágrafo, “no uso das atribuições do CONANDA”do uso das atribuições do Conselho  
1152 Nacional, na Lei nº 8742, Lei Orgânica de Assistência Social. A Conselheira Edna sugeriu trocar a  
1153 ordem no terceiro considerando, “no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal”. O senhor  
1154 Presidente em exercício, indagando se havia mais alguma colocação, considerou aprovado o ponto  
1155 um. Prosseguindo, considerou aprovados o Ponto dois do relato e o Item três, Indicação do  
1156 representante do CNAS para a Comissão Intersetorial, sendo indicado os Conselheiros Edivaldo  
1157 como titular e Heloísa Helena Mesquita Maciel como suplente. Com relação ao Item quatro,  
1158 numero de assinaturas com vários encaminhamento, boletim eletrônico, FONSEAS, a meta de 100  
1159 mil, a Conselheira Edna, citou onde aparecia “e propondo meta de número de assinaturas para cada  
1160 estado”, indagando onde estava a proposta para cada Unidade da Federação e se essa proporção  
1161 seria feita pelo estado ou por esse Colegiado. O Conselheiro Frederico observou que o número não  
1162 havia sido fechado, sendo a nível de cada estado, ao que a Conselheira Edna indagou com relação a  
1163 quê seria esse número proporcional e quem proporia, estando colocado “e propondo meta”, tendo  
1164 que se que colocar a projeção da proposta. O Conselheiro José Crus, exemplificando com Minas  
1165 Gerais e São Paulo, destacou que a idéia era de se publicizar no site do CNAS o número de

1166 assinaturas por estado vendo-se, de acordo com a proporção, com o número de habitantes nos  
1167 estados o número de assinaturas de apoio ao PL SUAS. A Conselheira Edna sugeriu tirar a  
1168 expressão “propondo meta”, tendo “propondo meta de número de assinaturas para cada estado e do  
1169 Distrito Federal proporcional à população”. A senhora Presidente propôs retirar essa proposta, tendo  
1170 sido discutido pensar nas estratégias nesse momento. Discorreu sobre a proposta de conseguir  
1171 coletar um número maior de assinaturas e também no relato, sendo que na Comissão, no dia  
1172 anterior, havia sido discutido a existência de assinaturas eletrônicas e por papel, sendo passada na  
1173 Reunião Descentralizada e assinada, solicitando à Coordenação da Comissão que fizesse a  
1174 digitalização dessas firmas, para conferir o número correto. Destacou que o número de assinaturas  
1175 coletadas era muito pouco, devendo-se aproveitar as Conferências para se coletar o total desejado,  
1176 orientando aos estados, aos Conselheiros Nacionais que representariam o CNAS para anunciarem  
1177 coleta de assinaturas de apoio ao PL SUAS. Ressaltou que a orientação aos Conselhos Estaduais era  
1178 para que se mobilizassem desde esse momento, tendo no dia da Conferência um espaço destinado a  
1179 essa coleta. Que essa era uma proposta concreta, devendo estar explícito no relato como se  
1180 alcançaria as 100 mil assinaturas, querendo dar uma direção para mobilizar e coletar assinaturas de  
1181 apoio ao PL. A Conselheira Edna observou estar presente em três Reuniões Ampliadas, onde foram  
1182 realizadas coletas, destacando o número de pessoas presentes, encontrando que esse documento não  
1183 havia chegado. A senhora Presidente ponderou que a Comissão de Política ou Conselhos, ou ambos,  
1184 deveriam expedir um ofício indagando aos Conselhos se tinham assinaturas de apoio ao PL  
1185 coletadas em eventos realizados, para que as encaminhassem ao CNAS, e propondo, nesse mesmo  
1186 expediente, que durante as Conferências Estaduais se fizesse essas mobilizações nos estados. O  
1187 Conselheiro Sérgio colocou que se havia falado do envolvimento direto dos Conselheiros e das  
1188 Entidades representadas, pondendo-se, em um esforço conjunto alcançar o número desejado, mas  
1189 com o número existente no momento, de duas mil e poucas assinaturas depondo contra o PL.  
1190 Concluindo, ressaltou que havia que se engajar para a provação do PL SUAS, mas com o  
1191 envolvimento e posição tendo que ser esclarecida pelo CNAS. A senhora Presidente indagou se  
1192 poderia encaminhar a coleta das assinaturas, com ofício com os dois pontos, ficando aprovada essa  
1193 decisão. Prosseguindo, passou para o ponto do Planejamento Estratégico, encaminhado a todas as  
1194 Comissões, que tinha o DESAFIO 2, que era contribuir para a consolidação do SUAS no país, com  
1195 encaminhamento. Esclareceu que a ação que havia sido proposta em um planejamento estratégico e  
1196 o encaminhamento, que a Secretaria Executiva mantivesse relação atualizada dos eventos de  
1197 divulgação do SUAS no âmbito do Colegiado do CNAS, indicando os temas apresentados, bem  
1198 como a relação dos encontros e seminários para discussão do SUAS com as respectivas  
1199 representações do CNAS, esclarecendo a proposta era a agenda do MDS com apresentação mensal  
1200 do balanço do SUAS em Plenária , de eventos realizados com a participação do CNAS, com o  
1201 objetivo de discutir e divulgar a implementação do SUAS no país, o que já vinha acontecendo no  
1202 âmbito do Conselho à medida em que o MDS, havia várias reuniões, vinha à Plenária trazendo  
1203 informações a respeito do SUAS. Destacou que o encaminhamento era que a Secretaria Executiva  
1204 mantivesse relação atualizada dos eventos, de divulgação da implementação do SUAS no âmbito do  
1205 CNA, solicitando ao Conselheiro Frederico para a redação dessas informações. O Conselheiro José  
1206 Crus observou que esse material deveria elencar todas as atividades e apresentações tanto do  
1207 Conselho quanto nos vários eventos que o Ministério vinha organizando, com participação do  
1208 CNAS. A Secretária Executiva discorreu sobre o entendimento, observando ser como um link no  
1209 próprio site, que deveria ser alimentado à medida que fossem realizados outros eventos. O  
1210 Conselheiro Renato de Paula manifestou como deveria ser esse espaço no site ou em outro lugar,  
1211 onde as informações pudessem ser colocadas, um banco dinâmico com as informações do  
1212 planejamento estratégico e que seria alimentado. Discorrendo sobre a questão, sugeriu que na

1213 formatação desse banco de dados se fizesse uma coisa parecida com um FAQ interno, esclarecendo  
1214 do que se tratava, com o Conselheiro encaminhando a pergunta e os técnicos do MDS respondendo  
1215 ao interessado. Prosseguindo, a senhora Presidente indicou que o outro encaminhamento era ainda  
1216 do planejamento estratégico, com a primeira avaliação do Pacto de Aprimoramento da Gestão  
1217 Estadual do SUAS pelo CNAS, com os **Encaminhamentos:** pautar na reunião da Comissão para  
1218 julho apresentação do balanço do Pacto de Aprimoramento da Gestão; e, compor o Grupo de  
1219 Trabalho do Plano Decenal com o objetivo de acompanhar e avaliar a sua implementação, sendo  
1220 ambos aprovados pela Plenária. Aparteando, o Conselheiro Renato de Paula lembrou que esse  
1221 Grupo de Trabalho do Plano Decenal era um Subgrupo da Comissão de Política, com vários  
1222 Conselheiros de outras Comissões. Que na Comissão de Conselho haviam tirado um  
1223 encaminhamento do Plano Decenal que era a orientação que o CNAS teria que dar para os  
1224 Conselhos Estaduais acompanharem o Plano Decenal, indagando, também sobre a formação do GT.  
1225 A senhora Presidente informou que já havia sido enviado ofício aos Conselhos Estaduais lembrando  
1226 o acompanhamento pelos Conselhos do Plano Decenal e que uma Resolução havia instituído esse  
1227 Grupo, o que precisava ser recomposto em função dos novos Conselheiros que assumiram. A  
1228 Conselheira Verônica sugeriu que fosse feito um consolidado com as demandas aos Conselhos  
1229 Municipais e Estaduais para facilitar a sua execução. Com relação à denúncia da Prefeitura de São  
1230 Paulo que abandonava serviço de proteção à criança e adolescente, manifestou que o  
1231 **encaminhamento** era: Encaminhar denúncia à Secretaria Nacional, ao MDS, com cópia para o  
1232 Departamento de Proteção Social Especial, ao Conselho Municipal de Assistência Social de São  
1233 Paulo e ao Conselho Estadual. **Informe.** A Comissão Intersetorial de Acompanhamento do CNAS  
1234 para acompanhar a tramitação do PL no Senado, que já foi votado na Câmara e que seria votado no  
1235 Senado. Pontos de pauta para a reunião de 14 de julho, apreciação da proposta de cartilha de  
1236 formulário e pesquisa sobre benefício eventual, apresentação do balanço do Pacto de  
1237 Aprimoramento de Gestão do SUAS, Portaria 2867/08 e Portaria 81/09, as duas do Ministério da  
1238 Saúde. A senhora Presidente indagou se todos estavam de acordo com o relato da Comissão de  
1239 Política, havendo consenso pelo Colegiado. Aparteando, o Conselheiro José Crus informou ter que  
1240 se ausentar da Reunião em razão de outro compromisso. Prosseguindo, a senhora Presidente passou  
1241 para o **Item Relato da Comissão de Financiamento**, com o Conselheiro José Geraldo procedendo  
1242 à leitura da “*Memória da Reunião da Comissão de Financiamento da Assistência Social -*  
1243 *Conselheiros Presentes: Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho; José Geraldo França Diniz –*  
1244 *Coordenador; Marisa Fúria Silva; Renato Sidel Coelho; Rosa Maria Ruthes; Verônica Pereira*  
1245 *Gomes; Ausências Justificadas: Charles Roberto Pranke; Edval Bernardino Campos; Pe. Nivaldo*  
1246 *Luiz Pessinatti; Tânia Mara Garib. Convidados: Amanda Simone Silva – SNAS/MDS; Marcos*  
1247 *Braga – SNAS/MDS. Apoio: Maria das Mercês Avelino de Carvalho; Soraya Alves de Castro; Ana*  
1248 *Teresa Gomes.* **Informes sobre o Orçamento 2010 -** A Assessora da Secretaria Nacional de  
1249 Assistência Social (SNAS/MDS), Amanda Simone Silva, apresentou Cronograma do PLOA 2010  
1250 (cópia anexa). **Encaminhamento:** A Comissão acompanhará a execução do Cronograma  
1251 apresentado, visando à apreciação da proposta orçamentária 2010 na próxima reunião.  
1252 **Planejamento Estratégico do CNAS – gestão 2008-2010: Plano de Ação da Comissão de**  
1253 **Financiamento.** A Comissão de Financiamento, após leitura do documento “Plano de Ação do  
1254 CNAS”, parte integrante do Planejamento Estratégico do CNAS – 2008/2010, propõe os seguintes  
1255 encaminhamentos: **Desafio 3: Defender os recursos para o Financiamento da Política Pública de**  
1256 **Assistência Social.3.1. O CNAS realizou encontros com a área econômica do governo federal e**  
1257 **Congresso Nacional para a sensibilização da importância da assistência social. 3.1.1. Solicitar ao**  
1258 **MDS estudo sobre custos dos serviços, programas e projetos do SUAS. Encaminhamento:**

1259 Encaminhar, imediatamente, memorando ao MDS solicitando estudo sobre custos dos serviços,  
1260 programas e projetos do SUAS.

1261 3.1.2. Fazer cumprir a Resolução do CNAS nº 78, de 17 de maio de 2006. **Encaminhamento:**  
1262 Observar o Cronograma do PLOA 2010 apresentado pela SNAS/MDS. Propor a alteração da  
1263 Resolução 78/2006, adequando o Cronograma do PLOA 2010 – art. 2º: onde se lê: junho de cada  
1264 ano leia-se: julho de cada ano e alterar o art. 4º: onde se lê: até a Plenária do mês de agosto, leia-  
1265 se: até o dia 31 de julho. 3.1.3 Agendar encontros com a área econômica e comissões do Congresso  
1266 Nacional afetas à área social. **Encaminhamento:** Solicitar à Secretaria Executiva do CNAS que  
1267 agende encontros com a área econômica (até o final do mês de junho) e Comissões do Congresso  
1268 Nacional afetas a área de assistência social (a partir do mês de agosto, após o encaminhamento do  
1269 PLOA 2010 ao Congresso Nacional). 3.1.4. Participar do processo de elaboração da Proposta  
1270 Orçamentária Anual para a área de assistência social unto ao MDS. **Encaminhamento:** A  
1271 Comissão indica a Conselheira Verônica Pereira Gomes para acompanhar, por parte do CNAS, o  
1272 processo de elaboração da Proposta Orçamentária 2010 para a área de Assistência Social,  
1273 socializando as informações com a Comissão de Financiamento. 3.1.5. Realizar permanente gestão  
1274 junto ao Congresso Nacional quanto à apresentação de emendas parlamentares que contemplem a  
1275 Política de Assistência Social. **Encaminhamentos:** Solicitar a Secretaria Executiva do CNAS que  
1276 disponibilize aos Conselheiros da Comissão de Financiamento a composição das Comissões do  
1277 Congresso Nacional afetas à área de assistência social. Solicitar à Secretaria Executiva do CNAS  
1278 que agende audiência com as Comissões do Congresso Nacional afetas à área de assistência  
1279 social, para meados de setembro a outubro, conforme calendário de tramitação do PLOA 2010.  
1280 Convidar a Assessoria Parlamentar o MDS para participar da reunião da Plenária do mês de  
1281 agosto, dentro do relato da Comissão de Financiamento. 3.2. O CNAS mobilizou os Conselhos  
1282 Estaduais, do DF e Municipais para gestionar a área econômica do Governo Federal e o poder  
1283 legislativo visando à garantia dos recursos para a Política Pública da Assistência Social. 3.2.1.  
1284 Realizar debates sistemáticos sobre orçamento/financiamento com os Conselhos Estaduais, DF e  
1285 Municipais. **Encaminhamento:** Solicitar à Comissão Organizadora do VII Conferência Nacional  
1286 de Assistência Social a realização de oficina sobre o Financiamento da Assistência Social. Solicitar  
1287 a MDS que contemple o tema orçamento/financiamento no Programa de Capacitação dos  
1288 Conselheiros de Assistência Social. 3.2.2. Realizar Reunião Ampliada com os Conselhos Estaduais,  
1289 do DF e Municipais sobre o tema financiamento. **Encaminhamento:** Solicitar a Presidência  
1290 Ampliada do CNAS que, em cumprimento ao Planejamento Estratégico, agende a realização da  
1291 Reunião Ampliada em 2010, para tratar do tema Financiamento da Assistência Social. 3.3.  
1292 Municípios, Estados e DF mobilizados para a ampliação do financiamento na área de assistência  
1293 social (junto com o PPA). 3.3.1 Mobilizar os Conselhos Municipais, Estaduais e DF para a  
1294 realização de um diagnóstico da demanda para o financiamento dos serviços, programas e projetos  
1295 em âmbito municipal. **Encaminhamentos:** A Conselheira Verônica Pereira Gomes apresentará, na  
1296 próxima reunião, proposta para mobilizar os Conselhos de Assistência Social, visando à realização  
1297 de um diagnóstico da demanda para o financiamento dos serviços, programas e projetos em âmbito  
1298 Municipal, Estadual e no DF. 3.3.2. Incentivar os Conselhos Municipais, Estaduais e DF a  
1299 realizarem encontros com a área econômica municipal para participarem da elaboração da  
1300 Proposta Orçamentária Municipal. Contemplado no item 3.2.1 (realização de Oficina durante a  
1301 VII Conferência Nacional de Assistência Social). A Comissão de Financiamento submete à  
1302 Presidência Ampliada do CNAS os itens de responsabilidade da Presidência e Secretaria Executiva  
1303 do CNAS, com vistas ao seu cumprimento. José Geraldo França Diniz, Coordenador da Comissão  
1304 de Financiamento.” A senhora Presidente colocou em debate esse relato, com o Conselheiro José  
1305 Geraldo informando ter em anexo uma minuta de alteração da Resolução 78. A senhora Presidente

1306 referiu-se aos encaminhamentos sobre a questão, com o item 3.1.1 e 3.1.2, com a Secretária  
1307 Executiva referindo-se ao ponto 3.1.3, sobre agendamento de encontros, manifestando ter um papel  
1308 político e estando afeta diretamente à Presidência e à Vice-Presidência do Conselho, e aos próprios  
1309 Conselheiros, citando o curto prazo colocado. O Conselheiro José Geraldo observou haver dois  
1310 agendamentos, um sendo técnico, de sensibilização da área econômica para a questão da assistência  
1311 social, e o outro, político, com o Congresso Nacional, em agosto ou setembro, após o envio do  
1312 PLOA, no sentido de sensibilizar os parlamentares que compunham a Comissão de Segurança e  
1313 Família sobre a adequação das emendas à Política de Assistência Social. O Conselheiro Geraldo,  
1314 solicitando questão de ordem, dirigiu-se à Secretária Executiva observando que esse prazo estava  
1315 estabelecido e a tarefa era de proceder o agendamento e não fazer e realizar a agenda acordada,  
1316 considerando o escasso tempo. A senhora Presidente observou que, conforme colocado pelos  
1317 conselheiros, esse agendamento era operacional, com a discussão tendo essa dimensão política que  
1318 seria o Conselho, via Presidente, via Comissão, ficando aprovado esse encaminhamento e os  
1319 seguintes, de designar a Conselheira Verônica para acompanhar a questão da proposta orçamentária  
1320 na área da Assistência Social informando a Comissão e disponibilizar aos Conselheiros pela  
1321 Comissão de Financiamento a composição das Comissões do Congresso Nacional. Com relação ao  
1322 próximo ponto, 3.2, gostaria de rever a redação, incluindo na pauta das oficinas, solicitar essa  
1323 Reunião Ampliada em 2010 para tratar do tema do financiamento que já se poderia pautar; pontos  
1324 3.3. e o 3.3.2, estando todos aprovados. O Conselheiro Geraldo observou que agendar encontro com  
1325 a área econômica estava no planejamento estratégico e era responsabilidade da Secretaria  
1326 Executiva, participando como equipe a Coordenação de Financiamento. Continuando, a senhora  
1327 Presidente solicitou ao Conselheiro José Geraldo a leitura da “*Resolução de 17 de junho de 2009 -*  
1328 *Da nova redação aos artigos 2º e 4º da Resolução CNAS nº 78, de 17 de maio de 2006, que dispõe*  
1329 *sobre o processo de elaboração, análise e aprovação do orçamento da Assistência Social. O*  
1330 *Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em Reunião Ordinária realizada nos dias 13 e*  
1331 *14 de maio de 2009, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8742, de 7 de dezembro de*  
1332 *1993, face ao que dispõe o artigo 24 do Regimento Interno aprovado pela Resolução CNAS nº 53*  
1333 *de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União 12 de agosto de 2008, RESOLVE: Art. 1º –*  
1334 *Alterar o art. 2º e o artigo 4º da Resolução CNAS nº 78, de 17 de maio de 2006, publicada no*  
1335 *Diário Oficial da União em 22 de maio de 2006, que dispõe sobre o processo de elaboração,*  
1336 *análise e aprovação do orçamento da Assistência Social que passa a vigorar com as seguintes*  
1337 *redações: Art. 2º – A proposta orçamentária do FNAS para o exercício seguinte deverá ser*  
1338 *encaminhada ao CNAS até a Reunião Ordinária do CNAS do mês de julho de cada ano. Art. 4º – A*  
1339 *proposta orçamentária do FNAS deverá ser apreciada e aprovada até o dia 31 de julho de cada*  
1340 *ano. Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as*  
1341 *disposições contrárias. Valdete de Barros Martins, Presidente do CNAS”*. Após ser colocada em  
1342 discussão pela senhora Presidente a proposta de alteração da Resolução nº 78, foi aprovado seu  
1343 conteúdo, com a correção tendo que ser adequada. Comunicou aos Conselheiros da Comissão  
1344 Organizadora da VII Conferência, Renato, Heloísa, Conselheiro Pessinatti, Clodoaldo, Carlos e  
1345 Edivaldo, sendo que esses dois últimos não se encontravam presentes, que no dia seguinte, das 8h  
1346 às 8h50, impreterivelmente, seria realizada a reunião da Comissão Organizadora para deliberar dois  
1347 pontos a serem incluídos no relato para apresentação. Que às 9h aconteceria a Solenidade de  
1348 assinatura da Resolução conjunta CONANDA e CNAS, no Auditório, térreo. Esplanada dos  
1349 Ministérios, bloco A. O Conselheiro Renato Saidel indagou sobre o horário de saída do carro para  
1350 transporte, com a senhora Presidente informando que o local era próximo, com os Conselheiros  
1351 podendo ir diretamente para o local, exceto a Comissão Organizadora que teria reunião para essas  
1352 deliberações, repassando a Pauta do dia seguinte: **8h às 8h50min:** reunião da Comissão

1353 Organizadora; **9h às 10h30min**: momento solene de assinatura da Resolução Conjunta, após o que  
1354 o deslocamento para a Plenária, tendo no primeiro momento informes que não foram feitos nesse  
1355 dia, relato da Presidência Ampliada, relato da Comissão de Conselhos, Plenária: julgamento de  
1356 processos, câmara de julgamento de processos, relato da Comissão Organizadora e relato da  
1357 Comissão de Normas. **ENCERRAMENTO**. Agradecendo a todos, a senhora Presidente encerrou a  
1358 reunião. **ABERTURA**. Aos dezoito dias do mes de junho de dois mil e nove, foi aberto o  
1359 **“MOMENTO SOLENE PARA ASSINATURA DA RESOLUÇÃO CONJUNTA DE**  
1360 **APROVAÇÃO DO DOCUMENTO “ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE**  
1361 **ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES” PELO CNAS E CONANDA -**  
1362 **ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO “A” AUDITÓRIO**. – A Secretária Executiva deu  
1363 início à Reunião Conjunta do CNAS com o CONANDA, procedendo, inicialmente, à apresentação  
1364 dos Conselheiros do Conselho Nacional de Assistência Social e do CONANDA. **Apresentação dos**  
1365 **Conselheiros do CNAS:** *“Bom dia a todos e todas, sou Valdete, representante do Ministério do*  
1366 *Desenvolvimento Social no CNAS, e atualmente presidindo o Conselho.” “Clodoaldo, Conselheiro*  
1367 *do CNAS, representando a Federação Espírita Brasileira.” “Bom dia a todos e a todas, Sérgio*  
1368 *Walderly Silva, representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência*  
1369 *Social no CNAS.” “Bom dia a todos, sou Rosa Maria, representando as entidades, do Instituto*  
1370 *Novo Signo, como suplente.” “Bom dia a todos e a todas, o meu nome é Fátima Rampin, e eu sou*  
1371 *representante do Ministério da Previdência Social no Conselho Nacional, eu sou suplente.” “Bom*  
1372 *dia, Tânia Mara Garib, Presidente do FONSEAS, representando os estados, na condição do*  
1373 *suplente no CNAS.” “Bom dia, Heloísa Mesquita, também representando os estados, titular no*  
1374 *CNAS pelo FONSEAS.” “Bom dia, Renato, representante da Associação da Igreja Metodista, no*  
1375 *segmento de entidades do CNAS, na titularidade.” “Bom dia a todos, José Geraldo França Diniz,*  
1376 *representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.” “Nivaldo Pessinatti, sou vice-*  
1377 *presidente do CNAS, e sou titular, representando a CNBB.” “Bom dia a todos e a todas, meu nome*  
1378 *é Renato de Paula, sou assessor do Gabinete da Secretaria Nacional de Assistência Social e*  
1379 *Conselheiro no CNAS.” “Bom dia, sou Edvaldo Bernardino Campos, representando o Conselho*  
1380 *Federal do Serviço Social, na condição de sociedade civil, sou membro suplente.” “Bom dia,*  
1381 *Antônio Celso Pasquini, representando as entidades, sou da União Social Camiliana de São Paulo,*  
1382 *sou suplente.” “Bom dia a todos e todas, meu nome é Geraldo Gonçalves, Conselheiro Titular no*  
1383 *Conselho Nacional de Assistência Social, Sociedade Civil, representando a Federação Nacional*  
1384 *dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas.” “Bom dia, Carlos*  
1385 *Ferrari, da AVAPE – Associação para a Valorização de Pessoas com Deficiência, representando o*  
1386 *segmento de usuários no CNAS.” “Bom dia, José Crus, represento o Ministério do*  
1387 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Conselho Nacional de Assistência Social como*  
1388 *titular.”* **Apresentação dos Conselheiros do CONANDA:** *“Bom dia a todos e a todas, meu nome é*  
1389 *Fábio Feitosa, represento a instituição Marista no CONANDA, estou na vice-presidência.”*  
1390 *“Daniele, representante do Ministério do Esporte no CONANDA.” “Bom dia, meu nome é André*  
1391 *Paixão, eu sou representante da Federação da Associação Cristã de Moços, e eu sou suplente.”*  
1392 *“Bom dia, o meu nome é André, e eu represento a CNBB no Conselho do CONANDA, como*  
1393 *titular.” “Bom dia, sou Francisco, suplente, representando ao FENATIBREF.” “Bom dia a todos e*  
1394 *todas, meu nome é Mirian, represento a Inspeção São João Bosco de Salesianos.” “Bom dia, eu*  
1395 *sou Lúbia, represento a Central Única dos Trabalhadores no CONANDA, como titular.” “Bom dia,*  
1396 *eu sou Tiana, represento o IBIS no CONANDA.” “Bom dia a todos e todas, eu sou Júlia,*  
1397 *represento o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no CONANDA.” “Bom dia, sou*  
1398 *Lourdes Magalhães, represento o Ministério da Saúde, sou suplente.” “Bom dia, meu nome é*  
1399 *Solange Martins, represento o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na*

1400 *condição de titular.” “Sou Benedito dos Santos. Sou da Secretaria Especial de Direitos Humanos,*  
1401 *e sou Secretário Executivo do CONANDA.” “Ariel de Castro Alves, Conselheiro do CONANDA*  
1402 *pelo Movimento Nacional pelos Direitos Humanos.” “Francisco Brito, suplente pelo MDS.”*  
1403 *“Evarildo Fransosi, titular pela Casa Civil da Presidência da República.” “Alessandro Passos,*  
1404 *sou suplente da Casa Civil da Presidência da República.”* Apresentando-se, a Secretária Executiva  
1405 convidou para compor a mesa a presidente do CNAS, Valdete de Barros Martins, o presidente em  
1406 exercício do CONANDA, Fábio Feitosa Silva e a Secretária Nacional de Assistência Social em  
1407 Exercício, Valéria Gonelli. Prosseguindo, passou a palavra para a senhora Presidente do CNAS, que  
1408 cumprimentou a todos os presentes destacando ser esse um momento emblemático para os direitos  
1409 das crianças e dos adolescentes no Brasil. Destacou que várias vezes os dois Conselhos, tanto o  
1410 CONANDA como o CNAS, tinham trabalhado na direção de aprovar documentos importantes para  
1411 a garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, sendo essa mais uma ação conjunta.  
1412 Destacou que a construção desse trabalho findava nesse momento, com a aprovação de uma  
1413 Resolução para orientação técnica dos serviços de acolhimento às crianças e adolescentes, trabalho  
1414 resultado de forças, de movimentos que se instalaram no Brasil. Informou que esse documento,  
1415 iniciado em 2007 por parte dos dois Conselhos, havia estado em consulta por um longo período,  
1416 com um resultado realmente coletivo. A senhora Presidente do CNAS agradeceu a contribuição de  
1417 todos que contribuíram para que se chegasse a esse resultado e que esses parâmetros que estavam  
1418 sendo aprovados nesse momento, dariam um novo redirecionamento à questão do acolhimento de  
1419 crianças e adolescentes no Brasil. Ponderou que se precisava e se estava construindo  
1420 regulamentações fortes, que traziam essa perspectiva que tanto o Estatuto da Criança e do  
1421 Adolescente colocava, e que eram reforçados nas legislações subseqüentes, como a Política  
1422 Nacional da Assistência Social, que estabelecia, a partir da aprovação dessa política em 2004, a  
1423 proteção social básica, a proteção social especial, onde encontravam esses serviços de acolhimento  
1424 à criança e adolescentes. Ressaltou que era importante que um documento como esse existisse e que  
1425 reforçava o que já existia, dando orientações na direção para toda a rede sócio-assistencial com  
1426 relação à criança e ao adolescente na questão do acolhimento. Colocou que era chegada a hora de se  
1427 proceder a esse reordenamento e que, além dessas normas ajustadas, era preciso ter um documento  
1428 que direcionasse essa orientação, e esse documento fazia isso, e que após a aprovação dessa  
1429 Resolução Conjunta, se pudesse dar mais completude técnica aos serviços na área da Assistência  
1430 Social, para o que a SNAS também vinha trabalhando, e brevemente seria aprovada tanto na  
1431 Comissão Intergestora Tripartite como no próprio CNAS a tipificação dos serviços sócio-  
1432 assistenciais. Manifestou que do ponto de vista do Conselho Nacional de Assistência Social,  
1433 estariam atentos ao que estava sendo aprovado, propondo aos Conselhos Estaduais e Municipais a  
1434 sua execução, tendo essas normas implementadas e acompanhadas, contando com os gestores  
1435 estaduais e com a representação da rede sócio-assistencial, com representação pelo CONANDA e  
1436 CNAS, bem como as demais redes e organismos que compunham essas instâncias colegiadas.  
1437 Ressaltou que aprovar essa norma era muito importante, mas mais importante ainda era se fazer o  
1438 monitoramento, acompanhar, proceder junto aos instrumentos que pudessem ir dando concretude ao  
1439 que estava sendo proposto. A senhora Presidente do CNAS agradeceu e, por oportuno, informou  
1440 que se estava em um ano de Conferências, sendo importante ressaltar que tanto o Conselho  
1441 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente quanto o Conselho Nacional de Assistência  
1442 Social estavam com as suas conferências. Que esses eventos vinham demarcar e em um momento  
1443 importante se avaliar e propor novas diretrizes, se avançando na perspectiva de construção de uma  
1444 sociedade que caminhasse na direção da justiça social, dos direitos, do respeito à dignidade do  
1445 cidadão, da proteção do estado. Observou que não poderia deixar de registrar que havia sido  
1446 Conselheira do CONANDA por duas gestões, tendo assim uma atenção especial também com

1447 relação à criança e ao adolescente, não deixando de estar atenta, ainda mais atualmente como  
1448 presidente do Conselho Nacional, mas também como profissional da área da Assistência Social,  
1449 sendo muito importante estar participando desse evento. Concluindo, agradeceu e desejou que se  
1450 conseguisse nessa missão fazer valer aquilo que se estava propondo nessa oportunidade. Dando  
1451 seqüência à essa mesa de abertura, a Secretária Executiva passou a palavra ao Presidente em  
1452 exercício do CONANDA, Fábio Feitosa. O senhor Presidente em exercício do CONANDA  
1453 cumprimentou a todos os presentes nesse momento histórico de continuidade do trabalho de relação  
1454 e fortalecimento do Conselho Nacional de Assistência Social e do CONANDA. Lembrou do Plano  
1455 Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, que foi o grande momento histórico de  
1456 fortalecimento e de união também, em que esses dois Conselhos deliberaram sobre esse Plano,  
1457 discorrendo sobre como esse documento era utilizado em diversos locais no país. Manifestou que  
1458 gostaria de parabenizar as equipes, tanto do CNAS como do CONANDA, que trabalharam esse  
1459 documento, sabendo-se que foram meses de discussão e de reflexões, também em Plenária.  
1460 Ressaltou que era preciso, a partir da aprovação dessa Resolução, divulgar o máximo possível,  
1461 sendo responsabilidade de todos, enquanto Conselhos Nacionais, mas também dos Fóruns  
1462 Nacionais, dos Fóruns Estaduais, fazer com que chegasse até os municípios, a todos, esse novo  
1463 documento, bem trabalhado pela equipe que havia sido delegada pelos dois Conselhos. Destacou a  
1464 importância de se estar monitorando, tanto esse documento como também o Plano Nacional,  
1465 devendo se pensar em um modo de o fazer. Ponderou que nesse ano de Conferências Nacionais,  
1466 com a Conferência do CONANDA trazendo o tema de construir as diretrizes do Plano Nacional,  
1467 sendo um dos cinco eixos a serem discutidos, a universalização dos direitos dentro de um contexto  
1468 de desigualdades, sendo um dos pontos fortes onde se poderia trabalhar a questão do  
1469 monitoramento. Ressaltando ser esse um momento histórico para o fortalecimento do papel do  
1470 Conselho, o senhor Presidente em exercício do CONANDA desejou uma boa Plenária Conjunta,  
1471 que se pudesse sair alegres com a construção desse documento, e que se conseguisse que ele  
1472 chegasse o mais rápido possível às mãos dos Conselhos Municipais de Assistência Social e da  
1473 Criança e do Adolescente. Informou que esse documento havia sido aprovado no dia anterior na  
1474 Plenária do CONANDA e estavam nesse evento para mais uma vez fortalecer essa relação entre os  
1475 dois organismos. A Secretária Executiva passou a palavra à Secretária Nacional de Assistência  
1476 Social em exercício, Valéria Gonelli, que cumprimentou a todos os presentes e àqueles que  
1477 trabalharam nesse documento. Justificou a ausência da Secretária Ana Lígia e a representação em  
1478 seu nome e no da Secretária Executiva em exercício, Rosilene Cunha, cuja presença não havia sido  
1479 possível. Relembrou um texto escrito pela senhora Presidente do CNAS, no final dos anos noventa,  
1480 quando já conclamavam essa discussão da Assistência Social, da interface e da articulação entre o  
1481 CONANDA e o CNAS, e que começava em um virtuoso processo, a partir da discussão do Plano  
1482 Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, com esse momento sendo mais um ato nessa  
1483 direção. Parabenizou todos os Conselheiros, não só dessa gestão, mas das gestões anteriores, que  
1484 iniciaram esse processo no sentido de construir essa proximidade e esse caminho, discorrendo sobre  
1485 algumas questões importantes na política de Assistência Social. A Secretária Nacional de  
1486 Assistência Social em exercício, destacou que as orientações nesse documento saia nessa  
1487 aprovação, em um caminho bastante importante e corajoso, na própria Secretaria Nacional de  
1488 Assistência Social do MDS, no sentido de construir a tipificação de serviços, processo já iniciado na  
1489 CIT. Ressaltou o grande desafio que era a questão do monitoramento e do aprofundamento e  
1490 implementação desse documento e do Plano Nacional, discorrendo sobre o assunto e a parceria com  
1491 a FIOCRUZ, informando o número de abrigos no país. Ressaltou que o levantamento nacional  
1492 permitiria concretamente ver o grau de implementação do próprio Plano Nacional, medindo  
1493 também as orientações e fazendo esse diagnóstico nacional nessa direção. Observou ser primordial

1494 para todo o sistema, conhecer esses dados e se poder trabalhar em uma direção de devolver esses  
1495 dados para os municípios, construindo e ampliando serviços na direção da perspectiva da garantia  
1496 da convivência familiar e comunitária. A Secretária Nacional de Assistência Social em exercício,  
1497 falando do ponto de vista da gestão, que se contava com o CONANDA e com o CNAS, para que se  
1498 pudesse construir esse levantamento e as demais iniciativas desses Conselhos na perspectiva do  
1499 aprofundamento da discussão da tipificação, das contribuições nessa direção, e do aprofundamento  
1500 dessas lutas concretas. Referiu-se às duas Conferências que aconteceriam nesse ano, sendo um  
1501 momento bastante propício desse processo de construção e de aproximação, conjunta e coletiva, no  
1502 sentido da garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Parabenizou os dois Conselhos por esse  
1503 processo iniciado a alguns anos, e que cada vez mais se fortalecesse para que se pudesse fazer a  
1504 discussões nos demais temas, afetos à criança e ao adolescente, puxando essa bandeira para os dois  
1505 Conselhos. Concluindo, a Secretária Nacional de Assistência Social em exercício parabenizou a  
1506 todos os Conselheiros, ao CONANDA e ao CNAS nesse processo, e que se tivesse esse documento  
1507 e a Resolução aprovada, podendo, dentro de alguns dias, oferecer isso ao Brasil e às crianças  
1508 brasileiras. A Secretária Executiva convidou a Conselheira do CONANDA, Solange Martins, para  
1509 apresentação sintética das orientações técnicas, serviço de acolhimento para crianças e adolescentes.  
1510 A Conselheira Solange ressaltou que o embrião desse documento haviam sido as orientações que  
1511 desde 2006 o MDS fornecia aos municípios na elaboração dos projetos de estruturação da rede, da  
1512 proteção social especial. Informou sobre o recurso que anualmente se investia na reforma,  
1513 adequação, e construção de novas unidades que prestavam serviços sócio-assistenciais, fornecendo,  
1514 para as unidades de abrigo, orientações básicas, subsidiadas pelo estatuto e no Plano Nacional de  
1515 Convivência Familiar e Comunitária, condição para a aprovação dos projetos apresentados. A  
1516 Conselheira Solange discorreu sobre o histórico desse documento, e sobre os integrantes dessa  
1517 grande equipe que discutiu as questões referentes à convivência familiar e comunitária e, em  
1518 especial, a questão da rede de abrigos do país, citando três técnicos que foram fundamentais neste  
1519 processo: Ana Angélica Campelo, do Departamento de Proteção Social Especial; Juliana Fernandes,  
1520 que era do mesmo departamento no MDS; e, Shirlene Brandão, a quem solicitou que apresentasse a  
1521 síntese do programa. A Secretária Executiva agradeceu a apresentação e aproveitou a oportunidade  
1522 para registrar a presença da Secretária Nacional do Fórum Nacional, Dra. Gislene. Dando  
1523 continuidade, a senhora Shirlene agradeceu a colaboração nesse processo CNAS, CONANDA, da  
1524 Subcomissão composta pela Conselheira Lílian, pelo Conselheiro do CONANDA, Conselheiro  
1525 Frederico, do CNAS, e a Conselheira Lurdes. Prosseguindo, discorreu sobre o material em tela,  
1526 apresentando o documento que visava atender algumas exigências do Plano, de regulamentação dos  
1527 serviços de acolhimento para a criança e adolescente, e compromisso do MDS, do CONANDA e do  
1528 CNAS. A senhora Shirlene explanou sobre a formatação desse documento que continha dois  
1529 capítulos, explicando o primeiro momento com a introdução, os princípios que o norteavam e as  
1530 orientações metodológica; o segundo momento vinha orientar as peças que deveriam estar contidas  
1531 no aspecto político e pedagógico no serviço de acolhimento. Ressaltou que uma questão muito  
1532 discutida nesses anos era a necessidade da constituição e elaboração de um plano de atendimento  
1533 individual e familiar, detalhar quais aspectos deviam ser observados e como deveria ser elaborado  
1534 esse plano de atendimento específico realizado para cada criança e adolescente e suas famílias. A  
1535 senhora Shirlene discorreu sobre as orientações metodológicas quanto aos procedimentos para a  
1536 possibilidade de reintegração, existentes também em relação à toda reintegração familiar,  
1537 discorrendo sobre os fatores de risco e a importância do acompanhamento. Colocou que a  
1538 articulação intersetorial era um eixo importante nesse documento, tendo a participação de vários  
1539 atores para que existisse esse trabalho de proteção à criança e adolescente que estava acolhido, para  
1540 que pudesse sair da instituição. Prosseguindo, explanou sobre a seleção, orientação e

acompanhamento dos profissionais, sabendo-se ser essa uma lacuna importante no serviço de acolhimento, assim como detalhando os parâmetros de funcionamento de quatro serviços de acolhimento: abrigo institucional, a casa lar, o serviço acolhedor, a república, definindo as características de cada um desses serviços e os recursos humanos necessários para um bom funcionamento, informando ter feito um resumo de cada um dos detalhamentos. Discorreu sobre o último ponto do documento observando haver municípios que tinham demanda para serviço de acolhimento, só que não o suficiente para manter o serviço sozinho, sendo discutidos os serviços regionais, como deveriam ser organizados esses serviços e principalmente quais os aspectos de uma equipe técnica que fosse regional, devendo ser orientado e como deveria funcionar e estar articulado à SDH. A senhora Presidente do CNAS procedeu à abertura do debate, observando que tanto o CONANDA quanto o CNAS se encontravam em Plenária, dedicando-se um período para esse evento. Informou que seria distribuído aos Conselheiros do CONANDA, para conhecimento, o material com a Resolução. Aproveitou a oportunidade para cumprimentar a senhora Malu, ex-presidente do CONANDA, e o Conselheiro Pessinatti, Vice-presidente, representante da Sociedade Civil. Iniciando a discussão, a Conselheira Marisa observou que no documento, quando falava nos profissionais da casa lar, citava um casal, ou uma pessoa que morava no local, encontrando ser um risco ter sempre uma pessoa só em uma moradia, tendo que ser no mínimo duas pessoas, não vendo nada sobre as crianças com deficiência, com autismo, muitos devendo estar em abrigo porque perdiam a família, indagando qual era a diretriz para essas crianças e adolescentes. A senhora Presidente esclareceu que esse debate havia sido feito no CONANDA e no CNAS, a respeito da regulamentação e desses procedimentos, com a implementação desse documento tendo que se fazer em uma discussão posterior. O senhor Presidente em exercício do CONANDA parabenizou a apresentação do documento, com a proposta de aprovação do mesmo pelo CONANDA e pelo CNAS, tendo dois pontos que não haviam sido fechados, relativos à questão do pagamento da família acolhedora e o outro dos profissionais, fazendo-se posteriormente um aprofundamento sobre a questão da equipe técnica, não se conseguindo chegar a um consenso. Manifestou, como encaminhamento, que a proposta era a aprovação desse documento, com a retirada desses dois pontos para que se pudesse aprofundar melhor. O Conselheiro Clodoaldo, observando as colocações feitas pela Conselheira Marisa, manifestou a mesma preocupação com relação à acessibilidade, embora a legislação brasileira fosse clara com relação à essa questão. Que esse ponto deveria aparecer no documento de modo pedagógico, didático, para que todos tivessem cuidado com a acessibilidade, referindo-se, também à questão do financiamento, causando-lhe preocupação a ação dos Conselhos Tutelares, discorrendo sobre seu despreparo e a necessidade de verificação de suas ações. O Secretário Executivo do CONANDA e Coordenador do programa Pró Conselho Brasil, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, de fortalecimento dos Conselhos de direitos e tutelares, existindo uma ação de capacitação para os Conselhos Tutelares, discorrendo sobre os demais procedimentos para solucionar os problemas que estavam enfrentando e qual o papel desses Conselhos em relação ao abrigo. Com relação a essa última questão, informou a solicitação a um instituto de São Paulo para desenhar, com base nessa Resolução, um curso específico sobre o abrigo, para Conselhos Tutelares, ou seja, Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, qual seria o papel desses Conselhos com relação à política de abrigo e cujo material estava sendo produzido para posterior publicização. Destacou haver uma discussão entre eles sobre o excesso de utilização da medida de abrigo, tendo setores dentro do próprio movimento de Conselhos Tutelares que eram contra esse excesso, havendo essa proposta de resgate e de nome, de Conselho Tutelar para Conselho de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Manifestou que tinha o direito de defender sua posição, destacando que faria essa defesa pública onde estivesse e que convenceria a muitos dos presentes. A senhora Presidente do CNAS passou a palavra para a

1588 Conselheira Júlia, do CONANDA, parabenizou pelo momento histórico, manifestando que o  
1589 SINASE havia sido muito importante, vendo-se frutificar, apesar das dificuldades encontradas por  
1590 todos os segmentos, fazendo esse enfrentamento para se construir Política Pública, para atender  
1591 criança e adolescente. Ressaltou que os dois pontos destacados eram polêmicos, sendo muito  
1592 importante o amadurecimento dessas questões, assim como ter muita tranquilidade de discutir qual  
1593 o papel do Conselho Tutelar nesse país, para assim poder se construir política pública para criança e  
1594 adolescente, para idoso, para mulheres, para todos aqueles que historicamente sempre foram  
1595 excluídos. Tomando da palavra, o Conselheiro Geraldo, do Ministério da Cultura, referiu-se à  
1596 situação de acolhimento, principalmente das crianças, e especialmente os nômades e semi-nômades,  
1597 como era o caso, por exemplo, dos ciganos, das crianças de circos, e dos indígenas, discorrendo  
1598 sobre a situação, exemplificando com algumas situações. Ressaltou que gostaria de fazer esse  
1599 indicativo para que se tivesse essa preocupação, referindo-se à questão de alguns critérios  
1600 necessários para terem casa e abrigo, explanando sobre as dificuldades encontradas, principalmente  
1601 no caso dos ciganos. Informou sobre a ação parceira com o Sindicato dos Registros Cíveis, que  
1602 estava rodando todo o estado de Minas, e que queriam ampliar, fazendo o registro civil de ciganos,  
1603 das crianças, dos pais, muitos deles não tendo essa documentação civil básica. Concluindo, o  
1604 Conselheiro Geraldo destacou que gostaria de chamar a atenção dos dois Conselhos, com algumas  
1605 ações dessas importantes políticas, tendo alguns aspectos muito específicos, que acabavam, não  
1606 porque se queria, porque a política era delineada, mas por muitas vezes não se ater às  
1607 especificidades de alguns segmentos. Ato contínuo, a senhora Presidente do CNAS solicitou ao  
1608 Secretário Executivo do CONANDA que passasse à leitura da “Resolução Conjunta de nº 01, de 18  
1609 de junho de 2009. Aprova o Documento “Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para  
1610 crianças e adolescentes”. O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e o Conselho  
1611 Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente – CONANDA, no uso das suas atribuições  
1612 estabelecidas respectiva nos art. 18 da Lei 8.742, de sete de dezembro de 1993, e no art. 2º da Lei  
1613 8.242, de 12 de outubro de 1991. Considerando a Resolução conjunta de nº 1, de 13 de dezembro  
1614 de 2006, do CNAS e do CONANDA, que aprovou o Plano Nacional de Promoção, Defesa e  
1615 Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária.  
1616 Considerando que a regulamentação ora proposta é uma ação prevista no Plano Nacional de  
1617 Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e  
1618 Comunitária, representa um compromisso partilhado entre o Ministério do Desenvolvimento Social  
1619 e Combate à Fome, e a Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, e o CNAS e o  
1620 CONANDA, para afirmação no estado brasileiro do direito de crianças e adolescentes à  
1621 convivência familiar e comunitária. Considerando as contribuições recebidas por meio da consulta  
1622 pública ao documento “Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e  
1623 adolescentes”, de organizações sociais e estudos dos Conselheiros de Assistência Social, e  
1624 Conselhos de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente, de âmbito Estadual, Municipal e do  
1625 Distrito Federal, entre outros, e o trabalho de sistematização revisado pelas Comissões de  
1626 Políticas Públicas do CNAS e do CONANDA, e do Grupo de Trabalho CNAS e CONANDA, que  
1627 resultou no documento final entregue aos requeridos, Conselheiros Nacionais, resolve: art. 1º.  
1628 Aprovar o documento “Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e  
1629 adolescentes”. Art. 2º. O CNAS e o CONANDA deverão adotar medidas para divulgação deste  
1630 documento, e fazer o acompanhamento da regulamentação dos serviços de acolhimento de crianças  
1631 e adolescentes no âmbito estadual, municipal, e do Distrito Federal. Art. 3º. Esta resolução entra  
1632 em vigor na data de sua publicação. Assinam a Valdete de Barros Martins, Presidente do CNAS, e  
1633 Fábio Feitosa da Silva, Presidente em Exercício do CONANDA”. A Conselheira Lícia Salmeron,  
1634 representante da Sociedade Civil no CONANDA, com relação às considerações manifestou que

1635 gostaria que constasse a ressalva feita com relação aos dois pontos em uma consideração, com uma  
1636 redação específica com esse item. A Conselheira Mírian, do CONANDA, solicitou alteração onde  
1637 dizia “Conselhos de defesas de direitos da criança e do adolescente”, sendo Conselhos “do” direito.  
1638 A Conselheira Edna observou ser inadequado colocar nas considerações uma ressalva, considerando  
1639 ser uma Resolução aprovando um documento, ficando claro que o assunto ainda seria discutido. A  
1640 senhora Presidente do CNAS sugeriu que, como a reunião estava sendo gravada, se teria a ata dessa  
1641 reunião, constando em Ata a ressalva com relação ao aprofundamento desses dois pontos, o que  
1642 seria suficiente. Constar na Resolução, em sua opinião, exporia ou causaria certa confusão para  
1643 quem pegari o documento para o usar. Destacou que como esse assunto seria debatido e  
1644 aprofundado, chegando-se a um consenso, posteriormente podendo ter outras Resoluções que  
1645 tratassem especificamente dessa matéria, encaminhando no sentido de que se aprovasse a Resolução  
1646 com a redação que estava dada. O senhor Presidente em exercício do CONANDA reforçou que se  
1647 estava aprovando esse documento de orientações, sem esses dois pontos, já com a ressalva que  
1648 estava gravada, com a Resolução aprovando esse documento sem esses dois pontos. A senhora  
1649 Presidente do CNAS indagou se o encaminhamento poderia ser feito, ficando registrado que se teria  
1650 o aprofundamento desse debate. O Conselheiro Carlos Nery Paes, do CONANDA, manifestou que  
1651 gostaria de saber se, dentro da mesa, os atos que eram decididos, como a exclusão dos dois pontos a  
1652 serem tratados em outra oportunidade, não era decidida nesse momento e de que forma ficaria  
1653 aprovado, por meio de algum instrumento ou votação, ou se ficaria registrada as opiniões nesse  
1654 sentido, encontrando ter que haver algum ato oficial por parte desses Conselhos. A senhora  
1655 Presidente do CNAS observou entender a posição do Conselheiro do CONANDA, propondo como  
1656 encaminhamento ser registrado em Ata de que se estava acordando aqui, conforme as conversas  
1657 mantidas no dia anterior com o senhor Presidente em exercício do CONANDA, de que esses dois  
1658 pontos precisavam ser aprofundados e posteriormente deliberados. Destacou que a forma do  
1659 deliberar do CNAS eram as Resolução, entendendo que esses dois pontos seriam motivos de outra  
1660 Resolução, assim como uma ressalva de que no caso das equipes técnicas, como se havia tratado de  
1661 serviços de acolhimento, que eram serviços específicos da Política de Assistência Social, já havia  
1662 uma norma, a NOB-RH, que disciplinava essa questão, tendo-se, então, que dar um tempo para que  
1663 o CONANDA estudasse a NOB-RH. Ressaltou que como se estava em um momento de  
1664 Conferência, e essa norma seria motivo de debate e aprofundamento, encontrava que se teria um  
1665 período para adequar essa questão das equipes com relação aos serviços de acolhimento. Referiu-se  
1666 a outro ponto sobre as famílias acolhedoras, tratando-se de de casas lares, que eram espaços  
1667 institucionais, e tratando também daquelas famílias que acolheriam crianças em determinado  
1668 momento. Ponderou serem essas duas perspectivas de serviços, ou de atendimentos para acesso à  
1669 criança e que precisavam ser melhor trabalhadas, ouvindo os Conselhos e se trabalhando um pouco  
1670 mais na perspectiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e entender  
1671 como a atual Assistência Social estaria organizando os seus serviços, ter uma tipificação em  
1672 andamento, serviços que se cruzavam. Ressaltou que a perspectiva era fortalecer, garantir a  
1673 convivência familiar e comunitária, necessitando de um tempo para se discutir, tendo se avaliado  
1674 que era um momento significativo aprovar esse documento nessa oportunidade. hoje. A senhora  
1675 Presidente do CNAS esclareceu que a Resolução deveria sair no prazo de dez dias, e como sairia  
1676 pelo CNAS, nesse período se teria esse documento tendo que se ter o expediente organizado, na  
1677 direção em que estava, enquanto se iriam organizando para fazer o debate sobre esses dois pontos.  
1678 Concluindo reiterou que na medida em que estava na ata e estando acordado entre os Conselheiros e  
1679 os Conselhos, não colocaria na Resolução, mas sim em discussão. A Conselheira Lícia Salmeron  
1680 manifestou seu entendimento sobre a questão, observando que esses dois pontos seriam objeto de  
1681 outra Resolução, mas com o documento sendo parte integrante anexa dessa Resolução, com a

1682 aquiescência da senhora Presidente do CNAS. A Conselheira Maria Luiza Moura, do CONANDA,  
1683 observou que havia que deixar bem claro na Ata quais eram os dois pontos, esclarecendo que o  
1684 documento se referia ao subsídio à manutenção da criança em situação de acolhimento em casa de  
1685 família acolhedora, e não pagamento à família. Ressaltou que o outro ponto, com relação à questão  
1686 da equipe técnica, estava bem aclarado. A senhora Presidente do CNAS ressaltou a boa lembrança  
1687 da Conselheira do CONANDA, sendo, na realidade, subsídio público, o que se deveria deixar  
1688 explícito, assim como a questão das equipes mínimas para os serviços de acolhimento, ficando  
1689 aprovado esse encaminhamento. Na sequência, a A Secretária Executiva passou ao ato solene de  
1690 assinatura da Resolução Conjunta CNAS / CONANDA, pela Presidente do CNAS, Valdete de  
1691 Barros Martins, e pelo Presidente em exercício do CONANDA, Fábio Feitosa, dando por encerrada  
1692 a parte formal da reunião, convidando os Conselheiros do CONANDA e do CNAS para uma foto  
1693 desse evento, ficando encerrado o evento para assinatura . **ENCERRAMENTO.** A senhora  
1694 Presidente deu por encerrado o Momento Solene para assinatura da Resolução Conjunta de  
1695 aprovação do documento “Orientações Técnicas: serviço de acolhimento para crianças e  
1696 adolescentes” pelo CONANDA e CNAS. Dando prosseguimento ao segundo dia da Reunião do  
1697 Conselho Nacional de Assistência Social, na Sala de Reuniões do CNAS, nº 108, Anexo, 1º andar,  
1698 o senhor Presidente em exercício passou à conferência do quorum pela Secretária Executiva:  
1699 Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes: Conselheiro Pessinatti, Conselheira Valdete;  
1700 Conselheira Verônica, Conselheira Heloísa, Conselheiro Frederico, Conselheiro Sérgio,  
1701 Conselheiro Renato Saidel, Conselheiro José Crus, Conselheiro Renato de Paula, Conselheira Edna,  
1702 Conselheiro José Geraldo e a Conselheira Rosa, na titularidade, pela ausência justificada da  
1703 Conselheira Renata.. Conselheiros Suplentes presentes: Conselheiro Edval, Conselheiro Pasquini,  
1704 Conselheira Rosa, Conselheiro Samuel, Conselheira Marisa, Conselheira Tânia Garib.  
1705 Prosseguindo, a senhora Presidente passou ao item **Informes da Presidência/Secretaria**  
1706 **Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros.** O Conselheiro Renato Saidel solicitou um aparte para  
1707 justificar a ausência dos Conselheiros Geraldo, Dolores e Carlos Ferrari, que foram convidados  
1708 pelos Deputados que relatariam o Projeto de Lei do 3021, o 7494, para participar da reunião dos  
1709 relatores na Câmara dos Deputados, nesse momento, para trabalhar algumas questões do projeto. A  
1710 senhora Presidente observou que como esse seria um ponto de pauta do relato da Presidência  
1711 Ampliada, gostaria de deixar registrado que ao retornarem, os Conselheiros, que estavam  
1712 representando, não o CNAS, mas as suas Instituições, precisariam repassar as informações com  
1713 relação o PL, que era do interesse de todos. O Conselheiro Renato Saidel manifestou ter  
1714 informações sobre o assunto e que seriam repassadas no momento adequado. A Secretária  
1715 Executiva procedeu à justificativa da ausência dos Conselheiros, apresentado pelo Conselheiro  
1716 Renato Saidel, com os Conselheiros Samuel, Marisa e Edval na titularidade. Prosseguindo, passou  
1717 aos informes: **Ausências Justificadas:** Conselheiro João Carlos Carreira, nos dias 19 e 20 de maio,  
1718 no Segundo Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua, em razão de imprevistos  
1719 profissionais; Conselheira Heloísa, no dia 04 de junho, da Reunião da Comissão Organizadora da  
1720 VII Conferência, em razão de compromissos profissionais; Conselheiro Charles, nos dias 16, 17 e  
1721 18 de junho, nesta reunião, em razão de compromissos profissionais em Porto Alegre; Conselheiro  
1722 João Carlos, nos dias 16, 17, e 18 de junho, nesta reunião, em razão de compromissos profissionais;  
1723 Conselheiro Josenir Teixeira, nos dias 17 e 18 de junho, também nesta reunião, em virtude de  
1724 imprevistos profissionais; Conselheiro Edivaldo, no dia 16, na terça-feira, em razão de  
1725 compromissos profissionais; Conselheira Rose, no período da tarde do dia e no período da manhã  
1726 do dia 17, em razão de compromissos de trabalhos assumidos anteriormente; Conselheiro Geraldo,  
1727 na reunião da CIT, no dia 10, onde ele representaria o CNAS, em razão de imprevistos em Belo  
1728 Horizonte; Conselheiro Vice-Presidente, no dia 16 de junho, na reunião da Comissão de

1729 Financiamento, em razão de compromisso profissional; A Conselheira Margareth Alves, nos dias  
1730 16, 17 e 18 de junho, em virtude de problemas de saúde; e, Conselheira Renata, no dia 18, em razão  
1731 de compromissos profissionais. **E-mails enviados aos Conselheiros:** destaque do documento passo  
1732 a passo das Conferências Municipais, encaminhado, e as orientações dos usuários para a  
1733 participação nas Conferências Municipais. **Resoluções publicadas:** aquela que anulava as certidões  
1734 que foram aprovadas pelo Conselho; a constituição do grupo que decidia procedimentos,  
1735 objetivando a retomada da análise e julgamento de processos, que era a Resolução 44; a Resolução  
1736 45, que aprovava o relatório de execução orçamentária do Fundo Nacional, do primeiro trimestre;  
1737 Resolução 47, encaminhada aos Conselheiros, criando um GT para discutir o tema Habilitação e  
1738 Reabilitação para Pessoas com Deficiência; Resolução 48, que alterou o artigo 40 do Regimento  
1739 Interno do Conselho; e, Resolução 49, que definia as condições de titular e suplente na composição  
1740 das Comissões Temáticas, inclusive com os novos Conselheiros que chegaram recentemente como  
1741 a Suplente da Previdência; Portaria 171, do PROJOVEM, que dispunha sobre os serviços sócio-  
1742 educativos na modalidade de programa nacional de inclusão de jovens, também encaminhados aos  
1743 senhores. **Encaminhamentos aos Conselheiros:** informação sobre os cursos de educação popular e  
1744 comunicação, para mobilização social, que faziam parte do Programa de Formação de Conselheiros  
1745 Nacionais; Portaria 178, que designava a Conselheira Fátima, Representante Suplente do Ministério  
1746 da Previdência, em substituição ao Conselheiro Lúcio. **Participação dos Conselheiros do CNAS:**  
1747 A Universidade da Amazônia, por meio do curso de serviço-social, enviou convite para o décimo  
1748 Seminário de Assistentes Sociais, da UNNAMA, que se realizou no período de 25 a 29 de maio. A  
1749 senhora Presidente participou na qualidade de palestrante, compondo o painel temático Política  
1750 Nacional de Assistência Social, Caminhos da Construção Democrática; A Organização Nacional de  
1751 Cegos, enviou convite para a senhora Presidente, solicitando a presença do Conselheiro Edivaldo no  
1752 curso de atualização de dirigentes de entidades de e para cegos, realizado no dia 24 de maio a 3 de  
1753 junho, em São Paulo, com o Conselheiro participando nos dias dias 29 e 30; A Procuradoria da  
1754 República, e o Ministério Público Federal, enviaram convite ao CNAS para participar da reunião  
1755 com os Procuradores Federais membros do grupo de trabalho de educação, da Procuradoria Federal  
1756 dos direitos do Cidadão, no dia três de junho, representndo o CNAS na qualidade de ouvinte, a  
1757 Coordenadora de Política, Maria Auxiliadora Pereira, que havia feito um relatório que seria  
1758 encaminhado aos Conselheiros; A Secretaria Nacional enviou convite para a participação dos  
1759 conselheiros no Encontro Nacional de Monitoramento do SUAS, no período de 3 a 5 de junho.  
1760 Estiveram presentes as Conselheiras Edna e Margareth Alves. Relato das audiências realizadas, e  
1761 dos assuntos tratados, assim como o material disponível no site, inclusive o relatório da reunião  
1762 ampliada do CNAS. **Comunicados:** A Presidente Valdete encaminhou aos Conselhos Municipais,  
1763 por e-mail, o informe número 3, contendo as orientações para a s Conferências Municipais, e o  
1764 passo a passo, sendo encaminhado, também, a carta dos usuários; O Fórum Nacional de Secretários  
1765 – FONSEAS, enviou convite para a participação na reunião do Fórum, realizada no dia vinte e sete  
1766 e vinte e oito de maio, a senhora Presidente agradeceu o convite e informou da impossibilidade de  
1767 participação, em razão de compromisso anteriormente assumidos, na cidade de Belém do Pará; A  
1768 Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, do Rio Grande do Sul enviou ofício  
1769 à Presidente do CNAS, agradecendo a participação do Conselheiro Charles no Seminário Estadual  
1770 Pré-Conferência de Assistência Social, onde ele contribuiu nos debates sobre o tema da  
1771 metodologia de realização das Conferências Municipais; O Presidente do Conselho Estadual de  
1772 Assistência Social da Paraíba, enviou ofício à Presidente do CNAS parabenizando o Conselho pela  
1773 escolha do tema das Conferências, possibilitando maior discussão e avaliação do monitoramento  
1774 das ações da Assistência Social; A Secretária Executiva deste Conselho, em nome da Presidência e  
1775 de todos os Conselheiros e Servidores, comunicou por e-mail o falecimento, no dia três de junho, do

1776 servidor da Previdência cedido a esse Conselho, Celso de Souza. O Conselho, na ocasião,  
1777 encaminhou uma coroa em homenagem ao servidor; A presidente do Conselho Municipal de  
1778 Assistência Social de Saquarema enviou e-mail à coordenação de Conselhos agradecendo o envio  
1779 de documentos das orientações e do passo a passo, e da carta dos usuários; O CNAS encaminhou  
1780 também e-mail aos Conselhos de Assistência Social dos estados e do Distrito Federal, com as  
1781 orientações gerais para as conferências estaduais e do DF; A Presidente do CNAS encaminhou por  
1782 e-mail para a Conselheira Fátima, recém empossada, todo o material, o Regimento Interno, Código  
1783 de Ética, o Calendário de Reuniões, para subsidiar a sua atuação nesse Conselho. **Aniversariantes**  
1784 **do mês de junho:** Conselheiro José Geraldo, no dia seis. **Informe:** Nota de pesar da Confederação  
1785 Nacional dos Bispos: “*É com grande tristeza que recebemos a notícia do falecimento do Padre*  
1786 *Gislei Azevedo Gomes, 31 anos, vítima de um seqüestro relâmpago em Braslândia. Comprometido*  
1787 *com a vida da juventude, juntamente com as pastorais da juventude do Brasil, organizava a*  
1788 *campanha nacional contra o extermínio da juventude, que tem como seu lema a “juventude em*  
1789 *marcha contra a violência”.* O sacerdote era assessor nacional do setor de juventude da  
1790 *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e residia na casa da Congregação dos Sagrados*  
1791 *Estigmas. Respeitosamente, Valdete Barros Martins, Presidente do CNAS.”.* A Conselheira  
1792 Heloísa, solicitou que constasse a justificativa da sua ausência na reunião da Comissão de  
1793 Conselhos, tendo comparecido à reunião do SINASE, no mesmo horário. **Informes do MDS.** O  
1794 Conselheiro Renato de Paula informou aos Conselheiros que o MDS havia obtido êxito nas suas  
1795 negociações junto ao restante do Governo e se conseguiu a liberação de noventa milhões de reais  
1796 para assegurar a expansão do PROJovem ADOLESCENTE, nome já dado na CIT e no  
1797 FONSEAS, discorrendo sobre o tema; que o INSS já estava convocando os profissionais  
1798 selecionados naquele concurso que o Conselho vinha acompanhando, dos profissionais, em que  
1799 uma parte deles já estava trabalhando e a outra estava sendo capacitada, lembrando que havia sido  
1800 discutido que parte deste contingente de funcionários estariam voltados ao trabalho do  
1801 reconhecimento, do acesso ao direito ao BPC; que havia sido falado no dia anterior, na apresentação  
1802 do monitoramento dos CRAS e CREAS, da realização no dia 3 a 5 de junho, o Encontro Nacional  
1803 de Monitoramento do SUAS, que contou com, mais ou menos, duzentos e trinta participantes, entre  
1804 gestores e representantes dos estados e municípios. **Informes da CIT:** na última CIT, o MDS havia  
1805 apresentado o documento base, a respeito da tipificação dos serviços sócio-assistenciais,  
1806 esclarecendo sobre esse expediente; que outro ponto de pauta da CIT, que havia sido discutido,  
1807 tinha a ver com o protocolo de integração entre os serviços e benefícios sócio-assistenciais, com a  
1808 CIT decidindo por ler o documento na íntegra, cuja leitura não foi concluída e seria retomada na  
1809 próxima CIT; no dia 26 de junho, das 16h15min às 17h45min, nas agências do Banco do Brasil,  
1810 seria realizada uma tele-conferência tendo como tema principal discutir as questões referentes ao  
1811 piso básico de transição, a conclusão do processo de transição, as regras, e condições para  
1812 implementação dos novos serviços; que estava ocorrendo nos dias 17 e 18 de junho um seminário,  
1813 com o objetivo de avaliar o processo de capacitação de gerentes sociais, informou que a última  
1814 capacitação que havia sido feita era uma avaliação externa e interna, e no dia anterior foi lançado o  
1815 livro ‘Concepção e Gestão da Proteção Social Não-Contributiva no Brasil’, que seria  
1816 disponibilizado depois para os Conselheiros. **Informes dos Conselheiros:** O Conselheiro Edval  
1817 registrou que no período de nove a onze de junho o Conselho Federal de Serviço Social realizou um  
1818 seminário nacional na cidade de Recife, com os Assistentes Sociais que atuavam na área da saúde,  
1819 com mais de mil participantes e teve como centro da discussão a elaboração de um documento que  
1820 tratava dos parâmetros para atuação dos assistentes sociais na área da saúde. O Conselheiro Samuel  
1821 discorreu sobre o Encontro da População de Rua, sendo preparado um relatório sobre seu resultado,  
1822 a pedido do MDS, pela SAGI, destacando a importância dos representantes do CNAS naquele

1823 momento e, até mesmo, do apoio de toda disponibilidade do Ministério para sua realização; dia 19,  
1824 durante o dia, o encontro da população de rua em Belo Horizonte, envolvendo os estados, com  
1825 representações de oito estados brasileiros, fruto até desse Encontro Nacional e da articulação e  
1826 visibilidade trazida pela ocupação do movimento nos Conselhos de Assistência Estaduais,  
1827 Municipais e no Nacional; dia dezenove à noite, na Secretaria Regional, da sede sul de Belo  
1828 Horizonte, na Secretaria de Assistência, uma reunião, junto com o Conselho Municipal para discutir  
1829 qual a dificuldade dos usuários de participar de Conferências, com a presença de diversos  
1830 segmentos; dia 24, mobilização e capacitação com a população de rua, feita a partir daquele  
1831 documento de orientação dos usuários, sendo pinçados alguns pontos interessantes para discussão  
1832 para preparar os companheiros para estarem indo às Pré-Conferências; recebimento de convite para  
1833 participar nas Conferências de Contagem, 31/07 à 01/08, Santa Luzia, 03 de julho, e Belo  
1834 Horizonte, 17 e 18 de julho. Informou o lançamento do livro “Trabalho e População em Situação de  
1835 Rua no Brasil”, de Lúcia Lopez, funcionária do MDS, no dia 09, em São Paulo, no sindicato dos  
1836 comerciários, encontrando-se à disposição no site [www.cortezdistribuidora.com.br](http://www.cortezdistribuidora.com.br), e em Belo  
1837 Horizonte na Kaiak Distribuidora, na Rua Itajubá, 2125, na loja 2, no Bairro Sagrada Família, por  
1838 R\$ 39,00. A Conselheira Tânia informou a realização do Fórum Nacional dos Secretários de Estado  
1839 de Assistência Social. Relatou a saída e a entrada de novos Secretários no Estado de São Paulo e no  
1840 estado de Sergipe, com a presença do MDS, representado pelos quatro Secretários, Laura, Ana  
1841 Lígia, Ronaldo e Lúcia, debatendo o modelo de relação entre os estados brasileiros e o MDS. Foi  
1842 apresentado o documento base que no futuro seria uma portaria, apresentando o índice de gestão, já  
1843 incluindo as ações das duas Secretarias Nacionais, de Renda, de Cidadania e Assistência Social. Foi  
1844 lançada e publicada no Diário Oficial, exatamente no dia da reunião a Portaria 171, que  
1845 regulamenta as ações do PROJOVEM, e pela primeira vez nos atos da Assistência Social colocando  
1846 claramente em um dos seus artigos a regulamentação para utilizar recursos do PROJOVEM, para a  
1847 admissão de pessoal para atuar nesse serviço, o que constituía em uma vitória. Em relação ao  
1848 documento de construção conjunta que estava para ser publicado, que regulamentava a relação dos  
1849 estados com os municípios, e estabelecia um repasse de recursos, tinha em um dos seus artigos a  
1850 descrição do que era um repasse obrigatório, o que também era um avanço. Informou que a Medida  
1851 Provisória também daria um salto de qualidade nas ações da Assistência Social, na medida que  
1852 estabelecia o primeiro repasse obrigatório de recursos dessa Política. Ressaltou que esse  
1853 financiamento, paulatinamente, ia ficando transparente, e como destaque das preocupações dos  
1854 Secretários de Estado que, lógico, nos trazem desdobramentos, observando a grande preocupação  
1855 com a questão da proteção especial, pelos gestores e pela CIT e CNAS, onde havia muito a discutir  
1856 e a regulamentar, sendo a grande preocupação com a questão da proteção especial. Destacou a  
1857 recomendação à CIT para reativar uma Câmara Técnica que discutia a proteção especial, e o mesmo  
1858 seria feito enquanto FONSEAS. Manifestou os parabéns ao MDS pelo empenho na elaboração do  
1859 documento que estava em discussão e que encaminhariam sugestões sobre a tipificação dos serviços  
1860 até o dia primeiro, passo tão importante quanto a regulamentação do artigo terceiro da LOAS e  
1861 demais ações para que, efetivamente, se pudesse consolidar o Sistema Único de Assistência Social.  
1862 Prosseguindo, a senhora Presidente passou ao **Item Relato da Presidência Ampliada**, deixando as  
1863 demais Comissões para o período da tarde, solicitando ao Conselheiro Pessinatti para proceder à  
1864 leitura da “*Memória da Reunião da Presidência Ampliada. Reunião: dia 16/06/2008, das 19hrs às*  
1865 *21hrs. Conselheiros Presentes, e Conselheiras: Valdete de Barros Martins, Frederico Jorge de*  
1866 *Sousa Leite, Carlos Eduardo Ferrari, Edna Aparecida Allegro, e José Geraldo. Ausências*  
1867 *Justificadas, Conselheiro Nivaldo Luiz Pessinatti, e a Conselheira Margareth. No apoio: Cláudia*  
1868 *Sabóia, Viviane das Neves, Silvana Souza. O primeiro assunto é a minuta básica da pauta para*  
1869 *169ª Reunião Ordinária de 14, 15 e 16 de julho de 2009. No primeiro período do dia 14, reunião da*

1870 *Comissão de Conselhos, à tarde deste dia das Comissões de Política, Financiamento e Normas, e à*  
1871 *noite, 18 às 19hrs, Presidência Ampliada. No dia 15 tem a aprovação da ata, das nove e quinze às*  
1872 *nove e quarenta e cinco horas, informes da Presidência, MDS, CIT, etc., e das nove às dez analise e*  
1873 *juízo de processos. Das 11hrs às 12hrs, Câmaras de Julgamentos, das 14hrs às 16hrs30min,*  
1874 *impactos da crise mundial. Sugestão de convidados: o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo,*  
1875 *e Josué Mussalem, Economista da Universidade de Pernambuco. Das 16hrs30min às 17hrs, a*  
1876 *recondução/eleição e posse da Presidência e Vice-Presidência do CNAS; 17hrs às 18hrs, relato da*  
1877 *Presidência Ampliada. No dia 16, das 9hrs ao meio dia, tipificação dos serviços sócio-*  
1878 *assistenciais. Das nove às doze, e depois das dez e meia às doze? Há aí um problema cronológico.*  
1879 *Relato das Comissões de Conselhos, na seqüência das 14hrs às 14hrs30min, relato da Comissão de*  
1880 *Financiamento, depois Política, Normas, Comissão Organizadora, e Relato do GT da Resolução*  
1881 *44/2009. Segundo ponto: participação do Conselheiro Renato de Paula no II Encontro Nacional da*  
1882 *Rede Salesiana de Ação Social, a realizar-se em Brasília, no dia 19/06/2009. 3º: Foi informado à*  
1883 *Presidência que o Conselheiro Renato de Paula representará o Conselho neste evento, o tema a ser*  
1884 *tratado será a Política de Assistência Social. 3. Atribuições da Secretaria Executiva e Presidência*  
1885 *do CNAS no Planejamento Estratégico. Foi apresentado um levantamento das atribuições da*  
1886 *presidência e da Secretaria do CNAS, contidos no Planejamento Estratégico de 2009/2010, cópia*  
1887 *anexa. Em julho será informada à Presidência Ampliada o que já foi realizado e o que ainda falta*  
1888 *ser executado na competência da Secretaria e do CNAS. Encaminhamentos: em relação a alguns*  
1889 *pontos do planejamento, foram feitos os seguintes encaminhamentos, de imediato. Primeiro: em*  
1890 *relação ao item 1.5.1: Cumprir a deliberação aprovada em Plenária, do GT Comunicação. Foi*  
1891 *sugerido reiterar memorando MDS quanto à necessidade de um jornalista no CNAS, para dar*  
1892 *andamento no plano de comunicação social. O item 1.2.1. Estabelecer parâmetros gerais para a*  
1893 *inscrição das entidades nos CMAS. Foi proposta reunião conjunta Extraordinária da Comissão de*  
1894 *Conselhos e Comissão de Normas para tratar da inscrição de entidades nos Conselhos de*  
1895 *Assistência Social, convidando o DGSUAS. – Também foi sugerida a criação do GT Pacto de*  
1896 *Aprimoramento da Gestão dos Estados. 4. Participação do CNAS nas Conferências das Capitais*  
1897 *(Planilha em anexo). Foi apresentada a Planilha contendo a data da realização das conferências*  
1898 *de todas as capitais, já com algumas indicações de Conselheiros que vão representar o CNAS nos*  
1899 *eventos, necessitando de indicação dos demais. (Cópia Anexa). 5. Ofício da Receita Federal do*  
1900 *Brasil informando sobre a criação de setores especiais em matéria previdenciária – DISEP. Foi*  
1901 *lido o conteúdo do Ofício nº 79/2009 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil*  
1902 *da 1ª Região Fiscal que informou: “Art 125 — À Divisão de Setores Especiais em Matéria*  
1903 *Previdenciária — DISEP compete gerenciar as atividades de fiscalização, inclusive os estudos e*  
1904 *gerenciamento de risco em relação às atividades rural, agro industrial, de construção civil, das*  
1905 *sociedades cooperativas, das entidades beneficentes, das associações desportivas e dos órgãos da*  
1906 *administração pública direta, autarquias e fundações de direito público.” Diante disso, foi*  
1907 *informado que a citada Divisão ao efetuar análise de expedientes/processos envolvendo entidades*  
1908 *beneficentes de assistência social, poderá, se for o caso, redirecioná-los às respectivas*  
1909 *superintendências regionais da Receita Federal do Brasil de domicílio de tais entidades. Por fim, o*  
1910 *Superintendente Adjunto Wolney de Oliveira Cruz solicita que os processos sejam encaminhados*  
1911 *ao Sr. Nelson Leitão Paes, Coordenador-Geral de Processos Estratégicos — COPES da*  
1912 *Subsecretaria de Fiscalização — SUFIS da Receita Federal do Brasil. 6. Representação nº 37/2008*  
1913 *de autoria da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - ANFIP, que*  
1914 *apresenta denúncia referente à atividade de fiscalização do CNAS sobre a concessão do CEAS e a*  
1915 *Auditoria do TCU fiscalizará certificação de entidades beneficentes de assistência social,*  
1916 *fiscalizará? Como é que é? Fiscalizará. Informou-se sobre a Representação no 37/2008 de autoria*

1917 da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal ANFIP, na Comissão de  
1918 Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, “que apresenta denúncia referente  
1919 à atividade de fiscalização do CNAS sobre a concessão do CEBAS”. Em razão disso, foi aprovado  
1920 encaminhar o documento contendo o pedido de fiscalização da concessão de certificados de  
1921 entidades beneficentes de assistência social pelo CNAS ao Tribunal de Contas da União — TCU. 7.  
1922 Convite do CEAS/RO para participação em Reunião Ampliada do Estado a ser realizada de 1 a 3  
1923 de julho. Ressalta-se que em razão da reunião ter sido adiada para julho, a Presidência Ampliada  
1924 sugere consultar o Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, que já era o nome indicado para a  
1925 reunião daquele Conselho marcada anteriormente. 8. 1ª Conferência Mundial sobre o  
1926 desenvolvimento dos Sistemas Universais de Seguridade Social e de Saúde. O Conselho Nacional  
1927 de Saúde informou que está prevista a realização em março de 2010, na cidade de Belém, a  
1928 primeira conferência mundial do desenvolvimento dos sistemas universais de seguridade social e  
1929 de saúde. O Secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde solicita ao  
1930 CNAS a indicação de dois representantes, sendo um para o comitê executivo, e um para a  
1931 Comissão Organizadora. A Presidência Ampliada sugere à Presidente do CNAS para o Comitê  
1932 Executivo, e o Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite para a Comissão Organizadora. 9.  
1933 Instalação de Mesa Nacional de negociação do SUAS (resolução nº 172/2007 e 51/2008). Foi  
1934 informado que o CNAS já se manifestou sobre o assunto, por meio da Resolução CNAS nº  
1935 172/2007, que recomenda a instituição da Mesa de Negociação na forma estabelecida da Norma  
1936 Operacional de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social/NOB-RH/SUAS, e  
1937 51/2008, que aprova a Proposta Orçamentária da Assistência Social para o exercício de 2009, com  
1938 ressalvas. Foi deliberado que será encaminhado memorando ao Ministério MDS solicitando  
1939 informações sobre o cumprimento do disposto nas citadas Resoluções. 10. Consulta do  
1940 FONACEAS sobre a disponibilização de memória de reunião das comissões do CNAS para  
1941 representantes daquele Fórum durante as reuniões plenárias do CNAS (resolução nº 174/2007 –  
1942 Manual de Procedimentos). Foi lembrado que o material das reuniões são distribuídos  
1943 exclusivamente aos Conselheiros, conforme item 8 da Resolução 174/2007 – que expede normas  
1944 disciplinares e orientadoras das atividades internas do CNAS, que ora transcrevemos: O serviço de  
1945 apoio ao Colegiado, sob a supervisão da Secretaria Executiva, providenciará a distribuição de  
1946 material, durante as Reuniões Plenárias, na seguinte forma: - memórias de Reuniões das  
1947 Comissões Temáticas e GTs, Planilhas de Julgamento de Processos, Relatórios de Processos  
1948 Administrativos, Memoriais, exclusivamente para os/as Conselheiros e Conselheiras, observada a  
1949 ordem do assunto na pauta; - materiais trazidos por convidados ou Conselheiros, somente com a  
1950 apreciação da Presidência, devendo ocorrer em momento que não prejudique o andamento da  
1951 reunião, com preferência na distribuição no início ao final da sessão. Somente poderão ser  
1952 divulgadas, depois de deliberados pelo Plenário do CNAS e mediante solicitação formal: -  
1953 memórias das Reuniões das Comissões Temáticas e GTs; - Relatórios anuais e planejamento  
1954 estratégico do CNAS; - atas, resumos e degravação. Repete o número dez, agora acho que é onze!  
1955 Depois vem o número onze. Substitutivo do PL CEBAS – Deputado Eduardo Barbosa. A  
1956 Presidência Ampliada Sugere a Discussão do substitutivo do PL CEBAS – Projeto de Lei nº  
1957 7494/2006, especialmente o art. 19 do referido PL, considerando-se a concepção de gratuidade de  
1958 serviços da Assistência Social. Observa-se que a proposta do substitutivo do Deputado Eduardo  
1959 Barbosa traz concepção de receita/contabilidade. A Presidência Ampliada recomenda discussão na  
1960 Plenária. 12. Processos de Manifestação sobre isenção do Imposto de Importação. A CJ elaborou  
1961 consulta à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, sobre a competência do CNAS em  
1962 emitir manifestação de isenção de imposto de importação e o parecer daquela PGFN traz  
1963 referência à alteração desta competência. Encaminhamento: a Presidência Ampliada sugere, até

1964 *que a CJ/MDS se manifeste sobre o assunto, a suspensão do julgamento de processos de*  
1965 *importação e a distribuição de processos desta natureza”.* A senhora Presidente solicitou  
1966 acrescentar Processos de reconsideração, tendo outra correção com relação ao evento da  
1967 Conferência Nacional de Saúde, que não era em Belém, e sim em Brasília. Prosseguindo, passou à  
1968 discussão desse relato, com o Conselheiro Renato Saidel informando não ter acompanhado no dia  
1969 anterior o relato do GT de Denúncias, tendo que constar na próxima Plenária, o que não constava na  
1970 Pauta. A senhora Presidente observou o pouco tempo existente, com a Conselheira Edna sugerindo  
1971 uma Plenária Extraordinária só para tratar desse e de mais outro assunto, se houvesse, apoiada pelo  
1972 Conselheiro Renato Saidel nessa sugestão. Prosseguindo, a senhora Presidente solicitou a aprovação  
1973 dessa Pauta, tratando-se do assunto de realização de Reunião Extraordinária posteriormente. A  
1974 Conselheira Verônica indagou se em um período seria possível fazer essa discussão, podendo se  
1975 redimensionar, dentro dessa proposta de pauta. A senhora Presidente explicou que se iniciaria no  
1976 dia 14, tendo que ser ou dia 13, ou fazer no dia 14 à noite. O Conselheiro Renato Saidel observou,  
1977 em nome da Sociedade Civil, que no dia 13 haveria reunião para tratar da eleição para a vice-  
1978 presidência desse Conselho havendo, inclusive, solicitado auxílio à Secretária Executiva. A  
1979 Secretária Executiva informou que a convocação seria para os dias 14, 15 e 16 de julho, com a  
1980 vinda dos Conselheiros podendo ser na tarde do dia 13, podendo, também, ficar um período depois  
1981 da reunião, portanto, no dia 17, pela manhã. Esclareceu que para fazer um plano de viagem que  
1982 incluísse o dia 13 na íntegra, desde a manhã, inclusive podendo chegar no dia 12, se fosse o caso,  
1983 teria que haver uma convocação específica do Conselho Nacional justificando, solicitando que fosse  
1984 feito algum encaminhamento nesse sentido. O Conselheiro Renato Saidel informou haver  
1985 encaminhado a proposta à Presidência, porque precisavam do dia todo, considerando a  
1986 complexidade da questão a ser trabalhada. A Conselheira Edna sugeriu, considerando as colocações  
1987 da Secretária Executiva, ao invés de utilizar a manhã e a tarde da segunda-feira, utilizar a tarde e a  
1988 noite. A senhora Presidente consultou a Secretária Executiva se poderia convocar a Sociedade Civil  
1989 para discussão do processo de eleição, ficando confirmada essa vinda um dia antes. A senhora  
1990 Presidente informou que gostaria de propor que ao invés de se ter um dia a mais ou chamar uma  
1991 Reunião Extraordinária, que se fizesse a reunião na noite do dia 14, para se vencer o ponto do GT  
1992 Denúncia, sendo aprovada essa sugestão. A senhora Presidente indagou se havia mais alguma  
1993 manifestação, em não havendo considerou aprovada a Pauta com as devidas alterações.  
1994 Prosseguindo, observou que, apesar de a Pauta estar aprovada, gostaria de destacar que, com relação  
1995 ao debate sobre os impactos da crise mundial, tinha a sugestão de dois nomes, do Ministério do  
1996 Planejamento, o Ministro Paulo Bernardo, e do professor Josué, de Pernambuco, não havendo outra  
1997 sugestão, sendo comentado na Presidência Ampliada de que se deveria ter pelo menos uma pessoa a  
1998 mais, caso o convidado não pudesse comparecer, com o debate sendo realizado na Plenária, se havia  
1999 outra sugestão para a Secretária Executiva poder emitir os convites. O Conselheiro José Crus  
2000 observou que se poderia consultar a agenda do Ministro Patrus, para participar, visto que o Ministro  
2001 Paulo Bernardo discutiria a crise e os impactos nas políticas sociais, com a Conselheira Edna  
2002 sugerindo a realização em um espaço maior, considerando o número de pessoas interessadas no  
2003 assunto. A senhora Presidente considerou interessantes tais sugestões, incluindo, também, o convite  
2004 ao Ministro do MDS para participar desse momento, ao que o Conselheiro Edval observou que para  
2005 fazer a reunião fora desse espaço, e com mais de um interlocutor, a Pauta precisaria ser modificada  
2006 por no mínimo um período. A Conselheira Edna informou que encaminharia por e-mail para a  
2007 presidência o material verificado junto ao CEDES, ao Conselho de Desenvolvimento, sobre esse  
2008 assunto, que poderia disponibilizar a todos os Conselheiros. A Secretária Executiva ressaltou que  
2009 iria tentar redimensionar o tempo, mas deixando um período para esse assunto, consultando a  
2010 agenda dos Ministros, após o que se faria o remanejamento geral da Pauta. O Conselheiro Ferrari

2011 destacou que caso se tivesse a confirmação dos dois Ministros, que fosse dado um cuidado especial  
2012 à politização desse evento. Que o Conselho precisava mostrar à sociedade e para as outras  
2013 instâncias de controle social que iria tratar de temas transversais, sendo importante esse cuidado por  
2014 ainda não ter sido colocada a política de comunicação em andamento. A senhora Presidente  
2015 manifestou que se poderia proceder, com a Secretaria Executiva realizando as gestões para esse  
2016 evento. O Conselheiro Renato Saidel, destacando a relevância do assunto, sugeriu que fosse enviado  
2017 convite apenas para os Conselheiros Estaduais. A Conselheira Tânia observou que se estaria em  
2018 plenas conferências municipais, com o envolvimento de Estados e municípios , ao que a senhora  
2019 Presidente ponderou que se poderia divulgar e quem estivesse interessado poderia participar.  
2020 Prosseguindo, passou para o encaminhamento, com relação ao planejamento estratégico do CNAS,  
2021 as atribuições da Secretaria Executiva e Presidente, coconsultando se havia algum questionamento. O  
2022 Conselheiro Frederico colocou que iria contribuir se cada Comissão pudesse ter um espaço e o  
2023 relato ser transferido para agosto, ao que a senhora Presidente observou ser importante essa  
2024 sugestão, mas que havia Comissões que não podiam deixar o relato para agosto, como por exemplo  
2025 a Comissão Organizadora. Ficou acertado, após sugestão do Conselheiro Frederico, que se houvesse  
2026 alguma emergência de relato de Comissão, viria para a Presidência Ampliada. A senhora  
2027 Presidente, voltando às atribuições da Secretaria Executiva, da Presidente, do Planejamento  
2028 Estratégico passou à Secretária Executiva para encaminhamento, que indagou se haveria alguma  
2029 data marcada para a Reunião Extraordinária, as de Conselhos e de Normas e o encaminhamento que  
2030 havia sobre a manutenção do GT, e também se queriam sair já com o indicativo de composição do  
2031 GT de Acompanhamento do Pacto. O Conselheiro Ferrari , exemplificando, indagou como ficaria a  
2032 questão do financiamento, se o relato fosse feito somente em agosto. A Secretária Executiva,  
2033 solicitando ajuda ao Conselheiro José Geraldo, observou que havia o calendário da discussão do  
2034 orçamento de 2010, então tudo que implicasse em custo, havia um prazo até junho, tendo que estar  
2035 definido em junho e julho. Destacou que isso seria provavelmente, pauta da Comissão de  
2036 financiamento de julho, mes que era uma data limite, para se poder incluir na reprogramação algum  
2037 item. Informou que, tradicionalmente, se deixava margem para publicações, para as reuniões do  
2038 Conselho. Colocou que se conseguissem pelo menos mapear uma lista das demandas até julho, se  
2039 colocava na pauta da Comissão de Financiamento, na reprogramação e na programação do CNAS.  
2040 O Conselheiro José Geraldo complementou, destacando que a Lei Orçamentária trazia uma  
2041 orientação de que se poderia apropriar em até 10% a mais de recursos naquela programação. O  
2042 Conselheiro José da Cruz lembrou que a Comissão de Política também estava convidando o  
2043 Departamento de Gestão para discutir o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual, precisando  
2044 ver o horário dessa Comissão Extraordinária, o horário da Comissão de Política. A senhora  
2045 Presidente observou ser a questão da inscrição que a Diretora do DGSUAS havia comentado no dia  
2046 anterior, e a questão do pacto de aprimoramento. Sugeriu que a Reunião Extraordinária das duas  
2047 Comissões de Conselhos e de Normas, acontecessem em agosto, considerando o atribulado mes de  
2048 julho, apresentou a sugestão de se criar um GT de Pacto e Aprimoramento da Gestão, sendo duas  
2049 coisas. Destacou que primeiro havia que se deliberar o ponto 2.1., se a Reunião Extraordinária seria  
2050 transferida para agosto, sendo aprovado esse encaminhamento. A senhora Presidente citou a  
2051 sugestão de criação do GT de Pacto de Aprimoramento da Gestão, tendo que se indicar os membros  
2052 para ocompor esse GT. O Conselheiro Ferrari destacou que o resultado do GT, dentro do  
2053 Planejamento Estratégico, era para ser apresentado na Plenária em outubro, devendo se concebido  
2054 para iniciar seus trabalhos em agosto. Que em face ao trazido pelo Conselheiro José Crus,  
2055 encontrava que agosto seria o momento ideal para fazer a formalização e o início dos trabalhos. A  
2056 senhora Presidente, encontrando importante essa consideração, colocou se fazer o debate na  
2057 Comissão de Política em julho e em agosto se propunha a constituição desse GT, conforme

2058 estabelecido no Planejamento Estratégico, ficando o debate para a Comissão de Política.  
2059 Prosseguindo, discorreu sobre o ponto quatro, que era uma planilha da participação do CNAS nas  
2060 Conferências das capitais, em anexo, e como já havia passado pela Presidência Ampliada, constava  
2061 a indicação de alguns nomes. Informou que como Presidente iria a quatro Conferências de capitais,  
2062 tendo algumas ainda em aberto, vendo-se a disponibilidade dos Conselheiros para participar.  
2063 Informou ter sido feito um caderno para cada Conselheiro com todos os informes enviados até esse  
2064 momento via e-mail, solicitando que o pessoal de apoio distribuisse para cada um. Prosseguindo,  
2065 indicou estar em aberto a discussão da participação nas Conferências, indicando no material em tela  
2066 os nomes já colocados, informando que Porto alegre ainda estava sem data e solicitando a definição  
2067 dos demais locais. O Conselheiro Frederico indagou se as outras cidades de grande porte já haviam  
2068 demandado, com a senhora Presidente esclarecendo que havia sido deliberado que o CNAS teria a  
2069 participação pelas capitais, com os demais convites chegando direto aos Conselheiros e não ao  
2070 conselho por não estar fazendo o deslocamento dos Conselheiros. O Conselheiro Samuel informou  
2071 ter recebido de Minas Gerais, de Betim, de Santa Luzia, de Contagem, indagando se precisava  
2072 passar pelo CNAS, com a senhora Presidente informando que era preciso apenas fazer a  
2073 comunicação, com o deslocamento por conta do município, observando que o deliberado pela  
2074 Comissão Organizadora e aprovado pela Plenária era a presença nas capitais. A senhora Liliane  
2075 informou que todos os convites que o CNAS estava recebendo, estava informando os Conselhos  
2076 sobre a orientação da Plenária com relação à participação do CNAS nas Conferências Municipais,  
2077 com aqueles que poderiam arcar com os custos informando: São Vicente e Várzea Paulista, São  
2078 Paulo, Conselheiro Renato de Paula, que já confirmou a presença, dias 30 e 31 de julho; Juiz de  
2079 Fora, dias 22 a 24, Samuel Rodrigues; e Mossoró, Rio Grande do Norte, em julho, não tendo nome  
2080 indicado. Prosseguindo, a Secretária Executiva informou haver comunicado à Presidência Ampliada  
2081 que a Secretaria Executiva estaria representada com um servidor em cada uma destas Conferências,  
2082 que teria o papel de levar material de divulgação, apresentar o SICNAS, enfim, o funcionamento do  
2083 Conselho, informando posteriormente quem iria acompanhar cada Conselheiro em cada  
2084 Conferência. Que seria colocada no site essa planilha com as datas da Conferência, os Conselheiros  
2085 participantes, a representação da Secretaria Executiva e havendo qualquer modificação, os  
2086 Conselheiros seriam comunicados. Destacou que esse procedimento seria iniciado imediatamente,  
2087 solicitando aos Conselheiros que respondessem rapidamente às convocações. A senhora Presidente  
2088 observou que se poderia, nessa Secretaria Executiva, dividir as tarefas, citando a mobilização para  
2089 coleta de assinaturas que havia sido deliberada no dia anterior. Prosseguindo informou que o  
2090 próximo ponto de encaminhamento era o 8.1, Conferência Mundial de Desenvolvimento dos  
2091 Sistemas Universais de Seguridade Social, para deliberação da indicação dos nomes para compor o  
2092 Comitê Executivo e a Comissão Organizadora. Prosseguindo, informou ter acontecido uma reunião,  
2093 citando o ponto onze, com o substitutivo do PL CEBAS, que desencadearia um debate um pouco  
2094 maior, sugerindo se tratar do ponto doze, e posteriormente se voltaria ao onze. Com relação ao  
2095 ponto doze, solicitou à Conselheira Edna, à Secretária Executiva e ao Dr. Douglas, para esclarecer  
2096 sobre esse ponto, ressaltando que o motivo desse encaminhamento proposto na Presidência  
2097 Ampliada, que era de suspensão do julgamento de processos de imposto de importação e  
2098 distribuição. A Conselheira Edna informou que o assunto havia sido discutido na Comissão de  
2099 Normas no dia anterior, sendo encaminhado para a PGFN, por ser matéria tributária. Que a  
2100 consultoria do MDS já havia emitido um parecer dizendo que a atribuição persistia no Conselho, e a  
2101 PGFN, apreciando o assunto, também encaminhou para a Secretaria da Receita Federal do Brasil,  
2102 que elaborou um parecer demonstrando que aquela lei de 1965 que o CNAS estava cumprindo,  
2103 estava revogada indiretamente por outras legislações posteriores, inclusive o regulamento  
2104 aduaneiro, estando em análise pela CONJUR do MDS. Considerando essa nova situação foi

2105 sugerido à Presidência Ampliada, que havia acolhido essa sugestão, que os julgamentos fossem  
2106 suspensos por essa reunião, para que se recebesse a definição da manifestação da Consultoria  
2107 Jurídica, sobre o assunto, e assim agir de acordo com o entendimento. O Conselheiro Renato Sidel,  
2108 observando a revogação da legislação, indagou como esse processo vinha funcionando junto à  
2109 Receita Federal, ao que a Conselheira Edna esclareceu que tudo o que havia sido feito não  
2110 apresentava nenhum problema, porque não havia esse fato entendido que havia sido  
2111 apresentado. Ponderou que se já era um entendimento apresentado pela Secretaria da Receita  
2112 Federal, e pela PGFN, se houvesse algum problema estaria se posicionando, mas não trazendo  
2113 prejuízo às Entidades, considerando que o fato novo havia sido trazido exatamente pela área  
2114 responsável pela tributação. Que quem concedia a isenção era a Receita, se entendendo que a  
2115 manifestação de isenção não era mais necessária. O Conselheiro Geraldo manifestou sua  
2116 preocupação quanto ao julgamento de processos, discorrendo sobre a visita do Ministro e quantos  
2117 processos haviam no CNAS para apreciação, com os Conselheiros não estando preparados para  
2118 essa situação, com a legislação continuando sem uma manifestação concreta por parte do  
2119 Congresso. Ponderou se não valia a pena se chamar outra vez o MPF, para saber em que estágio se  
2120 encontravam atualmente, considerando o fato de o Ministério Público ter manifestado que poderiam  
2121 ser punidos no que dizia respeito a não se estar cumprindo plenamente o exercício da função de  
2122 Conselheiro, precisando se tomar uma posição, compartilhando sua preocupação com os demais  
2123 Membros do Colegiado. A senhora Presidente encontrava que essa preocupação procedia, mas se  
2124 estava tratando desse encaminhamento que se referia à manifestação de importação. Encontrava que  
2125 a questão colocada deveria ser destacada e que na hora que se fosse discutir o PL CEBAS se  
2126 retomaria esse assunto, lembrando que todos, e principalmente a presidência, estavam  
2127 extremamente preocupados, movimentando-se frente a essa conjuntura. Que por mais que o  
2128 Conselho tivesse essa tarefa, sendo esse um momento de insegurança jurídica, como o Ministro  
2129 havia dito, o respaldo que se estava tomando para enfrentar essa situação, vinha sendo debatido.  
2130 Colocou que a Comissão de Normas, o GT, haviam apresentado, e se estavam movimentando  
2131 enquanto esse processo corria, com o Conselho não estando parado, havendo um movimento no  
2132 sentido de responder às questões que estavam na sua condição frente à conjuntura. Manifestou que  
2133 se continuaria debatendo esse ponto colocado pelo Conselheiro Geraldo, debate que teria que ser  
2134 permanente e estando nas agendas de todos. Indagou se todos estavam de acordo, submetendo à  
2135 Plenária o encaminhamento proposto frente aos pareceres da Procuradoria da Fazenda, ou a  
2136 suspensão do mérito. O Conselheiro Renato Sidel observou que sua vontade era concordar, mas se  
2137 preocupava pois dependiam de uma resposta que teria que chegar, precisando se analisar com  
2138 cuidado e com critério, porque se estariam condicionando essa manifestação, não sabia como ficaria  
2139 a função de Conselheiro perante as suas obrigações, indagando se não teriam que continuar  
2140 julgando até chegar o parecer, ou havia que parar com essa atividade. O Dr. Douglas esclareceu ter  
2141 sido encaminhada uma consulta ao MDS, sendo emitido um parecer, com o Consultor, em razão de  
2142 se tratar de matéria tributária, encaminhando a questão à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional,  
2143 que emitiu um parecer em sentido contrário ao parecer do MDS, por terem entendido que a isenção  
2144 não subsistia mais, mas sim uma imunidade garantida às Entidades beneficentes, inscrita no artigo  
2145 150, inciso VI, alínea “C”, da constituição, não havendo motivo para o Conselho analisar. Indagou  
2146 qual era o tratamento que deveria ser dado do âmbito da Consultoria Jurídica do MDS, existindo,  
2147 em tese, dois pareceres divergentes, discorrendo sobre os procedimentos que havia tomado e a  
2148 dúvida que levaria ao consultor. Concluindo, destacou as coisas estavam claramente delineadas,  
2149 tendo que se ter cautela e que havia solicitado à presidência da Comissão de Normas que aguardasse  
2150 até que fosse possível uma reunião com o Consultor, o que não havia sido possível até o momento.  
2151 A Conselheira Edna ponderou que a dúvida do Conselheiro Renato era como ficava a

2152 responsabilidade dos Conselheiros, que ficava como sempre havia sido e que não se estava dizendo  
2153 que não se iria julgar, havendo um fato novo, sendo proposta a suspensão do julgamento por uma  
2154 Plenária, informando que o material ahvia chegado à Consultoria do MDS na véspera da reunião da  
2155 Comissão, tendo sido informado imediatamente a Comissão de Normas, para que se buscasse um  
2156 entendimento melhor sobre a situação, sendo essas as razões de suspender o julgamento. O  
2157 Conselheiro Renato Saidel destacou que havia que ficar claro no encaminhamento que a suspensão  
2158 era por uma Plenária, indagando se a resposta da Procuradoria Geral já estava oficializada nesse  
2159 Conselho, solicitando uma cópia, ao que o Dr Douglas informou ter sido inicialmente encaminhada  
2160 ao Conselho e que cópia seria entregue após a solução, porque o processo estava na Consultoria,  
2161 com a Conselheira Edna esclarecendo sobre esse procedimento. A Conselheira Maria Dolores,  
2162 como membro da Comissão de Normas, soliciava que houvesse uma agilidade intensa dessa  
2163 Comissão, recordando ter sido uma das Conselheiras que desde a primeira reunião, com a  
2164 participação da Receita Federal havia questionado e alertado na discussão de uma Legislação que  
2165 era do período da ditadura, faziam seis meses e não obtendo resposta. Que como agente público,  
2166 solicitava que a Comissão de Normas atuasse com toda agilidade necessária, para que fossem  
2167 acusados depois de agentes irresponsáveis, por novas descobertas no contexto da legislação. A  
2168 senhora Presidente, feitas as considerações, deu o encaminhamento como aprovado.  
2169 **ENCERRAMENTO.** A senhora Presidente encerrou os trabalhos para o almoço, convocando a  
2170 todos para retornarem no horário, considerando a longa Pauta para o período da tarde. A Secretária  
2171 Executiva lembrou que o julgamento de processos ficava suspenso por serem de reconsideração de  
2172 importação, havendo julgamento de processos nas Câmaras, funcionando uma nessa sala, outra na  
2173 sala da Coordenação de Conselhos, e outro na sala da Coordenação de Políticas, tendo sinalizado os  
2174 componentes de cada Câmara, para onde deveriam se dirigir após o almoço. Que ainda ficava  
2175 pendente o relato da Comissão de Conselhos, da Comissão Organizadora e a de Normas, além da  
2176 questão do PL. O Conselheiro Clodoaldo informou haver assumido o compromisso com o pessoal  
2177 de Suzano, de reiterar o convite à senhora presidente, para a Conferência Municipal de Suzano, no  
2178 dia vinte de junho. Prosseguindo com a Reunião, a senhora Presidente solicitou a conferência de  
2179 quorum pela Secretária Executiva: Conselheiros Titulares ou na titularidade: Conselheiro Renato,  
2180 Conselheiro José Crus, Conselheiro José Geraldo, Conselheira Rosa, Conselheiro Sérgio,  
2181 Conselheiro Geraldo, Conselheira Maria Dolores, Conselheiro Carlos, Conselheira Rose,  
2182 Conselheira Heloísa, Conselheira Verônica, Conselheira Edna, Conselheiro Pessinatti, Conselheira  
2183 Valdete. Conselheiros Suplentes Presentes: Conselheira Tânia, Conselheira Marisa, Conselheiro  
2184 Samuel, Conselheiro Edval, Conselheiro Clodoaldo, Conselheiro Frederico, titular presente,  
2185 Conselheiro Renato Saidel, Titular presente. Continuando, a senhora Presidente passou ao relato da  
2186 Comissão de Conselhos, com o Conselheiro Pasquini informando a ausência da Conselheira  
2187 Margareth por motivos de saúde, e passando ao Conselheiro Clodoaldo para o **Item Relato da**  
2188 **Comissão de Conselhos**, passando à leitura da “*Memória da Reunião da Comissão de Conselhos*  
2189 *de Assistência Social – CNAS, dia 16 de junho de 2009. Sala 108. Está chegando aí então. Aguardo*  
2190 *a chegada. Como o processo é longo! Agora vou falar manso! Todos devidamente documentados?*  
2191 *Ok pessoal? Então, a data é 16 de junho de 2009, local: sala 108 do CNAS, horário, das 9hrs às*  
2192 *13hrs. Conselheiros presentes, Carlos Eduardo Ferrari, Clodoaldo de Lima Leite, Edivaldo da*  
2193 *Silva Ramos, Renato Francisco dos Santos de Paula, Renato Saidel Coelho, Samuel Rodrigues,*  
2194 *Sérgio, Maria Dolores da Cunha Pinto, Rosa Maria Ruthes. Conselheiros com ausência*  
2195 *justificada: Charles Roberto Pranke, Helena Ferreira de Lima, Heloísa Helena Mesquita Maciel,*  
2196 *Margareth Alves, Tânia Mara Garib. Apoio: Liliane Neves do Carmo, Giovana Rocha Veloso e*  
2197 *Rosana de Cássia Alves da Silva. Primeiro: planejamento estratégico, plano de ação da Comissão*  
2198 *de Conselhos. Na última plenária foi deliberado que as comissões pautassem o planejamento*

2199 *estratégico para discussão das ações afetas à Comissão, e ainda as metas nacionais, deliberadas*  
2200 *na VI Conferência Nacional de Assistência Social, no que tange ao controle social. Diante disto*  
2201 *apresentamos a este Pleno as ações que estão sob a responsabilidade desta Comissão. Anexo 1. A*  
2202 *Comissão de Conselhos, entendendo que o Plano de Acompanhamento de Conselhos também*  
2203 *direciona as suas ações, apresenta a necessidade de fazer um estudo sobre as questões apontadas*  
2204 *nos documentos Planejamento Estratégico, Metas Nacionais, e resolução CNAS 53/2007, para*  
2205 *definir um Plano de ação permanente da Comissão de Conselhos. A Secretaria Executiva de apoio*  
2206 *aos Conselhos informou estar em processo de finalização do documento que mapeia a situação dos*  
2207 *Conselhos no país, a ser apresentado à Comissão. Tal documento sistematiza todas as ações a*  
2208 *serem realizadas, bem como as informações já produzidas sobre a atuação dos Conselhos, como a*  
2209 *pesquisa de informações básicas municipais, realizada em 2005, e o Plano de Acompanhamento*  
2210 *dos Conselhos, que é um importante instrumento de consulta desta Comissão. Encaminhamentos:*  
2211 *os Conselheiros Carlos Ferrari e Clodoaldo, sobre a assessoria da Secretaria Executiva, apoio à*  
2212 *Comissão de Conselhos, elaborarão uma proposta de plano de ação da Comissão, a ser*  
2213 *apresentado na reunião de julho de 2009. 2) Sistematização das reuniões descentralizadas e*  
2214 *ampliadas dos estados. A Plenária do CNAS deliberou em reunião do mês de abril que solicitassem*  
2215 *aos Conselhos Estaduais relatórios das reuniões descentralizadas ampliadas, tendo por finalidade*  
2216 *a sistematização dos dados em junho. A Secretaria Executiva, apoio à Comissão de Conselhos,*  
2217 *elaborou documento com base nos relatórios enviados pelos estados, que está em anexo.*  
2218 *Apresentamos aqui uma síntese do documento de sistematização. No mês de maio de 2009 foi*  
2219 *solicitado aos Conselhos Estaduais de Assistência Social o encaminhamento do relatório de*  
2220 *avaliação das reuniões descentralizadas ampliadas, e dos vinte e quatro estados que realizaram*  
2221 *reuniões, recebemos 18 relatórios. O CNAS esteve presente em 31 reuniões nos estados,*  
2222 *participando de mesas que debateram questões pertinentes ao Controle Social do SUAS. Estas*  
2223 *aconteceram entre os dias 13 de fevereiro e 8 de maio de 2009. Como foi atribuído à Secretária*  
2224 *Executiva do CNAS o acompanhamento do processo de realização destas reuniões, e por não ter*  
2225 *recebido os relatórios de todos os estados, os dados que foram utilizados para o levantamento do*  
2226 *número de reuniões, foram os que estão disponíveis na Secretaria Executiva. Diante disto, pode-se*  
2227 *afirmar que foram realizadas um total de 41 reuniões, sendo 18 ampliadas, e 21 reuniões*  
2228 *descentralizadas. Optaram por reuniões ampliadas 19 estados, e cinco realizaram*  
2229 *descentralizadas. 2 estados realizaram reuniões para discutir exclusivamente as Conferências de*  
2230 *Assistência Social. Segundo os relatórios encaminhados pelos estados, participaram 3.937*  
2231 *pessoas. Destes, 8 especificaram a representação dos participantes, sendo que 822 são*  
2232 *Conselheiros de Assistência Social, 191 Gestores, 16 prefeitos e 115 convidados. As reuniões nos*  
2233 *estados envolveram 1711 municípios, o que corresponde a 30,75% do total dos 5.564 municípios*  
2234 *brasileiros. Cabe ressaltar que a ausência de relatórios dos estados nos impede de saber o número*  
2235 *real das pessoas envolvidas no processo. Esta Comissão Sugere ao Pleno a leitura apenas da*  
2236 *conclusão do relatório, para conhecimento e aprovação. Encaminhamentos: 1- enviar o documento*  
2237 *aos Conselhos de Assistência Social, dos estados, DF e municípios, tendo em vista divulgar os*  
2238 *resultados das reuniões. 2- enviar o documento aos gestores estaduais e federal para conhecimento*  
2239 *sugerindo a garantia de recursos financeiros no orçamento de 2010 pra realização destas reuniões.*  
2240 *3- solicitar aos Conselhos estaduais os materiais utilizados nas apresentações dos demais*  
2241 *convidados para apreciação e posterior divulgação na página eletrônica do CNAS. 4- solicitar aos*  
2242 *Conselheiros do CNAS o envio dos relatórios de participação nas reuniões nos estados, visando*  
2243 *utilizar as suas impressões frente a reuniões em discussões futuras sobre eventos desta natureza.*  
2244 *Uma correção aqui. 5. Disponibilizar o documento na página eletrônica do CNAS. 6. Sugerir ao*  
2245 *CONGEMAS a mobilização dos gestores municipais quanto a viabilização da participação dos*

2246 *Conselheiros, inclusive representantes da sociedade civil, equipe técnica da secretaria executiva,*  
2247 *nas reuniões de capacitação para os Conselhos. 7. Sugerir que esta metodologia de capacitação*  
2248 *seja incorporada à política de capacitação nos estados e no Distrito Federal. 8. Orientar os*  
2249 *Conselhos para promoção da participação popular, tem que extrair uma parte, por meio dos fóruns*  
2250 *de assistência social. 9. Apontar caminhos para o aperfeiçoamento da realização das reuniões*  
2251 *descentralizadas, inclusive colocando estas reuniões como pauta permanente do CNAS com*  
2252 *previsão de recursos no orçamento do CNAS. 11. Solicitar aos Conselhos Estaduais, qual o porte*  
2253 *dos municípios que compareceram às reuniões. 12, que a secretaria executiva, apoio aos*  
2254 *Conselhos, compare os dados entre os dados que apresentaram maior êxito na mobilização com o*  
2255 *porte dos municípios que compareceram às reuniões, e com o formato da reunião realizada*  
2256 *descentralizada ou ampliada. Terceiro ponto. Discussão sobre orientação aos Conselhos de*  
2257 *Assistência Social acerca da criação do cargo “agente de proteção social”. Na última reunião do*  
2258 *CNAS foi apresentado por uma Conselheira a correspondência eletrônica assinada pelo*  
2259 *Conselheiro Municipal de Belo Horizonte, Sr. Marcelo Emediato Alves, que trata do assunto*  
2260 *referente ao cargo do agente de proteção social. A plenária deliberou que a Comissão de*  
2261 *Conselhos discuta a questão e discuta a necessidade de encaminhar orientação aos conselhos*  
2262 *acerca do assunto. A comissão, diante da ausência de informações, aponta a necessidade de*  
2263 *subsidiar o debate com informações precisas sobre o assunto. Encaminhamentos: enviar consulta*  
2264 *ao Conselho Federal de Serviço Social, e ao Ministério do Trabalho e Emprego, quanto à*  
2265 *existência da função, para posterior posição do Conselho Nacional. Segundo: pautar a discussão*  
2266 *na reunião de julho. Quarto ponto. Discussão sobre a situação dos municípios atingidos pelas*  
2267 *enchentes nas regiões norte e nordeste. Considerando a situação em que se encontram as regiões*  
2268 *norte e nordeste do país, foi deliberado que a Comissão de Conselhos discutisse e apresentasse*  
2269 *proposta de ação do CNAS frente a esta questão. A comissão, ao discutir o assunto, aponta ser*  
2270 *necessário que o Conselho apresente uma proposta definitiva para as ações de calamidade, uma*  
2271 *vez que estas devem ser reguladas afim de atender as questões de forma ágil. A LOAS define as*  
2272 *competências das três esferas de governo, nos artigos 12, 13, 14 e 15, que dispõe sobre o*  
2273 *atendimento às ações assistenciais de caráter de emergência. A Comissão entende que tais artigos*  
2274 *devem ser regulamentados, tendo em vista a sua melhor encaminhabilidade. Encaminhamento:*  
2275 *propor aos gestores da Assistência Social a regulamentação dos artigos 12, 13, 14 e 15 e vinte e*  
2276 *dois da LOAS, em seu âmbito de atuação. Assina Carlos Eduardo Ferrari, coordenador adjunto da*  
2277 *Comissão de Conselhos” A senhora Presidente passou ao debate dessa memória, com o primeiro*  
2278 *ponto sobre Planejamento Estratégico, com o Conselheiro Ferrari informou que dois pontos foram*  
2279 *para a Presidência Ampliada, indagando se era necessário ler esses encaminhamentos. A senhora*  
2280 *Presidente observou que se havia ido à Presidência Ampliada já havia sido debatido, não sendo*  
2281 *necessário. Informou o encaminhamento: os Conselheiros Carlos e Clodoaldo, da Assessoria da*  
2282 *Secretaria executiva, com apoio da Comissão de Conselhos na elaboração de um plano de ação da*  
2283 *Comissão, a ser apresentado na reunião de julho, sendo aprovado pela Plenária.* Observou que o  
2284 segundo deveria ter uma atenção maior, com relação ao relatório das Reuniões Descentralizadas e  
2285 Ampliadas, tendo como anexo a sistematização dos relatórios, feita pela coordenação da Comissão,  
2286 sendo extraídos esses encaminhamentos que estavam sendo submetidos à apreciação para  
2287 manifestação. O Conselheiro Ferrari observou que as descentralizadas que havia feito parte, havia  
2288 sentido predominância de determinado público, que gostaria de ter o mapeamento e saber o  
2289 público que participou, além dos municípios, demandados nos encaminhamentos, saber quantos  
2290 havia de usuários e Entidades. A senhora Presidente ressaltou que estava agregando mais uma  
2291 solicitação aos estados, que apresentassem o público e explicasse a participação das pessoas pelos  
2292 segmentos, sendo esse encaminhamento aprovado pelos Conselheiros. Informou que a Comissão

2293 estava sugerindo a leitura da conclusão desse anexo, solicitando ao Conselheiro Clodoaldo que  
2294 procedesse à sua leitura: “*Conclusão: a análise dos dados apresentados nos relatórios das reuniões*  
2295 *realizadas nos estados, nos mostra que os encontros entre os Conselhos Estaduais e municipais,*  
2296 *são espaços importantes de intercâmbio para o desenvolvimento da capacidade dos Conselheiros*  
2297 *em operacionalizar de forma eficiente e eficaz a sua competência. Acompanhar e avaliar a gestão*  
2298 *de recursos. Importante ressaltar que as reuniões descentralizadas permitiram a participação de*  
2299 *um número expressivo de Conselhos, e permitiram a troca de experiências entre Conselheiros de*  
2300 *uma mesma região. Estas marcaram o processo de capacitação e de mobilização dos Conselhos e*  
2301 *Conselheiros, desta forma, devem ser sustentadas, porém, percebe-se que se trata de um*  
2302 *mecanismo que deve ser aprimorado em várias nuances, inclusive no que diz respeito ao*  
2303 *financiamento, à divulgação, e mobilização dos Conselhos e gestores para efetiva participação.*  
2304 *Considerando que a avaliação positiva dos estados sobre as reuniões entre os Conselhos Estaduais*  
2305 *e Municipais, e tendo em vista a necessidade de estabelecer canais formais e permanentes de*  
2306 *comunicação entre os Conselhos Estaduais e Municipais, e o DF, com o CNAS, sugere-se que esta*  
2307 *metodologia de capacitação seja incorporado à metodologia de capacitação nos estados e no*  
2308 *Distrito Federal. Para tal, é importante fazer junto ao FONSEAS, de forma a sugerir a garantia de*  
2309 *recursos financeiros no orçamento de 2010, para execução destas reuniões. Importante também*  
2310 *fazer gestão junto ao CONGEMAS, visando a mobilização dos gestores municipais quanto à*  
2311 *viabilização da participação dos Conselheiros, inclusive representantes da sociedade civil, e*  
2312 *equipe técnica da Secretaria Executiva nas reuniões de capacitação para os Conselhos. Diante das*  
2313 *questões apresentadas, quanto ao funcionamento e composição dos Conselhos, torna-se importante*  
2314 *a divulgação da Resolução CNAS 237/2006, não só junto aos Conselhos, mas também junto aos*  
2315 *gestores da Assistência Social. Considerando a necessidade de garantir em lei a representação*  
2316 *paritária nos Conselhos, e que no segmento da sociedade civil faça parte os três segmentos,*  
2317 *trabalhadores da área, usuários e entidades de Assistência Social, definindo o processo de escolha*  
2318 *dos representantes da sociedade civil, bem como garantindo recursos financeiros para o*  
2319 *funcionamento e estrutura dos Conselhos de Assistência Social. Com vista a mobilizar os*  
2320 *Conselhos, e diante da informação da importância da aproximação do Conselho Nacional junto*  
2321 *aos demais Conselhos, faz-se necessário orientar aos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal, e*  
2322 *os municipais, para atualização dos dados dos Conselhos no CNAS, para a consulta e atualização*  
2323 *permanente destes. Desta forma é possível uma comunicação ágil e eficaz entre o Conselho*  
2324 *Nacional e os demais Conselhos, bem como o acompanhamento e monitoramento das informações*  
2325 *acerca do período de monitoramento nos Conselhos, para propor ações de capacitação. Por fim,*  
2326 *conclui-se que o CNAS deve apontar caminhos para aprimorar o processo de realização destas*  
2327 *reuniões, visando o aprimoramento da atuação dos Conselhos de Assistência Social, no exercício*  
2328 *do Controle Social no SUAS. A senhora Presidente indagou se havia alguma inserção com relação a*  
2329 *conclusão, em não havendo, seguiu em frente. Ponto três, discussão acerca da orientação dos*  
2330 *Conselheiros de Assistência Social sobre a criação do cargo de agente de proteção social.*  
2331 **Encaminhamento:** enviar consulta acerca desse agente de proteção social ao Conselho Federal de  
2332 Serviço Social e ao Ministério do Trabalho, esclarecendo como havia chegado à presidência do  
2333 Conselho. O Conselheiro Frederico manifestou que gostaria de ter um entendimento do motivo do  
2334 encaminhamento para o Conselho do Serviço Social, já que na descrição, na fala da Conselheira  
2335 Heloísa, as atividades não eram somente pertinentes ao assistente social, e sim às demais profissões.  
2336 A Conselheira Tânia questionou nunca ter visto uma profissão auxiliar regulamentada no Conselho  
2337 de Serviço Social, causando estranheza esse encaminhamento. Informou que essa questão estava  
2338 sendo discutida no Congresso, com uma Deputada apresentando a proposta desse tipo de  
2339 profissional, sendo levantada na Comissão de Segurança e Família. O Conselheiro José Crus

2340 cumprimentou a fala da senhora Presidente, além do ofício recebido no Ministério, do Conselho, o  
2341 Ministro Patruz também havia recebido o mesmo ofício enviado por esse Conselheiro, de Belo  
2342 Horizonte, fazendo essa solicitação, da inclusão desse profissional na equipe de referência da  
2343 Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, e como justificativa, de que era um profissional  
2344 à luz do agente comunitário de saúde. Que era com este objetivo e justificativa que havia chegado  
2345 ao Ministro, com o Departamento de Gestão fazendo a consulta da existência ou não desse cargo  
2346 junto ao Ministério do Trabalho, e também estavam com uma nota técnica pronta para ser  
2347 respondida, tanto ao Conselheiro que enviou, quanto ao Conselho Nacional, para essa produção, no  
2348 se tratando de Assistente Social, ou desse profissional, mas sim de um agente comunitário em  
2349 Assistência Social, encontrando que esse encaminhamento tinha que ser excluído da memória, com  
2350 o Conselheiro Edval colocando com esse encaminhamento. A senhora Presidente sugeriu,  
2351 considerando os fatos relatados, que se aguardasse a posição do Ministério e pedir ao MDS que  
2352 informasse a respeito dos desdobramentos dessa questão. Observou que a Conselheira Tânia havia  
2353 se referido era com relação ao que se estava se debatendo, que eram os educadores sociais, e não de  
2354 proteção social. Indagou se a Plenária concordava com o encaminhamento que havia sugerido, que  
2355 se aguardasse a posição do Ministério e pedir ao MDS que informasse a respeito dos  
2356 desdobramentos dessa questão sendo aprovado. Informou continuar aquela proposta de pautar na  
2357 reunião de julho e a Comissão debater novamente. A Conselheira Edna sugeriu, na conclusão, onde  
2358 estava “Conselhos Estaduais, do DF e Municípios”, havia que manter como sempre, Conselhos  
2359 Estaduais, Municipais e do DF. A senhora Presidente passou ao ponto quarto do relato da Comissão  
2360 de Conselhos, sobre a situação das enchentes, na região norte e nordeste, tendo o encaminhamento  
2361 da Comissão de sugerir aos gestores da Assistência Social a regulamentação desses artigos,  
2362 solicitando maiores esclarecimentos. O Conselheiro Ferrari esclareceu que a proposta havia sido  
2363 trabalhada e apresentada pelo Conselheiro Renato de Paula, entendendo que se trabalharia isso junto  
2364 ao gestor, que poderia ajudar na elaboração dessa proposta dos incisos desses artigos que tratavam  
2365 do papel da assistência nas questões relacionadas às emergências. A senhora Presidente lembrando  
2366 que na Comissão de Política havia o encaminhamento, tendo sido debatido os benefícios eventuais,  
2367 já havia sido relatado e também na próxima reunião da Comissão de Políticas, junto com o MDS,  
2368 estava sendo providenciada uma cartilha de esclarecimentos, para mobilizar os gestores estaduais e  
2369 municipais, no sentido de contribuírem na regulamentação desses benefícios de acordo com o que  
2370 estava proposto, não só na LOAS, mas na Resolução que tratava dos benefícios eventuais, com esse  
2371 encaminhamento indo ao encontro do que estava colocado na Comissão de Políticas, sugerindo à  
2372 Comissão de Conselhos que avaliasse. O Conselheiro Renato de Paula discorreu sobre a demanda  
2373 que havia aparecido para a Comissão de Conselhos de atendimento de situações de emergência,  
2374 como a de Santa Catarina, devendo se fazer algo semelhante., e o que estava previsto na LOAS.  
2375 Destacou que haviam entendido que discutir esses incisos da LOAS poderia levar a ter um  
2376 tratamento dessa situação de uma maneira mais sólida, algo mais perene que constasse na política  
2377 de Assistência. Que também havia sido conversado que essa discussão poderia ser associada à  
2378 discussão que a Comissão de Política estava fazendo sobre os benefícios eventuais, pensando em se  
2379 fazer referencia a esses incisos e artigos, de acordo com a competência de cada um dos entes  
2380 federados, sendo uma forma de incluir esse atendimento na política. A Conselheira Tânia indagou  
2381 se ofício que havia chegado havia sido para a Comissão de Conselhos do CNAS, com a senhora  
2382 Presidente lembrando que na reunião anterior havia sido levantada a questão da situação dos estados  
2383 com enchentes, como o norte e nordeste. Que havia sido deliberado pela Plenária que se poderia  
2384 avaliar como estava sendo a participação dos entes Federados e do próprio Governo de cada  
2385 localidade, com relação ao tratamento dado nesta situação. Que havia deliberado na Plenária que a  
2386 Comissão de Conselhos entrasse em contato com os Conselhos de Assistência Social, daquelas

2387 localidades, para saber como estavam enfrentando, sendo esse o encaminhamento. A Conselheira  
2388 Tânia observou que quem deveria aprofundar o assunto era a Comissão de Política, recomendando  
2389 que o órgão gestor criasse uma Câmara Técnica, ou aprofundasse estudos para incluir a questão de  
2390 emergência como tratada na Lei Orgânica. Destacou que essa questão estava sendo debatida na CIT,  
2391 assim como no CNAS, mas que não era uma questão tão simples, que requeria outras ações junto a  
2392 outros organismos. A senhora Presidente observou que o encaminhamento deveria ser revisto,  
2393 lembrando que havia o Decreto 6.307, que tratava dos benefícios eventuais e que dava uma  
2394 dimensão para se avaliar esse assunto. Aparteando, o Conselheiro Renato de Paula informou, com  
2395 relação aos benefícios eventuais, que era pauta da Comissão de Política, observando que a tentativa  
2396 de contribuir do CNAS, fazendo o levantamento junto aos Conselhos Municipais, solicitando que  
2397 eles viabilizassem informações a respeito de como está a regulamentação em cada município, não  
2398 havia sido exitosa. Esclareceu que nessa discussão que teriam, o MDS iria fazer e trazer à Comissão  
2399 de Política, um questionário, além da cartilha de benefícios eventuais, fomentar esse trabalho e  
2400 solicitar o apoio do CNAS para que se mobilize e aos Conselhos para ajudarem. Que era uma nova  
2401 metodologia a ser usada, trabalhando em conjunto entendendo que na questão específica dos  
2402 benéficos eventuais, a LOAS falava da responsabilidade do Conselho com relação a isso. O  
2403 Conselheiro Frederico discorreu sobre o que havia ocorrido no Pleno, com a necessidade de  
2404 atualização para todas as emergências que ocorressem, não apenas em relação a Santa Catarina, em  
2405 que alguns Conselheiros trouxeram que, e a própria Secretária Ana Lígia falava nas dificuldades no  
2406 contingenciamento de recursos, o que não teve um acompanhamento. Complementando, o  
2407 Conselheiro Renato de Paula esclareceu que na última Plenária, havia sido encaminhado que o  
2408 Conselho iria fazer um pedido formal, uma solicitação de que o MDS informasse quais as ações que  
2409 estavam sendo feitas com relação ao Nordeste, resposta que ainda não havia sido recebida até o  
2410 momento. A senhora Presidente indicou as propostas dois e três, com a dois: recomendar ao gestor  
2411 para incluir debates sobre calamidade e emergência no que tangia aos benefícios eventuais em  
2412 Câmaras Técnicas, encontrando que não competia essas Câmaras. O Conselheiro Renato de Paula  
2413 observou serem duas discussões, que se estava associando a questão das calamidades de emergência  
2414 de que tratavam os mencionados artigos, aos benefícios eventuais do artigo 22. A senheora  
2415 Presidente observou não ser o Gestor Federal quem iria propor a ação, entendendo que o  
2416 encaminhamento contemplado nesse debate que a Comissão de Política fari, e cujo resultado seria  
2417 trazido para a Plenária e, se fosse o caso, para a Comissão de Conselhos. Dirigindo-se ao  
2418 Conselheiro Renato colocou que se quisessem algum encaminhamento com relação à situação dos  
2419 municípios atingidos pela enchente, caberia um específico sobre o assunto. O Conselheiro Renato  
2420 de Paula destacou que a Comissão de Política estava fazendo a discussão de benefícios eventuais,  
2421 não dos artigos que tratavam da calamidade, tendo que ser oficiada para incluir no debate sobre os  
2422 benefícios eventuais a situação de emergência e calamidade. O Conselheiro José Geraldo ponderou  
2423 também discutir no âmbito do Ministério do MDS a criação de uma ação para fazer face a essas  
2424 situações, assim como na Defesa Civil e no Ministério da Integração Nacional, vendo-se se havia  
2425 necessidade dessas ações. A Conselheira Maria Dolores ressaltou que o CNAS tinha que conhecer  
2426 que procedimentos e que recursos foram alocados e qual debate havia sido feito com essa população  
2427 que havia sido vulnerabilizada nos procedimentos que estavam sendo adotados, ao que a senhora  
2428 Presidente observou estar remetendo a outra questão, que havia sido tratada no relato anterior. Que  
2429 frente ao que a Conselheira Dolores estava colocando, poderia haver dois encaminhamentos:  
2430 retomar a posição que a Comissão de Política estava dando, um contato com os Conselhos  
2431 Estaduais para saber como os Conselhos estavam encaminhando e que ações foram realizadas; e,  
2432 ofício ao MDS solicitando informações acerca do acompanhamento dessa situação. O Conselheiro  
2433 José da Crus manifestou que solicitaria ajuda ao Conselheiro José Geraldo, lembrando o caso de

2434 Santa Catarina, tendo acompanhado todo o processo pelo MDS, e como haviam conseguido  
2435 recursos para essa área. A senhora Presidente indicou que a proposta da Conselheira Dolores podia  
2436 ser incluída, mas não na Comissão de Conselhos, sendo uma deliberação à parte. A Conselheira  
2437 Tânia, como membro dessa Comissão, informou que a consulta não havia sido feita, demonstrando  
2438 aos estados a preocupação que o Conselho também tinha com os usuários da política que estavam  
2439 contemplados em uma situação de emergência nos benefícios eventuais., com o encaminhamento  
2440 sendo essa consulta. Destacou que a outra questão era de suma importância, e a Comissão de  
2441 Política, se aprovado seu encaminhamento, deveria solicitar esses estudos ao MDS, relatando o que  
2442 havia ocorrido no caso de Santa Catarina, com relação aos recursos encaminhados. A senhora  
2443 Presidente propôs esse **encaminhamento**: atribuição Comissão de Política para fazer esse contato e  
2444 encaminhar um ofício ao MDS, solicitando esclarecimentos sobre a atuação junto à situação dos  
2445 estados da região norte e nordeste com relação às enchentes; recomendar à Comissão de Política  
2446 que incluísse em seus debates encaminhamento sobre os benefícios eventuais, e o debate sobre as  
2447 situações de emergência e calamidade, de que trata o artigo 12, 13, 14 e 15 da LOAS. Discutir a  
2448 necessidade de criação de uma ação orçamentária. Prosseguindo, a senhora Presidente recolocou o  
2449 encaminhamento do ponto quarto: que a Comissão de Política fizesse contato com os Conselheiros  
2450 Estaduais para saber como estão sendo enfrentadas as situações de calamidade nos municípios  
2451 atingidos. Enviar ofício ao MDS solicitando informações quanto ao tratamento dado aos municípios  
2452 das regiões norte e nordeste, sendo aprovado esse encaminhamento. A senhora Presidente passou  
2453 para o **Item relato da Comissão Organizadora**, com leitura do Conselheiro Pessinatti, com o  
2454 Conselheiro Clodoaldo indicando haver um anexo que tratava do Planejamento Estratégico. O  
2455 Conselheiro Pessinatti informou tratar-se de um relato bastante longo, por incluir também a  
2456 apresentação de duas reuniões, de vinte e um de maio e quatro de junho, lendo as questões mais  
2457 significativas: *“Lista dos Conselheiros presentes, as ausências justificadas e o apoio das pessoas.*  
2458 *O primeiro assunto: subcomissão de sistematização Membros: Conselheiros Charles Pranke,*  
2459 *Renato Francisco, Edivaldo e Pessinatti. O primeiro assunto foi o relatório das conferências*  
2460 *estaduais. Prazo final, até três de novembro, em que elas deverão ser sistematizadas no prazo de*  
2461 *dez dias, para enviar os painelistas. Depois, o balanço das questões apresentadas pelos estados,*  
2462 *nos oito subtemas. Em relação às duas etapas, a primeira etapa é a mobilização, a questão do*  
2463 *quantitativo político. Síntese da mobilização realizada no estado e no DF. Na segunda etapa, o*  
2464 *relatório das deliberações das conferências Estaduais, isto é, o relato das propostas de subtemas, e*  
2465 *a relação dos delegados eleitos. Segundo assunto: caderno de textos, da Sétima Conferência, com o*  
2466 *CNAS produzindo e subsidiando as Conferências Estaduais e Nacional. Discutir os parâmetros*  
2467 *onde o termo de referência já contempla este caderno de 80 páginas. Calendário, com previsão de*  
2468 *eventos de quatro de junho a doze de agosto. Informes da Comissão. Item 2.2.: estrutura do*  
2469 *caderno de textos, tendo como notas os avanços e desafios para consolidação do SUAS. Cada texto*  
2470 *tem que ter de cinco a sete laudas, e a linguagem do texto, isto, cada texto terá de cinco a sete*  
2471 *laudas, em relação às ementas dos subtemas. a linguagem dos textos deve ser clara em primeiro*  
2472 *passo, principalmente para os usuários. Item 2.3, procedimentos para a produção no caderno com*  
2473 *a Comissão de apoio à produção: Conselheiros Pessinatti e Renato, e representantes da Secretaria.*  
2474 *Os textos serão submetidos à avaliação na Comissão Editorial. Os textos serão escritos por*  
2475 *Conselheiros do CNAS, representando o Governo, a Sociedade Civil, e pessoas ligadas a*  
2476 *universidades. Item 2.4 trata da divulgação. O caderno de textos estará disponível para reprodução*  
2477 *na página eletrônica do CNAS no final de agosto de 2009. A reprodução impressa será distribuída*  
2478 *na sétima conferência. O subtema “democratização da gestão no SUAS”, participação e*  
2479 *articulação, terá três textos, considerando os três em separado. A Comissão definiu os autores a*  
2480 *serem contatados para convite. Em caso de não confirmação, ou indisponibilidade dos autores, já*

2481 foram definidos nomes para serem colocados em um segundo momento. O primeiro é o processo  
2482 histórico de participação no país, cidades e territórios, com o Leonardo, a responder  
2483 negativamente, a Maria da Glória, que será contatada no dia 16. Tem outros nomes, Telles,  
2484 Eveline, e Marildo. O segundo subtema: a trajetória e significado do controle social, foi a  
2485 professora Rachel que respondeu confirmando, e o Conselheiro Edval de reserva. Subtema, o  
2486 protagonismo do usuário no seu lugar na política do SUAS, Conselheiros do CNAS, a ser definido,  
2487 por exemplo, Edval Bernardino Campos. Os Conselhos de Assistência Social e o SUAS,  
2488 composição, dinâmica, representação e processo de escolha, a professora Rosângela Paes, e se ela  
2489 não aceitar, temos os nomes seguintes: Silvio Paiva e Márcia Pinheiro. Subtema, quinto, bases  
2490 para a garantia do financiamento da Assistência Social, a justiça Tributária que queremos, a  
2491 professora Beatriz Paiva aceitou. O sexto, democratização da gestão SUAS, participação e  
2492 articulação intergovernamental, representantes do Conselho. Entidades de Assistência Social e  
2493 Vínculo SUAS, também dos Conselheiros da Sociedade civil, a confirmar. O oitavo é o trabalho do  
2494 SUAS no protagonismo dos usuários. Conselheiros do CNAS, a confirmar. Trabalhador do SUAS e  
2495 o Protagonismo dos Usuários. Segundo, sobre a Comissão de articulação de protagonismo do  
2496 usuário da rede sócio-assistencial na Conferência de Assistência Social. Tarefas da subcomissão:  
2497 definição das estratégias para incentivar a articulação e o protagonismo dos usuários nas  
2498 conferências; produzir e divulgar carta aberta, que está em anexo; solicitar ao CONGEMAS ações  
2499 mais efetivas quanto aos municípios, avaliar as experiências encaminhadas pelos Conselhos  
2500 Municipais; solicitar ao Conselho Municipal de Paraíso- Tocantins, relato sobre as tarefas de  
2501 mobilização, para publicação no próximo boletim eletrônico. Segundo, acompanhamento e  
2502 monitoramento das ações de mobilização. A subcomissão discutirá as questões afetas ao tema por  
2503 meio de correspondência eletrônica, e se reunirão nos dias que antecedem a reunião da Comissão  
2504 Organizadora. Subcomissão de Comunicação. Tarefas: acompanhamento do plano de  
2505 comunicação; acompanhamento sobre a representação no CNAS e nas Conferências das capitais, e  
2506 acompanhamento sobre a representação nas conferências estaduais e do DF. Encaminhamentos: o  
2507 boletim eletrônico da sétima Conferência. A subcomissão iniciou a discussão do formato, do  
2508 roteiro, do calendário do boletim eletrônico da VII Conferência, a ser produzido pela ASCOM. A  
2509 ASCOM fez várias considerações referentes ao formato, periodicidade, sugerindo que o mesmo  
2510 seja mensal e não quinzenal como se pensou inicialmente, uma vez que a produção demandará  
2511 tempo do CNAS, e a ASCOM necessita receber o material com vinte dias de antecedência.  
2512 Produção de seis boletins eletrônicos, um a cada mês. Este boletim terá formato interativo, e  
2513 informará sobre o processo de conferência, respondendo as demandas, e trará experiências bem  
2514 sucedidas dos Conselhos na questão das mobilizações. O boletim trará a chamada, o resumo da  
2515 matéria e o link para que todos tenham acesso à matéria na íntegra! O tamanho deste boletim, é  
2516 um boletim, é uma lauda. Se alguém aqui quiser produzir. Mas é do âmbito nacional, buscar  
2517 informação, pesquisar e ser responsabilizado pela escrita. Aconteceu do município: agenda de  
2518 eventos e mobilização e conferências. Trocando idéias: textos dos Conselheiros do CNAS com link  
2519 para comentários. No Conversando com a Comissão Organizadora, é um link para falar com os  
2520 Conselheiros, visando a acessibilidade das pessoas com deficiência visual, o boletim deve ser em  
2521 formato de imagem, não podendo ser em formato .jpg. Proposta preliminar de calendário de  
2522 produção dos boletins, então o primeiro deles seria em 16 de junho, o editorial, artigo do Ministro,  
2523 entrevista com a presidente e a Secretária, e experiência positiva de mobilização, que foi o  
2524 primeiro. O segundo boletim em 24 de julho, com o CONGEMAS, mobilização, Conselheiro,  
2525 Dentro do Conselho com a mobilização de usuários. O terceiro boletim seria de agosto, com  
2526 entrevista, experiência bem sucedida, texto de conselheiro. O quarto em 25 de setembro, entrevista  
2527 com a presidente, balanço das conferências municipais e texto de conselheiro. O quinto boletim, de

2528 23 de outubro, entrevista com o FONSEAS, experiência em mobilização, texto da Conselheira  
2529 Heloísa sobre a garantia dos direitos sócio-assistenciais. O sexto, vinte e sete de novembro,  
2530 entrevista com a presidente do CNAS, o balanço das conferências estaduais, experiência em  
2531 mobilização e texto do Conselheiro. C. Envio de ofício circular aos Conselheiros de Assistência  
2532 Social solicitando o encaminhamento ao CNAS de experiências bem sucedidas de mobilização, em  
2533 formato de vídeo com foto, cópia de matéria. Este material será encaminhado à ASCOM para  
2534 avaliar e pautar o boletim eletrônico, com, eventual preparação de um painel com as mobilizações  
2535 e conferências realizadas a ser apresentado durante a VII Conferência. D. Envio de e-mail aos  
2536 Conselheiros do CNAS com as seguintes informações: formato dos boletins eletrônicos, solicitar  
2537 aos Conselheiros que representarão o CNAS nas conferências, que esteja atentos na identificação  
2538 de informações relevantes, que possam subsidiar a ASCOM na produção dos boletins, experiências  
2539 bem sucedidas de mobilização, bem como identificação de pessoas que se comprometem, gestores e  
2540 Conselheiros, a serem entrevistados pela ASCOM, por telefone, para subsidiar matérias do boletim  
2541 de rádio a ser produzido. Sugerir que os Conselheiros criem espaços dentro de suas instituições  
2542 para a divulgação das suas atividades, informando ao CNAS as ações realizadas. Sugerir que os  
2543 mesmos encaminhem à ASCOM através deste endereço, as listas de endereços eletrônicos, ou rede  
2544 de instituições, que estejam interessadas nos boletins eletrônicos das Conferências. E letra E. Boas  
2545 vindas na VII Conferência. A subcomissão realizou uma discussão preliminar sobre as boas vindas  
2546 para a VII Conferência, e apresenta algumas sugestões de divulgação a depender da avaliação  
2547 orçamentária. Envio de carta às cooperativas de táxi explicando o dia da conferência, quando e  
2548 onde ela vai acontecer, solicitando a distribuição de cartas aos taxistas. Buscar patrocínio para  
2549 divulgação da VII Conferência. Quarto item. Roteiro/formato para a VII Conferência. A Comissão  
2550 discutiu sobre modelos para a VII Conferência, e optou pelo formato nos moldes da VI  
2551 Conferência, com 4 plenárias. O primeiro, que seriam aqueles subtemas agrupados, “o processo  
2552 histórico da participação popular no país, trajetória e significado ao controle social na política de  
2553 assistência social e conselhos de assistência social, e o SUAS”, é uma síntese absolutamente  
2554 fácil de ser feita. Segundo, o segundo painel, que é nesta mesma linha, “os usuários e seu lugar  
2555 político no SUAS, e os trabalhadores do SUAS em relação ao protagonismo dos usuários”, que foi,  
2556 conversar com a bancada. Painel terceiro: “democratização da gestão do SUAS, de entidades de  
2557 Assistência Social e o Vínculo SUAS”, este foi o mais objetivo! Painel quarto: “bases para a  
2558 garantia do financiamento da Assistência Social”, e depois 24 grupos de trabalho, isto nada tem a  
2559 ver com o painel, 24 grupos de trabalho e oficinas, conforme modelo anexo. Continua este desenho,  
2560 e tem um modelo anexo. Conteúdo e à participação dos usuários, sobretudo no processo de  
2561 mobilização que até agora conversamos, considerando ainda os custos alocados para sua  
2562 operacionalização, e a estimativa de gastos com o modelo sugerido. O quinto, processos de  
2563 conferências: letra a. Solicitação do censo ao Conselho Estadual do Pará, para encaminhar ofício  
2564 ao CNAS solicitando o adiamento do prazo final para realização das conferências municipais.  
2565 Segundo estes municípios, segundo estes municípios, estado apresentou a demanda alegando ser o  
2566 mês de julho um período de férias, e também por estar em um município do estado passando por  
2567 dificuldades por conta das enchentes. Encaminhamento: trinta e dois que não conseguem.  
2568 Responder sugerindo que se avalie as particularidades de cada município, e em caso de  
2569 necessidade de prorrogação do prazo, que o Conselho Estadual defina a data e em seguida  
2570 encaminhe ao CNAS para conhecimento. Informar ainda que para a prorrogação das datas deve se  
2571 considerar o prazo para realização da Conferência Estadual, uma vez que a data para entrega dos  
2572 relatórios será até três de novembro de 2009, e principalmente que a sua alteração não traga  
2573 prejuízo para com a Conferência Nacional. B. Agenda das Conferências Estaduais e Municipais  
2574 das Capitais. Foi encaminhado ofício aos Conselhos Municipais das Capitais, solicitando

2575 informações sobre as datas das Conferências, considerando que o CNAS estará presente. Alguns  
2576 deles agendaram as suas conferências fora do prazo estabelecido pela Resolução, que define para  
2577 as conferências Municipais o prazo de primeiro de maio à nove de agosto, e as estaduais e do DF,  
2578 até 16 de outubro. Percebe que há conferências com previsão de acontecer em apenas dois dias, e  
2579 que alguns municípios estão organizando as conferências municipais em conjunto com as  
2580 conferências da criança e do adolescente. Diante disto faz-se necessário o acompanhamento das  
2581 programações encaminhadas, tendo em vista a observância do cumprimento das discussões  
2582 propostas e do público participante. Em caso de não cumprimento da pauta, o CNAS farpa  
2583 intervenção junto aos gestores e ao CONGEMAS. Quanto à participação do CNAS nas  
2584 conferências, faz-se necessário posicionar que não será possível a participação do Conselheiro  
2585 apenas em mesas de abertura, mas também uma mesa temática. Encaminhamentos: Primeiro:  
2586 encaminhar ao CEAS ofício circular de orientações acerca dos prazos para realização das  
2587 conferências. Informar que caberá aos Conselhos estaduais avaliar eventuais pedidos de  
2588 prorrogação da realização das municipais, desde que este adiamento não prejudique a realização  
2589 da estadual e depois também, é claro, da Nacional. No caso de Pernambuco, que encaminhou  
2590 ofício sobre a não possibilidade de cumprir o prazo, encaminhar ofício determinando que o  
2591 Conselho Nacional, ao definir o prazo final para a realização das conferências estaduais, pensou  
2592 no tempo de preparação do relatório final da conferência estadual, informar que não será possível  
2593 a prorrogação do prazo para entrega do relatório. No que tange às Conferências com previsão  
2594 para acontecerem em três dias, bem como em conjunto com o CONANDA, com os direitos das  
2595 crianças e dos adolescentes, verificar a programação, visando observar o cumprimento das  
2596 instruções propostas pelo CNAS. Quarto. Orientar a CEAS para apoio aos municípios da  
2597 realização das conferências, estando presentes em mesas de debates. Diante da decisão do CNAS  
2598 de limitar sua participação apenas às Conferências Municipais e das capitais, e dos estados,  
2599 encaminhar correspondência ao CONGEMAS solicitando apoio para mobilizar os gestores  
2600 municipais, tendo em vista a viabilização da participação de debatedores painelistas nas  
2601 conferências municipais, tendo que, para isto, arcar com os custos de participação. Sexto. O  
2602 Conselheiro Edvaldo Ramos está representando, nestes dias, o CNAS, em Cuiabá. B) solicitação  
2603 das secretaria Geral da Presidência da República: a Secretaria Nacional de Articulação Social,  
2604 órgão da Secretaria Geral da Presidência da República, com intuito de manter o intercâmbio de  
2605 informações entre as coordenações das conferências nacionais, sobre o seu desenvolvimento, está  
2606 se propondo a organizar um boletim informativo das Conferências Nacionais, que será, enfim,  
2607 encaminhado para mais de trinta mil entidades do movimento social, por meio eletrônico. Para tal  
2608 foi solicitado que, do CNAS, foi solicitado aqui do CNAS o envio de informações referentes ao  
2609 desenvolvimento da VII Conferência. Encaminhamento: encaminhar à subcomissão o material, via  
2610 on-line. Distribuição das cadeiras do CNAS. O CNAS tem recebido solicitação da materiais para  
2611 as conferências, tais como LOAS, NOB, NOB RH, cartilhas explicativas sobre o BPC e o SUAS.  
2612 Estas solicitações são encaminhadas à Secretaria para apreciação sobre o atendimento da  
2613 solicitação. As cartilhas do CNAS que já foram distribuídas ao CEAS para as reuniões ampliadas e  
2614 descentralizadas, e também para as conferências estaduais, que aqueles que já foram distribuídos,  
2615 já foram, portanto. Ressalta-se que o CNAS tem recebido muitos pedidos de materiais. Ponto a ser  
2616 discutido pela Comissão Organizadora: definir distribuição das cartilhas do CNAS aos Conselhos  
2617 Municipais, como sugestão em anexo. E, finalmente, informes. Então, para alegria, os informes.  
2618 Ofício do TCU, o CNAS recebeu o ofício 2272/2009, do TCU, que apresenta questões da Cartilha  
2619 “Operações para Conselhos da Área de Assistência”. O TCU disponibilizará a cartilha para a  
2620 sétima Conferência. Informou ainda que estão revisando a publicação e, para isto, contam com o  
2621 CNAS. Valdete de Barros Martins, Presidente do CNAS e coordenadora desta Comissão.”

2622 Prosseguindo, solicitou a leitura da carta aberta do CNAS aos trabalhadores de Assistência Social,  
2623 realizada pelo Conselheiro José Geraldo: “*Carta aberta ao CNAS dos trabalhadores do CNAS, aos*  
2624 *trabalhadores da Assistência Social. O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, convocou*  
2625 *a VII Conferência Nacional de Assistência Social, que tem como tema central a participação e o*  
2626 *controle social no SUAS, a ser realizada de trinta de novembro a três de dezembro de dois mil e*  
2627 *nove. Tendo em vista que as Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal, antecedem*  
2628 *a Nacional, do CNAS, cumprindo o seu papel de dar direção às discussões, e deliberações deste*  
2629 *processo, e publicando um conjunto de informes que visa orientar a todos sobre o processo de*  
2630 *organização das conferências. O CNAS entende que para o sucesso das conferências, são*  
2631 *imprescindíveis as mobilizações que as antecedem. Neste sentido, é fato que a participação de*  
2632 *todos os atores sociais é importante, todavia o envolvimento daqueles que atuam diretamente junto*  
2633 *aos usuários da assistência social é decisivo para garantir os resultados esperados. São inúmeras*  
2634 *as oportunidades que podem ser criadas e utilizadas no cotidiano da assistência social no caminho*  
2635 *do fortalecimento do protagonismo dos usuários. A partir disto, o CNAS, por meio deste*  
2636 *documento, vem convidar os trabalhadores dos setores, a conhecer dos informes já publicados, e*  
2637 *assumir a sua centralidade para o reconhecimento público da legitimidade do protagonismo dos*  
2638 *usuários na identificação de suas necessidades sociais, e potencialidades, visando a sua*  
2639 *autonomia. Os eventos organizados pelos municípios e estados, Distrito Federal e União, que*  
2640 *fazem parte do cotidiano dos trabalhadores, tais como reuniões, palestras, debates públicos, pré-*  
2641 *conferências temáticas e outros, que se utilizam de metodologias participativas, para garantir a*  
2642 *efetiva participação dos usuários. são eventos desta natureza que o CNAS acredita serem*  
2643 *alternativas para assegurar e potencializar a participação dos usuários nas Conferências, a*  
2644 *participação ativa dos usuários devem ser antecedidas da pró-atividade dos trabalhadores da*  
2645 *Assistência Social e junto aos demais atores, como Conselheiros, gestores e prestadores de serviços*  
2646 *sócio-assistenciais, entre outros, pode se criar diferentes territórios em uma cultura participativa*  
2647 *que sustente a construção democrática da Assistência Social, voltada aos interesses daqueles que*  
2648 *dela necessitam. Garantir o protagonismo dos usuários implica necessariamente em valorizar e*  
2649 *reconhecer a centralidade dos trabalhadores na efetivação da política pública, como tal*  
2650 *reconhecimento, esperamos caminhar em direção à superação de entraves históricos que*  
2651 *inviabilizaram a participação popular, buscando ainda qualificar cada vez mais o controle social*  
2652 *da Assistência Social. CNAS”*. A senhora Presidente informou que o anexo cinco era a distribuição  
2653 dos materiais ao CNAS, de cartazes e, encaminhar às capitais, abrindo o debate para a apreciação  
2654 do relato da Comissão Organizadora. Prosseguindo, procedeu a alguns esclarecimentos, iniciando  
2655 com o caderno de textos, com cada segmento organizado o seu, com prazo para retorno por e-mail à  
2656 Comissão Organizadora, não tendo recebido o retorno dos Conselheiros da Sociedade Civil do  
2657 CNAS sobre este caderno de textos, solicitando máxima urgência, considerando o prazo a ser  
2658 cumprido. Indagou se havia alguma colocação por parte dos Conselheiros ou podia encaminhar  
2659 conforme estava o calendário, lembrando que quinze de julho era o prazo final para entrega dos  
2660 textos pelos autores. O Conselheiro José Crus consultou a bancada dos trabalhadores se poderia  
2661 contribuir com o texto, por ser responsável pelo Departamento de Gestão, pela gestão do trabalho,  
2662 sendo demanda dos trabalhadores do SUAS. A senhora Presidente ressaltou que o segmento  
2663 analisaria e daria a resposta, observando que o MDS certamente escreveria também os seus textos e  
2664 indagando se havia mais alguma questão a respeito. Informou as consultas aos autores listados e se  
2665 solicitando o retorno para escrever os textos, ligados à universidade. Por parte do CNAS, entendiam  
2666 que haveria só um encaminhamento com relação ao tema, sendo aprovado esse encaminhamento.  
2667 Indicou que outra questão era sobre os procedimentos para a produção do caderno de textos, que  
2668 sendo indicada uma Comissão Editorial, pela Comissão Organizadora, que vai avaliar estes, é que

2669 todo o caderno de textos tem uma Comissão Editorial. Indagou se havia alguma sugestão com  
2670 relação à Subcomissão de Comunicação, que acompanharia os boletins e os procedimentos a serem  
2671 realizados. O. Conselheiro Ferrari informou haver um subgrupo da Sociedade Civil, e dentro de  
2672 alguns debates saiu que os trabalhadores produziram um texto em conjunto, precisando ver o  
2673 pessoal de Entidades, para produzir em conjunto, também no caso dos usuários, que seria mais  
2674 urgente, pois seriam os primeiros. Prosseguindo, esclareceu à senhora Presidente que a  
2675 Subcomissão trataria qualquer problema que ocorresse com a ASCOM. Prosseguindo, a senhora  
2676 Presidente referiu-se ao item quatro, sobre o formato da VII Conferência, justificando que o modelo  
2677 proposto que se aproximava do que estava previsto no orçamento para a realização da Conferência.  
2678 Solicitou à senhora Maria das Mercês, Coordenadora de Financiamento do CNAS que informasse o  
2679 valor da Conferência passada, e o previsto para essa conferência, para conhecimento dos  
2680 Conselheiros. A senhora Coordenadora informou que a VI Conferência contou com o valor total de  
2681 um milhão oitocentos e cinquenta mil; a VII Conferência Nacional, com previsão orçamentária de  
2682 dois milhões e quinze mil reais, em função do reajuste, com impostos e taxas de mercado. No  
2683 formato no primeiro modelo, apresentado para os Conselheiros, tendo como base a VI Conferência  
2684 Nacional, foi orçado no pregão eletrônico de 2007, um milhão novecentos e vinte e um mil e  
2685 setecentos e onze reais, tendo na conta da 8249, um milhão e oitocentos e cinquenta, tendo que se  
2686 enxugar o custo, em setenta e um mil setecentos e onze reais. A senhora Presidente informou que o  
2687 Termo de Referência já estava em andamento e se partissem para qualquer outro formato, se teria  
2688 que iniciar novamente os procedimentos, sendo a idéia que não se pensasse na Conferência com um  
2689 impacto financeiro superior ao orçado, sob pena de não se conseguir realizá-la da forma que se  
2690 estava pensando. Esclareceu que o formato de painéis agrupados, indicados nas orientações das  
2691 municipais e estaduais, eram para não ficarem tantas mesas, sendo quatro grandes painéis, e depois  
2692 dividir em em vinte e quatro grupos, para discutir cada eixo. Recomendou aos Conselheiros que  
2693 fizessem a leitura do material distribuído sobre orientação das Conferências Estaduais, uma vez que  
2694 estariam presentes às mesmas, esclarecendo, também, que na orientação para as Conferências  
2695 estaduais que os Conselheiros também receberam por e-mail, trazia uns instrumentais, os relatórios  
2696 trabalhados na Comissão Organizadora, para facilitar o relatório nas Conferências Estaduais, para  
2697 chegar até a Conferência Nacional. Informou sobre a Subcomissão de Sistematização, composta  
2698 pelos Conselheiros Charles, Renato, Edivaldo e Pessinatti, tendo como colaboradora a professora  
2699 Beatriz Paiva, responsável pela sistematização. Indicou os encaminhamentos na página oito,  
2700 importantes porque tratavam de informar aqueles estados, sendo primordial que os Conselheiros  
2701 estivessem atentos, porque às vezes eram consultados. Indagou se poderia se fazer uma conferência  
2702 fora do prazo, chamando a atenção, conforme colocado nos ofícios enviados, chamando a atenção  
2703 dos Conselheiros sobre Conselhos, de capitais inclusive, que estavam realizando conferências  
2704 conjuntas, crianças, adolescentes e assistência social, o que se veria se ter cuidado para não trazer  
2705 prejuízos. O Conselheiro Renato Saidel solicitou que o Conselheiro escalado para estar falando  
2706 nessa conferência em conjunto, fosse informado da situação, com a concordância da senhora  
2707 Presidente. O Conselheiro José Crus informou que a Diretora do DGSUAS havia dito, na reunião  
2708 do dia anterior, que o Ministério estava envidando todos os esforços para que todas as Conferências  
2709 das capitais e estaduais recebessem todos os exemplares produzidos, da política NOB, a política na  
2710 versão popular e jornalística, com os municipais, das capitais, considerando a presença maior de  
2711 usuários, assim como várias outras cartilhas produzidas, pelo MDS já estavam sendo enviadas para  
2712 todas as conferências das capitais e as estaduais, e para outros pedidos que estavam chegando, tanto  
2713 a esse Conselho quanto ao MDS. A Conselheira Heloísa indicou que na agenda de municípios que  
2714 convidaram o CNAS, constava o município de Belfor Roxo, RJ, que também a convidaram e que  
2715 estaria participando, com a data mudando para 31 de julho. A senhora Presidente destacou que

2716 ficava esse informe do Conselheiro, e que, chegando o convite, estariam informando. A senhora  
2717 Presidente, conforme consenso da Plenária deu por aprovado o relato da Comissão Organizadora. O  
2718 Conselheiro Ferrari, considerando o tempo disponível, que se deveria apressar o debate do PL  
2719 CEBAS, já que o grande entrave eram os artigos 19 e 20, propondo que a Comissão de Normas  
2720 fizesse um relato reduzido e deixasse o restante para julho. Colocou mais dois encaminhamentos:  
2721 gostaria de saber como estava indo o GT de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência,  
2722 composto no mês de maio; e, a questão do GT da composição de representação no CNAS, da  
2723 Sociedade Civil, com o Conselheiro Geraldo podendo fazer o informe. Sobre essa proposta, a  
2724 senhora Presidente consultou a Conselheira Edna que era relatora, que sugeriu que a Secretaria  
2725 Executiva fosse fazendo as ações, e passar cópia dessa memória para todos, conforme solicitado,  
2726 sendo apresentada na próxima reunião. Esclareceu que todos os processos de registro que foram  
2727 arquivados de ofício, veio parecer da Consultoria jurídica sugerindo o desarquivamento também de  
2728 ofício, por Resolução e indagando se já se poderia aprovar o texto que estava pronto. A conselheira  
2729 Edna indicou que o outro ponto eram aqueles processos que não tinham sido inventariados, não  
2730 continham ainda o despacho respectivo, relativo à medida provisória, que não foram publicados  
2731 mas que já tinham parecer, com entendimento pela Comissão de Normas de que eles também  
2732 estavam abarcados pelos efeitos da medida provisória, e que deveriam ter o mesmo tratamento  
2733 daqueles que foram publicados em Resolução. Que a CONJUR se manifestou endossando esse  
2734 entendimento, dizendo, diferente da Comissão, mas recomendando que esses processos fossem  
2735 inventariados, recebessem despacho, conforme o rito dos demais, mas que também fossem objeto  
2736 de uma Resolução. Lembrou que eram duas memórias, da Reunião Extraordinária do dia 15 de  
2737 maio, e Reunião Ordinária do dia 15 de junho, assuntos que estavam em memórias diferentes. A  
2738 senhora Presidente destacou que se poderia fazer a leitura da resolução que teria que ser deliberada  
2739 em Plenária, a memória estava sendo entregue impressa, podendo ir por e-mail para fazer a leitura,  
2740 e na próxima reunião se fazer a aprovação desse relato. Prosseguindo, passou ao relato da Comissão  
2741 de Normas, com aprovação da Resolução e o item “procedimento da Medida provisória”. Ato  
2742 contínuo, a Conselheira Edna referiu-se ao ponto sobre os processos atingidos pela Medida  
2743 Provisória, o item quatorze da memória da Reunião de junho, Parecer 484, CONJUR MDS, e que  
2744 acatava a mesma sugestão, o mesmo entendimento que já havia na Comissão de Normas, de que  
2745 todos os processos que estavam no Conselho foram atingidos pela Medida Provisória, aqueles que  
2746 foram publicados em Resolução, e os que não foram, mas que estavam na mesma situação, no  
2747 momento da edição da Medida Provisória. Que o encaminhamento estava na memória de maio, que  
2748 recomendava à Secretaria Executiva que procedesse à localização dos processos, elaboração de  
2749 despacho, publicação, e da inclusão do SICNAS, dando trinta dias de prazo, sendo considerado  
2750 aprovado conforme colocado pelo senhor Presidente em exercício. A Conselheira Edna procedeu à  
2751 leitura da minuta da Resolução relativa ao desarquivamento de ofício daqueles pedidos de registro  
2752 que foram arquivados de ofício pela Resolução 87, em função da edição da Medida Provisória:  
2753 *“Resolução X, de junho de 2009. Desarquiva de ofício todos os processos de pedido de registro e*  
2754 *de reconsideração de registro, arquivados pela Resolução 87 de 11 de dezembro de 2008. O*  
2755 *Conselho Nacional de Assistência Social, no uso da sua competência, da competência que lhe*  
2756 *confere o artigo 18 da Lei 8.742 de sete de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social.*  
2757 *Considerando a rejeição pelo Congresso Nacional em 10 de fevereiro de 2009, publicada no*  
2758 *Diário Oficial de doze de fevereiro de 2009, da Medida Provisória 446, de sete de novembro de*  
2759 *2008, publicada no Diário Oficial de 10 de novembro de 2008, que dispõe sobre a certificação das*  
2760 *entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições*  
2761 *para a seguridade social, e dá outras providências. Considerando as orientações do parecer*  
2762 *431/2009, da CJ/MDS, de vinte e sete de maio de 2009, sobre os procedimentos a serem adotados*

2763 *em relação aos pedidos de registro e de reconsideração de registro arquivados pela Resolução 87,*  
2764 *de 11 de dezembro de 2008, resolve: art. 1º. Desarquivar de ofício todos os processos de pedido de*  
2765 *registro ou de reconsideração de registro, que estavam em tramite neste Conselho, quando da*  
2766 *publicação da medida provisória numero 446/2008. É só “/2008”, em dez de dezembro de 2008,*  
2767 *tira esta parte, por favor. E que haviam sido arquivados pela resolução 87. Artigo 2º. Esta*  
2768 *Resolução entra em vigor na data de sua publicação”. Informou a todos que haviam mais mil e*  
2769 *oitocentos e dezessete processos novos de registro e reconsideração, para serem incluídos na pauta.*  
2770 O senhor Presidente em exercício indagou aos Conselheiros se essa Resolução poderia ser  
2771 aprovada, com o consenso de todos os Membros desse Colegiado. O Conselheiro Ferrari solicitou  
2772 ao Conselheiro Geraldo que informasse o resultado da reunião ocorrida no dia anterior, que  
2773 comunicou aos Conselheiros que, após a fala do Ministro, existia por parte da Sociedade Civil a  
2774 vontade de retomar o GT. Que se precisava resolver a data para retomar os trabalhos e que, em  
2775 função da Resolução publicada, que fosse feita uma publicação de adiamento da data em que existia  
2776 anteriormente, uma vez que não seria possível cumprir o prazo estabelecido anteriormente. O  
2777 Conselheiro Geraldo observou que haviam estado com alguns parlamentares para tentar agilizar o  
2778 processo para que se tivesse uma fundamentação legal que desse respaldo inclusive no sentido de  
2779 realização das conferências. Informou ter que se retirar e solicitou à Conselheira Dolores, que  
2780 fizesse o resumo e o relato dessa situação, que informou a conversação mantida com o Deputado  
2781 Eduardo Barbosa para a possibilidade de reformulação do artigo dezenove, no sentido de preservar  
2782 o contexto que os usuários não remunerariam por qualquer serviço, mas ao mesmo tempo, garantir  
2783 que as Entidades tivessem o direito esclarecido, de ter atividades meio, para auxiliar o  
2784 financiamento das suas atuações, lançando uma proposta alternativa solicitando também ao  
2785 Deputado Carlos Abigail que levassem em consideração essa questão. Informou que estiveram na  
2786 Comissão de Seguridade Social e Família, com a presença do MDS e da Casa Civil. Prosseguindo, o  
2787 Conselheiro Ferrari discorreu sobre os fatos, conforme colocados pela Conselheira Dolores, com o  
2788 convite pelo Deputado Carlos para que participassem dessa reunião, fazendo parte da mesa a Casa  
2789 Civil, o MDS, o relator, no caso o Deputado Eduardo Barbosa e o próprio Deputado Carlos,  
2790 representante do Governo nesse debate. Relatou, que após ouvir os Conselheiros, o Ministro,  
2791 haviam chegado à conclusão que não havia contrapartida do usuário em hipótese alguma, mas  
2792 havendo necessidade de custeio do serviço oferecido, podendo ser feito tanto pelo poder público,  
2793 através da remuneração dos serviços, ou pela organização, através de ações da captação de recursos.  
2794 Discorreu sobre o que havia falado, citando o tripé, financiamento, autonomia e o respeito à  
2795 história, querendo se construir novos paradigma, mas respeitando tudo o que vinha sendo feito.  
2796 Concluindo, observou entender que se estava perto de conseguir um consenso, não cabendo  
2797 intransigência e cada um tendo que ceder um pouco, para que se pudesse sair todos os atores  
2798 envolvidos e com uma bandeira de consenso. A senhora Presidente indagou se nessa reunião havia  
2799 ocorrido um consenso em cima de uma redação, com a Conselheira Dolores informando que  
2800 haviam tomado conhecimento de uma proposta encaminhada pelo MDS, no substitutivo do artigo  
2801 19, proposto pelo Deputado Eduardo Barbosa, procedendo à leitura do artigo 20 e observando que  
2802 se considerassem que Assistência Social, conforme o SUAS, estava definida em serviços de  
2803 proteção social, e proteção de assistência básica e especial, era uma loucura voltar nos termos de  
2804 habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, discorrendo sobre a questão e sobre o  
2805 percentual estipulado. Que haviam colocado uma nova questão na emenda que havia sido  
2806 apresentada pelo Deputado, eliminando o artigo 20, sendo justificada essa retirada. A Conselheira  
2807 Dolores informou que foram surpreendidos na parte da tarde com um telefonema da representação  
2808 governamental, que não abria mão de nenhum desses níveis de negociação. Observou que com isso,  
2809 apesar dos esforços despendidos, não conseguiram avançar na aprovação do PL, tendo conseguido

2810 um consenso, que os usuários da Assistência Social não fariam qualquer remuneração, mas não se  
2811 podia ter expresso em uma lei, que era a contrapartida, de 40% dos recursos de fundo, que poderiam  
2812 ser repassados. Destacou que queriam consenso e avançar, tendo que negociar e ver se os termos  
2813 eram a proteção básica e a especial, sendo nesse sentido que acreditavam que iriam avançar na  
2814 negociação. A senhora Presidente observou que havia sido colocado que na mesa de negociação no  
2815 Congresso, o MDS havia apresentado uma proposta, com a Conselheira Dolores informando que  
2816 proposta do MDS, seria encaminhada na terça-feira, tendo tomado conhecimento da mesma no local  
2817 da reunião, discorrendo sobre o assunto e sobre as alterações, na garantia da gratuidade do usuário  
2818 da Assistência Social, procedendo à leitura de trechos da proposta. Ressaltou que havia sido rica a  
2819 discussão, mas não abrindo mão de nenhuma das negociações que haviam proposto, segundo o  
2820 Deputado Carlos. Concluindo, solicitou que o Conselho interferisse no processo, e conseguisse uma  
2821 negociação com a Sociedade Civil, com os parceiros para a construção do SUAS. A Conselheira  
2822 Edna observou o que existia um relatório do Deputado Eduardo Barbosa que trazia algumas  
2823 novidades no artigo 19, que encontrava que contradiziam o próprio relatório, não existindo, nesse  
2824 momento, nenhuma mudança. Como encaminhamento, encontrava que o Conselho tinha que se  
2825 posicionar sobre o que estava ali, se era ou não gratuito ou não, querendo-se que a certificação, para  
2826 Entidades de Assistência Social tivesse ainda a ver com receita e com contabilidade. O Conselheiro  
2827 Renato Saidel, com relação à questão da gratuidade, que era um posicionamento da Sociedade  
2828 Civil, entendiam que já estava superado, com os Conselheiros não devendo entrar nesse meandro,  
2829 naquilo que já havia entendimento. O Conselheiro Ferrari observou ser um momento de construir,  
2830 não devendo se posicionar contra nenhum posicionamento, mas sim, dizendo-se que se queria  
2831 alcançar. O Conselheiro José Geraldo, citando a fala do Ministro, observou que o consenso deveria  
2832 ser construído como parceria, não tendo sentido o MDS ter uma posição e o CNAS outra, com o  
2833 Conselheiro Renato Saidel observando que se precisaria tomar alguns cuidados e ter uma postura  
2834 clara, havendo possibilidade de negociação e construção de uma proposta conjunta. A senhora  
2835 Presidente manifestou uma proposta de encaminhamento: que estava entendendo que quando se  
2836 conversou na Presidência Ampliada, esse Conselho tinha muito clara a direção de que os serviços  
2837 da Assistência não podiam ser cobrados. Segunda questão, que a Conselheira Edna havia levantado,  
2838 que não dava para aliar os serviços da Assistência Social à questão contábil. Se essa era a direção  
2839 do Conselho, e se existiam propostas que complicavam com essa posição do CNAS, não iriam,  
2840 enquanto Conselho, se posicionar favoráveis. Propôs, como o Conselheiro Pessinatti estava  
2841 acompanhando esse processo também, que ele pudesse, representar o Conselho nessa negociação,  
2842 acompanhando e firmando esses dois pontos, pois o Conselho não era a favor de qualquer redação  
2843 que os ferisse. Que o Conselho não poderia garantir que fosse aprovada, mas tendo que acompanhar  
2844 nessa direção, que era de defesa da Assistência Social como Política Pública, gratuita e planejada, e  
2845 sem contrapartida do usuário, e sem considerar a questão contábil. Que se poderia propor  
2846 acompanhar isso em Brasília, e estar no dia a dia do Conselho, no Congresso Nacional, porque se  
2847 deixar para terça-feira, teria uma negociação para que isso fosse votado. A Conselheira Dolores  
2848 ponderou que haveria que voltar a discutir o item nessa mesma situação, na terça-feira. O  
2849 Conselheiro Ferrari, com relação ao encaminhamento, encontrava que eram três pontos: primeiro, a  
2850 assistência social enquanto política pública não contributiva; segundo, não atrelar a certificação a  
2851 questão contábil; e, terceiro, garantia de autonomia das entidades para a captação de recursos  
2852 através de movimentos e atividades meio. A senhora Presidente informou que o Conselheiro  
2853 Pessinatti estava se propondo para fazer o encaminhamento pelo Conselho, que manteriam  
2854 contato e à medida que tivesse alguma negociação em termos de fechar uma redação, ele enviaria  
2855 por e-mail, para o Conselho que reenviaria para os Conselheiros, sendo essa a forma que se tinha  
2856 para acompanhar essa questão da redação do art. 20 do PL. A Conselheira Marisa informou que

2857 chegaria na segunda-feira às quatro horas, e terça-feira estaria em reunião e se precisasse de algo,  
2858 faria contato. O Conselheiro Pessinatti indagou quais as pessoas de contato, com a Conselheira  
2859 Dolores informando os Deputados Eduardo e Carlos, da Comissão Educação, Saúde e Assistência e  
2860 a Comissão de Seguridade Social, conforme acrescentado pelo Conselheiro. Prosseguindo,  
2861 informou que estavam participando de um grupo representando pela CNBB, com a presença do  
2862 Senador Arns e do Ministro do MDS, para chegar a um consenso de um texto que fosse, claro e  
2863 evidentemente, que passasse pela Câmara e que não fosse destruído pelo Senado. A Conselheira  
2864 Dolores destacou que haviam mantido discussão nos períodos anteriores com o Senador Arns, que  
2865 havia colocado algumas dificuldades relativas a esse contexto de processos de negociação A  
2866 senhora Presidente observou que estava clara a preocupação Conselheira Dolores, e o Conselho,  
2867 sendo essa sua deliberação, sabia que o Conselheiro Pessinatti tinha conhecimento e capacidade  
2868 para fazer essa intervenção em nome do Conselho, e preservar o que se estava defendendo, ficando  
2869 aprovada a proposta de encaminhamento. O Conselheiro Renato Saidel registrou o que havia dito  
2870 antes do almoço, com relação à certificação, com reunião quarta e quinta-feira da próxima semana,  
2871 com a Conselheira Edna informando que ficava mantida somente a de terça-feira, por ter sido  
2872 confirmada. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a  
2873 presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos  
2874 pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta  
2875 Ata, aprovada em Reunião de de 2009.